

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)

Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP)

Ivan Souza de Abreu

O acesso dos agricultores familiares aos diferentes mercados: a logística como instrumento fundamental de escoamento da produção e o caso dos pequenos produtores de Campos dos Goytacazes

Campos dos Goytacazes – RJ

2021

Ivan Souza de Abreu

O acesso dos agricultores familiares aos diferentes mercados: a logística como instrumento fundamental de distribuição e o caso dos pequenos produtores de Campos dos Goytacazes

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Sociologia Política, alocado no Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro como requisito obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Sociologia Política.

Orientador: Prof. Dr. Edson Terra Azevedo Filho

Campos dos Goytacazes – RJ

2021

Abreu, Ivan Souza de

O acesso dos agricultores familiares aos diferentes mercados: a logística como instrumento fundamental de escoamento da produção e o caso dos pequenos produtores de Campos dos Goytacazes / Ivan Souza de Abreu. — 2021.

100 fls.

Orientador: Edson Terra Azevedo Filho

Dissertação (Mestrado) — Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Campos dos Goytacazes, 2021.

1. Agricultura Familiar. 2. Mercado. 3. Logística. 4. Desenvolvimento Agrário. I. Filho, Edson Terra Azevedo. II. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, 2021. III. Título.

O acesso dos agricultores familiares aos diferentes mercados: a logística como instrumento fundamental de escoamento da produção e o caso dos pequenos produtores de Campos dos Goytacazes

Ivan Souza de Abreu

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Sociologia Política, alocado no Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro como requisito obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Sociologia Política.

Aprovada: ___ / ___ / ___

Prof. Dr. Paulo Marcelo de Souza (Políticas Sociais – UENF) Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF

Prof. Dr. Mauro Macedo Campos (Sociologia Política – UENF) Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF

Prof. Dr. Nilo Lima de Azevedo (Sociologia Política – UENF) Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF

Prof. Dr. Renan Lubanco Assis (Programa de Educação Ambiental/ Redes de Cidadania - UVV) Universidade Vila Velha – UVV

Prof. Dr. Edson Terra Azevedo Filho (Sociologia Política – UENF) Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF (Orientador)

Dedicatória

A minha família, aos meus amigos, aos trabalhadores do campo e a todos que me ajudaram a chegar até aqui.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço por essa dissertação todos os trabalhadores do campo que têm se exposto nessa pandemia da Covid-19 para que os alimentos cheguem as nossas mesas. Desde o início de minha trajetória acadêmica no ano de 2014, venho mantendo proximidade com as temáticas da Economia Solidária, do Desenvolvimento Rural, das Disputas do Campo e da Agricultura Familiar e demonstrando interesse não apenas no aspecto ligado ao mercado como no âmbito social desses atores. Dessa forma, este trabalho fica como uma forma de divulgar as condições em que tais peças fundamentais de nossa sociedade apresentam e também como um tributo.

Em segundo, fica minha homenagem aos meus familiares que me ajudaram não apenas a concluir o projeto com seus comentários, como no ponto de vista da motivação. Dona Marlene (minha mãe), Igor (meu irmão) e Felipe (meu padrasto), deixo aqui meu agradecimento por todo o apoio até aqui e me desculpo por qualquer vacilo que tenha cometido. Grande parte desse trabalho vai para a conta de vocês. Ao meu maior presente, Helena, agradeço por tudo o que você tem representado desde o dia 19 de novembro de 2019. Pode ter certeza que você é a válvula motivacional que me estimula em todos os sentidos, fazendo com que tenha forças para seguir em frente e ter um norte no momento em que vou tomar alguma decisão para praticamente qualquer atitude que venha a tomar.

Deixo aqui, junto disso, meu tributo aos amigos e professores que foram fundamentais em toda minha caminhada até aqui, A ausência desse suporte do “mundo exterior” faria com que hoje – muito provavelmente – fosse uma pessoa totalmente diferente do que sou hoje. E acredito piamente que seria pior.

Ao final, deixo meus agradecimentos a UENF e a todas universidades públicas desse país. Sem a presença dessas instituições e todo o conhecimento por elas produzido estaríamos em condições ainda piores. Nesse momento de perseguição, descaso e crime liderado pelo patético presidente (no qual me recuso escrever o nome) e sua gangue, essas instituições mostram resistência, força e abrigo para todos que visam sobreviver a todo atraso propagado.

“Retroceder, sim. Render-se,
jamais.”

Ernesto “Che” Guevara

Resumo

O seguinte trabalho tem como objetivo verificar se a logística é um fator determinante para que os agricultores familiares do município de Campos dos Goytacazes tenham dificuldades em acessar os mercados, sejam eles institucionais ou privados. A hipótese estabelecida inicialmente é a de que este elemento (a logística) de fato se mostra falho e atrapalha o escoamento da produção desses atores. No tocante a metodologia o método de abordagem utilizado para a pesquisa foi o indutivo, enquanto os métodos de procedimento são o estatístico e o comparativo. A fonte primária de dados é o Cadastro do Produtor Rural, base de dados elaborada em uma parceria entre a prefeitura local e a UENF, esta última por meio de um projeto. Tal base de dados contém informações sobre localização, participação nas políticas públicas, recursos disponíveis e outras de cerca de 4.025 agricultores moradores da localidade. Os resultados encontrados indicam que os agricultores possuem dificuldades logísticas, especialmente no que refere ao processamento de pedidos e transporte. Isto fica evidente quando os resultados foram comparados a outros casos selecionados a partir de trabalhos de natureza similar feitos em outras regiões do Brasil durante a última década.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, Logística, Mercado, Desenvolvimento Rural.

Abstract

The following work aims to verify whether logistics is a determining factor for family farmers in the municipality of Campos dos Goytacazes to have difficulties in accessing markets, whether institutional or private. The hypothesis initially established is that this element (logistics) is in fact flawed and hinders the flow of production of these actors. Regarding methodology, the approach method used for the research was inductive, while the procedure methods are statistical and comparative. The primary source of data is the Cadastro do Produtor Rural, a database developed in a partnership between the local city hall and UENF, the latter through a project. This database contains information about location, participation in public policies, available resources, and others of about 4,025 farmers living in the locality. The results found indicate that farmers have logistical difficulties, especially with regard to order processing and transportation. This becomes evident when the results were compared to other cases selected from work of a similar nature done in other regions of Brazil during the last decade.

Keywords: Family Farming, Logistics, Market, Rural Development.

Lista de ilustrações

Figura 1 – Relação entre as atividades logísticas primárias para atender clientes.....	41
Gráfico 1 – Distribuição da quantidade de agricultores familiares por Área de Desenvolvimento Rural	53
Mapa 1 – Divisão do município de Campos dos Goytacazes por Área de Desenvolvimento Rural	49
Mapa 2 – Localização dos principais distritos da agricultura familiar de Campos dos Goytacazes em relação ao centro do município	52

Lista de tabelas

Tabela 1 – Disponibilidade de transporte por parte dos agricultores (divisão por ADR)	54
Tabela 2 – Relação entre a produção leiteira e o acesso a tranques de resfriamento	56
Tabela 3 – Participação dos agricultores familiares em programas de fomento à categoria.....	66
Tabela 4 – Mercados acessados pelos agricultores familiares de Campos dos Goytacazes.....	70
Tabela 5 – Total de agricultores cooperativados ou participantes de associações por ADR ...	74

Abreviaturas e siglas

ABCCPONEI – Associação Brasileira dos Criadores de Pôneis

ADR – Área de Desenvolvimento Rural

APRUSMAC – Associação dos Produtores Rurais de Santa Maria de Campos

CAVIL – Cooperativa Agrária Vale do Itabapoana Ltda.

CEASA – Centrais de Abastecimento

COOFELIZ – Cooperativa da Agricultura Familiar e Solidária de Espera Feliz

COOMAFAR – Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Rubiataba

DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ONU – Organização das Nações Unidas

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PIPSA – Projeto de Intercâmbio de Pesquisas Sociais na Agricultura

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Lista de símbolos

% - Porcentagem

Sumário

Introdução.....	14
Metodologia.....	17
Método de abordagem e métodos de procedimento.....	17
Técnicas de pesquisa e delimitação do universo a ser estudado.....	19
Capítulo 1 – Uma análise do panorama da agricultura familiar no Brasil	21
1.1 - A agricultura no período pós-colonial e a <i>via farmer</i>	22
1.2 - As definições de agricultura familiar no Brasil.....	26
1.3 - As lutas e demandas da agricultura no século XXI.....	34
Capítulo 2 – A logística e a agricultura familiar no município de Campos dos Goytacazes ...	39
2.1 - Os princípios da logística e as atividades primárias que a estruturam	39
2.2 - A situação da logística de distribuição dos agricultores familiares no Brasil	43
2.3 – O panorama logístico dos agricultores familiares de Campos dos Goytacazes... 49	
2.3.1 - Análise da localização dos agricultores.....	49
2.3.2 - Análise da disponibilidade de transporte.....	55
2.3.3 - Análise da disponibilidade de recursos para o armazenamento	57
Capítulo 3 – Sobre a participação no mercado	59
3.1 - A participação dos agricultores em programas de fomento à agricultura familiar	59
3.2 - Uma análise da conexão da agricultura familiar junto ao comércio	70
3.2 – Participação dos agricultores em ações cooperativas	74
Capítulo 4 – Reflexões e comparativos entre o panorama identificado e outros casos de mesma natureza	78
4.1 – Um breve comparativo entre as condições identificadas na agricultura familiar de Campos dos Goytacazes em relação às percepções identificadas em outras regiões do Brasil	78
Considerações finais	104
Referências	106

Introdução

A atividade agrícola, essencialmente, se trata de uma das mais antigas realizadas pela humanidade. Em seu núcleo existem diversas ramificações como, por exemplo, a agroindústria, a agricultura orgânica e a agricultura familiar. Em relação a esta última, Altafin (2007) coloca que, apesar de não ser um conceito novo, passou a conquistar mais espaço com o passar dos anos no meio acadêmico, nos movimentos sociais e políticas de governo, fazendo com que ganhe novas significações. Schneider (2003) atribui a disseminação do termo – em um primeiro momento, vale dizer - ao impacto de dois eventos significativos para os campos político e social do meio rural, principalmente na região Centro-Sul do Brasil. O primeiro motivo se deve a explosão de movimentos capitaneados pelo sindicalismo rural que se manifestava em protesto aos impactos da abertura comercial, da pouca disponibilização de crédito, e a queda de preço dos produtos agrícolas. Alia-se a isso a afirmação e incorporação das noções sobre agricultura familiar que acabaram por oferecer uma definição para as várias categorias sociais como assentados, arrendatários e outros que não poderiam ser mais classificados meramente como pequenos produtores rurais ou trabalhadores rurais. Dessa maneira, esses eventos foram relevantes para encontrar o termo que pudesse sintetizar as novas demandas de parte da população do campo. O segundo ponto levantado por Schneider (2003) se dá pela primeira legitimação do Estado Brasileiro da agricultura familiar por meio da criação do Programa Nacional do Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em 1996. O programa surge a partir da pressão dos movimentos sociais citadas anteriormente, visto que na década de 1980 havia uma grande dificuldade dos produtores rurais se manterem nas atividades e que não tinham acesso as políticas públicas implantadas naquela época. Pensando na legalidade, pode-se colocar que a Lei da Agricultura Familiar implementada em 2006 foi o marco final para que o conceito passasse a ser melhor difundido, uma vez que a partir dessa iniciativa houve a oficialização dessa categoria social do campo.

De maneira paralela, o cenário em torno do desenvolvimento sofreu transformações sensíveis. Becker e Sacco (2015) observam que as ações promovidas pelos países latino-americanos nas últimas duas décadas estiveram orientadas, em suma, por uma lógica em que o crescimento econômico por si só seria o catalisador das transformações sociais, sendo promotores da melhoria das condições de vida das populações e contribuiria diretamente para

que a equidade de direitos fosse alcançada. Tais ações, segundo os autores, trouxeram poucos benefícios quando se pensa na sociedade em um todo, especialmente na parcela rural da comunidade – exemplos, de acordo com os autores, são os projetos orientados ao aumento da produção agrícola e modernização da sistemática produtiva dos agricultores que trouxeram impactos sociais, ambientais e ecológicos negativos e que não conseguiram atingir sua finalidade. Aliado a esse panorama, pode-se colocar as demandas mercadológicas como elementos decisivos para que essa lógica seja utilizada durante a elaboração dos programas. Freitas, Klesener e Plein (2019) constatam que o mercado se tornou mais competitivo com o passar dos anos e, devido a essa evolução a exigência dos clientes junto a implementação de novas formas de tecnologia ocupam mais espaço dentro da cadeia produtiva. Essa lógica acaba por se refletir no setor agropecuário, uma vez que os grandes produtores usufruem de recursos avançados para produzir enquanto pequenos, muitas vezes, se desfazem de suas propriedades por não terem condições de produzir o suficiente para, pelo menos, conseguir sustentarem a si mesmos.

Pensando na utilização de aparato tecnológico para o desenvolvimento da cadeia produtiva e logística dentro da agricultura, Sauer (2008) coloca que este processo não acontece apenas em virtude das lógicas do mercado, pensando no sentido de que os processos econômicos e financeiros que, ao permitirem ganhos, levaram ao investimento no aparato tecnológico; há nesta sistematização o apoio das políticas públicas e a imposição ideológica (possível em virtude da busca por maior produção) e simbólica feita sobre a população rural no que diz respeito a esse elemento. Exemplo de como a pouca efetividade da cadeia logística pode comprometer uma iniciativa está no trabalho de Souza (2012) realizado a partir de um estudo no Estado de São Paulo que destacou as dificuldades dos agricultores na comercialização de alimentos para a merenda escolar – esta última regida pelas diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – visto que a ausência de assistência técnica para contribuir na produção dos alimentos e no desenvolvimento de uma melhor logística de abastecimento se mostram determinantes para que haja dificuldade de se enquadrar nos critérios da iniciativa.

Trazendo esse panorama e fazendo um recorte para o município de Campos dos Goytacazes, se estabelece o seguinte problema de pesquisa: estaria a logística sendo um empecilho para que os agricultores familiares locais acessem os mercados? Dessa forma, o trabalho aqui presente irá apresentar em quatro capítulos (na ordem que aqui aparecem) uma revisão de literatura a respeito do campo da agricultura familiar no Brasil; a disponibilização de recursos para a operação do ciclo logístico; a verificação de quais políticas públicas de

desenvolvimento rural implantadas na localidade e as principais vias de comercialização dos agricultores; e por último, uma seção para debater os dados captados a partir de um estudo comparativo tendo como referência resultados encontrados em trabalhos de cunho similar. Há ainda uma parte voltada especificamente para a exposição da metodologia utilizada para realização da pesquisa que culminou nesta dissertação.

A partir do estabelecimento do objetivo geral da pesquisa, se delimita os seguintes objetivos específicos: verificar a localização específica dos agricultores; verificar a disponibilidade de transportes; verificar as condições de armazenamento; verificar as políticas públicas de fomento à agricultura familiar presentes no município e quantos participantes há em cada uma delas; verificar a forma como a implementação dessas políticas públicas é divulgada; verificar os mercados acessados pelos agricultores familiares; e verificar a participação dos agricultores familiares em cooperativas ou associações de produtores. A hipótese estabelecida para a pesquisa é a de que existe um desequilíbrio no que se refere a disponibilidade de recursos para a operação de uma cadeia logística eficiente entre os agricultores familiares de Campos dos Goytacazes e isto faz com que tenham dificuldade de acessarem os mercados.

Metodologia

Este segmento do trabalho tem como objetivo explicitar o planejamento elaborado para a execução da pesquisa e os procedimentos utilizados para obtenção dos dados. A caráter introdutório, no entanto o preâmbulo deste segmento da dissertação será usado para tecer um breve comentário sobre a trajetória em busca da metodologia adequada para a realização da pesquisa que culminou neste trabalho.

Desde o princípio, quando ainda estava sendo desenvolvido o projeto voltado para a seleção do mestrado, a parte da metodologia se mostrou a mais complicada a ser desenvolvida. De maneira objetiva, “o primeiro impacto que se tem é que se trata de algo enfadonho, cheio de regras difíceis a serem seguidas” (ARAGÃO; MENDES; NETA, 2017, p. 10). Junto as diretrizes que devem ser respeitadas e colocadas em prática, a principal dificuldade foi em definir qual tipo de pesquisa seria realizada. Esta crítica, especificamente, foi ouvida por um dos membros da banca durante a defesa do projeto. Por mais que a princípio essa questão pareça de simples entendimento, os questionamentos sobre a natureza da pesquisa vieram à tona quando uma leitura aprofundada sobre Metodologia Científica foi realizada. Partindo da definição de Silva e Menezes (2001), que colocam a metodologia apresentada do trabalho como a explicação sobre a rota que será adotada para a execução do recolhimento de dados, os tópicos abaixo puderam ser devidamente expressos.

Método de abordagem e métodos de procedimento

O primeiro passo a ser tomado na elaboração da metodologia foi a escolha do método a ser usado como referência para a condução da pesquisa. Ao ter contato com a literatura específica do tema, verificou-se a diferenciação entre os processos utilizados para tal finalidade, baseando-se diretamente na forma como os resultados encontrados seriam analisados e também como a captação das informações seria conduzida e trabalhada. Essa divisão se dá em método de abordagem e método de procedimento. O primeiro, segundo Marconi e Lakatos (2003), se caracteriza por representar a seção com maior grau de abstração da pesquisa, tendo um caráter mais amplo no momento em que se discute os resultados e elabora as principais ideias que serão trabalhadas ao longo do percurso. Dessa maneira, o método de abordagem selecionado para o trabalho é o indutivo. De maneira concomitante a

essa definição, Pereira (2018) coloca que o método busca elaborar generalizações derivadas de uma realidade concreta, partindo de considerações particulares de quem analisa. Esse tipo de abordagem faz com que - como comentam Castilho, Borges e Pereira (2011) - possam ser feitas observações que, partindo do acúmulo de informações específicas, venham a ter grande validação.

Para que este último elemento seja feito, algumas regras precisam ser seguidas. Conforme é ressaltado por Marconi e Lakatos (2003), a justificativa para que inferências dedutivas sejam formuladas parte de duas premissas: que há expectativa de que exista certa regularidade nos mais variados processos que se desenvolvem na sociedade, fazendo com que o futuro venha a ser como ou pelo menos parecido com o passado; e seguindo essa linha de raciocínio, ao se analisar vários casos singulares do mesmo gênero pode-se observar que é possível encontrar uma constância nos resultados. O que levou a escolha deste método para abordar a pesquisa está relacionado com o contexto da pandemia causada pelo vírus Covid-19. Inicialmente, foi estabelecido que seria usado um banco de dados (que será comentado posteriormente) junto a uma pesquisa de campo de forma a complementar e dar maior profundidade os elementos quantitativos encontrados na base de informações. Devido a impossibilidade de ir a campo, optou-se por fazer uso de um referencial que trabalhasse com questões próximas da abordada por esta dissertação de forma que as generalizações pudessem ser criadas tendo como ponto de partida experiências anteriores.

Junto disso, a pesquisa terá um caráter quantitativo uma vez que tratará de “traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las” (SILVA; MENEZES, 2001, p. 20) e a análise dos dados, como citado anteriormente, terá argumentos de caráter indutivo. Em relação ao método de abordagem, partindo da leitura do material voltado a elaboração de metodologia científica e as necessidades da pesquisa, decidiu-se pela utilização de dois modelos: método comparativo e método estatístico. Por método comparativo se entende, na perspectiva de Mazucato (2018), como o mecanismo que lida com um ou mais grupos que apresentam fenômenos de mesma natureza. O recurso para Castilho, Borges e Pereira (2011) permite verificar também as semelhanças e divergências entre os contextos estudados. Este método foi selecionado por dois motivos: o primeiro por se enquadrar na premissa do método indutivo, pois parte da utilização de referências para chegar a um entendimento generalizado de uma questão; e segundo por ajustar-se à demanda do trabalho que se refere a comparar as sub-regiões agrárias do município de Campos dos Goytacazes a partir dos fundamentos do ciclo logístico.

O método estatístico, na definição de Marconi e Lakatos (2003), tem como principal objetivo fornecer uma descrição quantitativa do grupo social (no caso das Humanidades) que veio a ser analisado por meio de técnicas matemáticas como porcentagem, mediana, média aritmética, média ponderada e outras. Köche (2018) acrescenta que a partir da utilização deste método pode-se criar uma relação de juízos de valor tendo em vista a forma como as variáveis vêm se relacionar, tomando como base a problemática do trabalho e a teoria que serviu de referência para o estudo. Como complemento a esta elaboração, Aragão e Mendes Neta (2017) colocam que estas verificações permitem que sejam feitas generalizações para que se possa identificar a ocorrência ou não dos fenômenos procurados – algo que está de acordo com as bases do método indutivo. Assim feita as considerações a respeito dos métodos de abordagem e procedimento utilizados, segue-se para a verificação das técnicas que utilizadas e o universo de pessoas que é abordado neste trabalho.

Técnicas de pesquisa e delimitação do universo a ser estudado

O primeiro elemento a ser abordado neste segmento são as técnicas de pesquisa. Marconi e Lakatos (2003) definem como os processos práticos utilizados para a coleta de dados, utilizando-se de normas para que haja eficiência e exatidão durante o procedimento de forma que a fidedignidade das informações seja mantida. A técnica de pesquisa central utilizada aqui é a documentação indireta, especificamente a pesquisa documental, que consiste na coleta de dados restrita a documentos, sejam eles escritos ou não, que venham a ser determinados como fontes primárias (aquelas compiladas pelo próprio autor) (MARCONI; LAKATOS, 2003). Sendo assim, caracteriza-se como fonte primária a base de dados utilizada como referência para o desenvolvimento deste trabalho. Para tanto, faz-se um breve relato sobre como ela foi desenvolvida e obtida para a realização dos estudos.

O banco de dados leva o nome de Cadastro do Produtor Rural e foi desenvolvido a partir de uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes e a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, esta última atuando a partir do projeto de extensão de título “Diagnóstico da Política Pública em Segurança Alimentar e Nutricional para o Município de Campos dos Goytacazes (RJ)”, cujo trabalho de captação das informações corresponde ao período entre os anos 2011 e 2015 – sendo este último o ano de conclusão – e tendo ainda breves atualizações até o ano de 2017. O projeto percorreu o todo o município afim de verificar as condições sociais, econômicas e espaciais dos agricultores familiares e levantou a existência de 4.063 pessoas que vivem da produção familiar. Este

mapeamento fez com que não apenas as características individuais de cada produtor fossem identificadas como também permitiu que houvesse uma organização das comunidades rurais da localidade, permitindo que sejam identificadas ainda mais especificidades nesta realidade. O Cadastro do Produtor Rural, enquanto produto do projeto de extensão, é de caráter restrito e foi cedido para o desenvolvimento deste trabalho. Portanto, como Marconi e Lakatos (2003) colocam, documentos de arquivos privados se caracterizam como fontes primárias de informações. Ressalta-se que para esta pesquisa não foram analisados o número total de agricultores presentes no banco de dados, tendo em vista que a variável que diz respeito a localidade estava em branco em alguns casos. Dessa maneira, se fez a opção de desconsiderar estes atores que não possuíam registro preciso e levar em consideração aqueles que possuíam informações completas. Assim, 4.025 agricultores foram analisados para esta dissertação.

Em conluio a todo processo citado, foi realizada uma pesquisa bibliográfica com a finalidade de referenciar e contextualizar da melhor forma possível o panorama da agricultura familiar em Campos dos Goytacazes, assim como contribuir diretamente no processo de indução das discussões dos resultados. Para tanto foram analisados teses, dissertações, monografias, artigos de sites especializados em agricultura e agricultura familiar, notícias disponíveis no Portal Oficial da Prefeitura de Campos dos Goytacazes, dados do Censo Agropecuário de 2017, do Censo de 2010 e outras fontes que contribuíssem diretamente para o alcance dos objetivos traçados para a conclusão do trabalho.

Capítulo 1

Uma análise do panorama da agricultura familiar no Brasil

Um dos primeiros elementos que devem ser debatidos em qualquer discussão sobre desenvolvimento agrário - em especial a agricultura familiar, o recorte estabelecido para este trabalho – diz respeito ao panorama histórico da questão. Uma vez que diversos outros trabalhos do gênero já trouxeram importantes apontamentos e reflexões, faz-se necessária a revisitação de algumas dessas obras. A partir disso, pensando na relação direta da estrutura agrária brasileira identifica-se que o valor simbólico do terreno tem sido perdido com o passar dos anos, fazendo com que as áreas que poderiam se transformar em locais de produção tornam-se meras mercadorias que ficam nas mãos de atores com outros interesses para além da agricultura.

Os problemas contemporâneos de sua estrutura agrária, que são graves, configuram uma questão agrária nacional. Esta, por sua vez, reflete a reiterada recusa do sistema de economia política dominante de submeter o sistema agrário às regras limitantes à sua absoluta auto-regulação pelo mercado de terras. É como que admitir a norma mercantil fundiária submetendo a norma formal de direito de propriedade, com todas as consequências previsíveis da transformação da “terra em mercadoria como outra qualquer”. (DELGADO, 2017, p. 22)

Esse problema, como observado no apontamento de Delgado, reflete em sanções geradoras de problemas como a desigualdade social e a perda da identidade dos trabalhadores do campo em si, visto que a falta de espaços para a execução de seu trabalho faz com que busquem outras alternativas para seu sustento, o que automaticamente colabora com a queda dessa identidade. Estes aspectos são ressaltados por Wanderley quando coloca que

No mundo rural brasileiro, formas semelhantes de exclusão social produziram, historicamente, efeitos devastadores sobre a própria identidade social daqueles que estão associados a outros modos de viver e de produzir no campo, distintos do modelo dominante. A pobreza que permanece no Brasil, tanto no campo como em suas áreas urbanas, não pode ser entendida como aquela que não foi atingida pelos processos de desenvolvimento. Ao

contrário, ela é, fundamentalmente, uma pobreza gerada como consequência direta do modelo de desenvolvimento prevalecente na sociedade brasileira, cuja base é a histórica associação entre o capital e a propriedade da terra, e da forma como foi implantada no Brasil a moderna agricultura, centrada no enfoque setorial da modernização. (WANDERLEY, 2017, p. 69)

Um ponto interessante e também fundamental, como observado por Wanderley, se refere ao modelo de desenvolvimento da sociedade brasileira. As relações estabelecidas a partir deste ciclo de associação entre o capital e a propriedade de terra fez com que o enfoque maior dos investimentos no setor agrícola focasse na modernização. Tal enfoque faz com que existam limitações para o exercício da agricultura familiar, uma vez que a falta de infraestrutura se trata de um elemento que impede a esta modalidade produtiva de alcançar maiores mercados. Dessa maneira, a literatura levantada neste primeiro capítulo busca trazer uma breve discussão sobre como este panorama negativo foi alcançado.

1.1 - A agricultura no período pós-colonial e a *via farmer*

Um dos maiores problemas identificados por especialistas é que a questão agrária, da forma como vem sendo tratada, torna-se o maior obstáculo para o desenvolvimento do Brasil em várias searas, mas, principalmente, um fator preponderante para que não haja o exercício da cidadania de maneira plena no país. Não apenas pelas condições de exploração, a injustiça social e a violência que se apresentam em grande escala no campo, mas a consequência que os problemas campestres trazem às cidades. Dessa forma, o êxodo rural contribui diretamente para o aumento da pobreza nos espaços urbanos. Atualmente, a pobreza nos espaços rural e urbano, se articula através do desaparecimento de postos de trabalho e a crise desenvolvida neste sentido, alterando de maneira profunda as relações entre campo e cidade existentes até o início da década de 1980 (LINHARES; SILVA, 1999, p. XIII).

Grandes centros urbanos brasileiros, como São Paulo e Rio de Janeiro, faziam parte de um grupo seletivo - e de conjuntura utópica - da visão do *sul maravilha*. Em contrapartida, tendo o impacto da ideologia neoliberal, o fim da *era do emprego garantido* e a lógica ainda muito presente no campo sobre poupar trabalho, as condições tendem a, no mínimo, se encontrarem niveladas. Nesse contexto, a terra e o livre acesso a esta forma de meio de produção passam a ser vistos pelos mais variados grupos sociais como uma alternativa viável de se viver frente às mazelas originadas pelas políticas neoliberais (LINHARES; SILVA, 1999, p. XIV).

A agricultura no Brasil, diferentemente da maneira como aconteceu na Europa - em que a estrutura capitalista recém-surgida provocou grandes mudanças nas relações presentes na aristocracia e no próprio campo -, o processo foi completamente distinto. O desenvolvimento do capitalismo e o processo de urbanização não provocaram mudanças na maneira como as propriedades oriundas do campo eram vistas ou mesmo trouxe à tona a chamada *revolução agrária* como aconteceu na Inglaterra; o que aconteceu foi a manutenção da expropriação da população campestre e a criação de grandes latifúndios controlados pelas elites (LINHARES; SILVA, 1994, p. XIV).

Pensando nisto, um dos grandes projetos pensados pela maioria dos fazendeiros que possuíam ligação com o Estado Imperial no ano de 1888 era de revitalizar a lavoura cafeeira e recuperar o prestígio que outrora possuíam durante o período imperial. Apesar disso havia um grande embate ideológico dentro do próprio grupo uma vez que, de um lado, havia o grupo que entendia que a abolição da mão-de-obra escrava prejudicaria inteiramente os negócios, sobretudo porque não havia garantia que os trabalhadores europeus que estavam chegando ao Brasil conseguiriam exercer o trabalho da mesma maneira que os escravos. Na outra ponta, havia preocupação no tocante à ordem pública, visto que já se tinha o pressentimento que após o fim da escravidão o surgimento de confrontos provocados pelas tensões raciais seriam certos de acontecer (LINHARES; SILVA, 1999, p. 69).

As relações de poder entre este grupo e o Trono tornaram-se, num primeiro momento, uma possibilidade real a imposição de um regime completamente perverso ao país, sobretudo por conta do prejuízo que os escravistas diziam ter sofrido com a imposição da Lei Áurea. Dessa forma, o grupo propunha que deveriam receber uma indenização, visto que consideravam necessários ajustes para acompanhar os setores que estavam se desenvolvendo numa escala industrial. Estes setores em desenvolvimento consideravam interessantes a chegada da mão-de-obra estrangeira interessante pela possibilidade de entrarem em contato com técnicas de produção novas, além de enxergarem com bons olhos o processo de urbanização. Dessa maneira a política de indenizações planejada pelos donos de terras escravistas foi prontamente rejeitada a nível nacional. Além disso, ao contrário do que as regiões Nordeste e Sul - além do estado de São Paulo - passaram a realizar (o abandono da mão-de-obra escrava e o aproveitamento do trabalho oriundos dos imigrantes, junto da expansão do processo de industrialização), os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais se tornaram isolados, uma vez que eram os locais em que havia maior apoio político e social para as medidas de indenizações fossem aplicadas. (LINHARES; SILVA, 1999, p. 69-70)

Como alternativa - sobretudo para impedir que houvesse grande rejeição da ala mais conservadora do setor agrário - foi estabelecida uma política de empréstimos sob a justificativa de contribuir na recuperação dos grupos considerados mais prejudicados pelas medidas abolicionistas, tendo dado um prazo de cinquenta anos para o pagamento. Esta medida também possui uma conotação política, visto que não apenas servia como um agrado aos setores dentro do universo agrário como era uma estratégia para impedir a ascensão das ideias republicanas que estavam em voga naquela época, fazendo com que houvesse um confronto direto entre Rio de Janeiro e Minas Gerais (representando os favoráveis à manutenção do regime escravocrata) ante São Paulo (adepto ao abolicionismo e o desenvolvimento em escala industrial) (LINHARES; SILVA, 1999, p. 70).

Ao contrário do que possa parecer, o apoio dos fazendeiros paulistas às medidas abolicionistas não necessariamente tinha a ver com serem favoráveis a política propriamente dita, mas se mostravam extremamente contrários ao apoio financeiro que poderia ser dado à classe agrária fluminense. Dessa maneira, os auxílios foram cancelados por Ruy Barbosa (apoiador confesso da República), fazendo com que os escravistas não mais tivessem possibilidade de serem indenizados. Nitidamente a proposta num primeiro momento representava uma ruptura com o modelo agrário desenvolvido no Brasil anteriormente e, principalmente, demonstrava uma enorme rejeição aos interesses fundiários hegemônicos. Além disso, representava uma conquista aos liberais pois se aproximava ao modelo praticado nos Estados Unidos que privilegiava a *via farmer* (equivalentes ao que é chamado no Brasil de agricultor familiar), em oposição ao desenvolvimento agrário voltado aos grandes latifúndios, chamada *via prussiana* (modelo dominado por grandes proprietários e com produção voltada à exportação). A *via farmer* proposta pelos liberais brasileiros teria a terra mercantilizada pelo capital, este que lhe atribuiria um preço condicionado ao valor das mercadorias que ali eram produzidas e faria com que este bem entrasse definitivamente na circulação de capital. Dessa forma, o modelo desenvolveria uma grande revolução visto que o capital e seus proprietários assumiriam definitivamente o controle da economia além dos aspectos relacionados ao prestígio em torno da posse de terra, nivelando-os de acordo com o nível econômico (LINHARES; SILVA, 1999, p. 70-72).

A partir do estabelecimento da República no Brasil, houve a implantação de um projeto de incentivo a *via farmer* de agricultura, aliado a um incentivo a industrialização e fomento à imigração visando atrair estrangeiros para servirem de mão-de-obra. Ao passo que, num primeiro momento, a estrutura de incentivo a atividade agrária tenha apaziguado os

possíveis conflitos entre os vários setores dentro da agricultura surgiu uma contracorrente que prezava o acesso facilitado a crédito, a redução de impostos para exportação, além de obras de infraestrutura voltadas ao desenvolvimento de linhas férreas e portos. Dessa forma, os grandes proprietários de terras ainda desejavam que seus interesses fossem colocados como prioridade dentro das novas políticas de desenvolvimento agrário. A partir disso, os interesses em torno de pautas consideradas inicialmente essenciais para o regime republicano como o abolicionismo, tributação da propriedade fundiária, um programa que visava incorporar os negros libertos à nação através de distribuição de terras e incorporação dos mesmos ao sistema de ensino e o desenvolvimento industrial foram prontamente abandonados pelas elites quando conseguiram chegar ao poder. A República, ali surgida, mostrou um completo abandono de seus ideais republicanos (LINHARES; SILVA, 1999, p. 73-75).

As bases do conservadorismo agrário, nos anos seguintes, foram fundamentadas com o abandono completo das políticas inicialmente propostas por Ruy Barbosa junto de uma completa ausência de iniciativas para desenvolver o sistema agrário brasileiro com bases mais sólidas. As terras que anteriormente eram de posse do Estado Imperial começaram, por via de leis, a serem transferidas para as esferas municipais, estaduais, federais e particulares - estes últimos os mais interessados em tomar posse desse patrimônio. Passado ao fato de não terem existido políticas de distribuição de terras e incorporação das pessoas escravizadas no período da República Velha, os esforços para transferências de bens públicos para particulares foram significativos. O Estado, de certa maneira, legitimou a transferência de grandes pedaços de terra para particulares, sobretudo os grandes proprietários de terra de outrora. Sendo assim, este período da história brasileira pode ser considerado determinante para o surgimento dos grandes latifúndios. (LINHARES; SILVA, 1999, p. 75-76).

Ainda que a agricultura voltada para os grandes latifúndios tenha sua origem pela falha tentativa de institucionalizar políticas de desenvolvimento agrário adequadas pós-período colonial, a passagem dos anos fez com que a agricultura familiar passasse a ter maior importância a ponto de ser foco de inúmeros debates ao longo dos anos. O ponto é que nesse mesmo debate, identifica-se um distanciamento daquilo que foi definido como *via farmer* por Rui Barbosa anteriormente.

O interesse renovado e crescente pela agricultura familiar (haja visto que 2014 foi declarado pela ONU como o Ano Internacional da Agricultura Familiar) está relacionado a múltiplos aspectos, entre os quais dois se destacam. De um lado, está cada vez mais evidente que ao se falar em

agricultura familiar no contexto atual, não se está referindo ao campesinato tal como este era concebido nas décadas de 1960 e 1970. Os camponeses eram considerados os pobres rurais, pouco eficientes do ponto de vista econômico e ameaçados de desaparecimento pelo emergente capitalismo urbano industrial da época (sem contar que em alguns países eram considerados perigosos e incômodos por suas políticas e alinhamentos ideológicos). De outro lado, os agricultores familiares que estão ganhando destaque no momento atual não são aqueles diretamente identificados com os “*family farmers*” da América do Norte e da Europa do Norte, também conhecidos como agricultores “tipo farmer”, altamente tecnificados e produtores de monocultivos. Com exceção de algumas regiões e situações específicas, o estereótipo do “*farmer* americano” não corresponde à maioria dos agricultores familiares que existem no Brasil e nos demais países da América Latina. (SCHNEIDER; CASSOL, 2017, p. 86-87)

O perfil do agricultor familiar brasileiro levantado por Schneider e Cassol traz um panorama, por assim dizer, paradoxal. Se por um lado ele se distancia das definições da agricultura camponesa que eram discutidas nas décadas de 1960 e 1970, por outro a baixa presença de tecnologia e infraestrutura da maior parte do contingente dos produtores existentes no país faz com que as características deste tipo de profissional no Brasil sejam bastante peculiares. Este ponto demonstra como a definição de agricultor familiar se trata de algo extremamente complexo vista a multiplicidade de características identificadas.

1.2 – As definições de agricultura familiar no Brasil

O debate em torno da definição do que é a agricultura familiar no Brasil se mostra amplo. Em termos formais há o estabelecimento de diretrizes que determinam quais características definem o que é o produtor que se caracteriza como envolvido na agricultura familiar. Segundo a Lei nº 11.326 de 2006, dentre as diretrizes que estabelece, destaca-se:

Considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Entretanto, antes do estabelecimento do marco legal da agricultura familiar e o grande debate que tem acontecido sobre o tema nos últimos tempos é necessário voltar algumas décadas para contextualizar melhor o panorama. Durante a década de 1970, sobretudo nas reuniões do Pipsa (Projeto de Intercâmbio de Pesquisas Sociais na Agricultura), o foco do debate era a perspectiva de modernização da agricultura junto do processo de urbanização dos meios rurais, tendo os atores como polarizadores das relações fundamentais entre capital e trabalho ao definirem como referência às relações industriais. O principal enquadramento dos olhares para a constituição de uma estrutura empresarial dentro do setor agrícola e para a emergência de um proletariado que pudesse ocupar postos de trabalho de setores emergentes ou específicos. Em contrapartida o campesinato parecia que estava fora da discussão, fadado a acabar ou ser absorvido por outros processos que surgiriam junto às novas formas de capital no campo (WANDERLEY, 2003, p. 42-43).

Ainda sobre o contexto da agricultura na década de 1970 e abordando seu desenvolvimento durante a década de 1970, as transformações que estavam ocorrendo neste setor tinham como referência para análise os processos que aconteciam nos países capitalistas avançados, sobretudo os Estados Unidos e a União Europeia, tanto nos pontos positivos como os negativos. Durante a década de 70 o debate era voltado para a percepção que a chamada questão agrícola havia sido superada em virtude dos avanços tecnológicos que ocorreram no setor agrário, como a mecanização e o surgimento de novos e avançados insumos químicos. Na década seguinte, havia a sustentação que este processo de avanço tecnológico aprofundou a integração da agricultura aos capitais industriais, comerciais e financeiros, corroborando com o surgimento dos complexos agroindustriais (BUAINAIN; ROMEIRO; GUANZIROU, 2003, p. 313).

Por outro lado, mostra-se de maneira evidente que a imposição deste tipo de patamar analítico não significou necessariamente uma forma de produção homogênea, sendo representada justamente pelos modelos empresarial e industrial. Se há o debate atual sobre o significado da agricultura familiar neste novo contexto da integração da agricultura e do meio rural ele se dá porque esta nova forma social de produção ocupa uma posição extremamente importante tanto nas estruturas sociais brasileiras quanto na economia. O mesmo debate gira em torno de algumas questões que tratam sobre os diversos atores sociais que compõem este segmento e as distintas respostas que eles trazem a discussão, gerando um intenso campo de reflexão que ultrapassa os limites da academia e consegue ao mesmo tempo encontrar uma expressão teórica que a satisfaça (WANDERLEY, 2003, p. 43).

No sentido da discussão teórica existe uma dificuldade em conseguir definir um valor conceitual ao modelo de agricultura familiar que se difundiu no Brasil, principalmente após a implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Há uma diversidade de posições sobre esta discussão: para uns, o conceito de agricultura familiar se confunde com a definição adotada pelo PRONAF, cuja variável de aceitação parte do programa que propõe um perfil de beneficiários baseada na capacidade de atendimento dos mesmos. Na outra via, entende-se que a agricultura familiar corresponde a uma camada específica de agricultores que demonstram capacidade de adaptação às novas exigências do mercado em oposição a outros pequenos produtores rurais em condições similares. Na literatura são chamados “agricultores consolidados” uma vez que se já não se encontra numa posição de estabilidade dentro do seu nicho, podem vislumbrar essa possibilidade futuramente. A partir disso, é suposto que as políticas públicas devam construir bases sólidas para a formação desse segmento em específico (WANDERLEY, 2003, p. 43-44).

A partir da década de 1990, foi observada a redução relativa do crescimento dos postos de trabalho na zona rural de cunho estritamente agrícola em contraponto ao aumento do emprego rural não agrícola. Esta situação é apresentada como uma evidência de que a criação de empregos não agrícolas é uma alternativa estratégica para reter a população rural pobre em seus locais de moradia ao mesmo tempo em que se eleva seu nível de renda. Este fenômeno, da mesma forma que o êxodo rural da década de 70, é interpretado como resultado de um processo histórico no qual é difícil de lutar. Essa estrutura inicialmente dá o entendimento que o setor agrícola brasileiro se aproxima dos modelos de países capitalistas desenvolvidos, fazendo com que, à primeira vista, a elaboração de políticas públicas para o setor seja desnecessária, como uma reforma agrária que não fosse elaborada por preceitos meramente sociais. Dessa forma, assim como aconteceu nas duas décadas anteriores, esta visão do “novo rural” – sob um pretexto intelectual - contribui diretamente com a manutenção de políticas que continuam a fomentar o modelo agropecuário brasileiro fortemente caracterizado por desigualdade econômica, social e elevados níveis de pobreza. Assim, o argumento do “novo rural” vem sendo utilizado para justificar a necessidade do abandono de políticas agrárias e agrícolas voltadas para setores mais fragilizados da produção familiar, fazendo com que as políticas sejam mais voltadas a produção de empregos não agrícolas. Dessa maneira, os programas voltados a produção familiar muitas vezes são direcionados ao apoio às atividades agrícolas de nichos específicos de mercado, tendo foco o desenvolvimento

de produtos com alto valor agregado e que requerem intensa mão-de-obra em seu processo produtivo (BUAINAIN; ROMEIRO; GUANZIROU, 2003, p. 313).

Dessa maneira, fica evidente que o desenvolvimento rural não acontecerá como resultado das dinâmicas mercadológicas, mas sim na elaboração de políticas que possam promovê-lo. É necessário, num primeiro momento, que se transformem as expectativas que as elites brasileiras possuem do meio rural a partir da elaboração de políticas capazes de promover o meio rural. O esvaziamento social, cultural e demográfico é visto em grande parte das oportunidades como um corolário do próprio desenvolvimento. O meio rural brasileiro tem potencial para desempenhar para a sociedade brasileira funções positivas que são fundamentadas na descentralização do crescimento econômico e no fortalecimento das cidades médias (ABRAMOVAY, 1998 p. 2).

Se o êxodo rural, por um lado, permanece como um processo bastante significativo, por outro lado a precariedade com que os núcleos urbanos absorvem seus migrantes – principalmente as camadas mais jovens, principal público desse processo – são os que sofrem maiores dificuldades de inserirem neste meio, principalmente quando o ponto é a inserção no mercado de trabalho. Os investimentos brasileiros, numa primeira visualização, poderiam garantir uma trajetória de absorção de mão-de-obra considerada acima da média. O ponto chave é que os efeitos multiplicadores por trás desses investimentos tendem a repercutir de maneira contraditória quando visto o impacto sobre o meio rural. Num primeiro momento, faz com que a população rural – como visto, principalmente as camadas jovens – se sinta atraída a buscar novos rumos para suas vidas com as mudanças para espaços urbanos. Entretanto, com a diversificação da economia das cidades médias as demandas referentes a relação com o meio rural são ampliadas, fazendo com que novos caminhos para a formação de uma rede territorial que estime atividades variadas voltadas para o próprio campo (ABRAMOVAY, 1998, p. 2-3).

Um ponto que deve ser ressaltado sobre o crescimento industrial e a ampliação das cidades médias é que esses processos não garantem melhor distribuição de renda e, menos ainda, a redução do nível de pobreza urbana. Isso contribui para que a ideia de que no campo existem oportunidades de geração de renda que podem permitir e ao mesmo tempo promover uma melhor integração das populações que vivem sob a dinâmica urbana ao invés de ir em direção ao simples processo de migração. A transformação disso em realidade depende não apenas da capacidade do Estado, mas de um conjunto de forças que estejam engajadas na

valorização do meio rural, tendo necessidade de elaborar e executar projetos que dinamizem as relações rural-urbanas (ABRAMOVAY, 1998, p. 3).

Um dos causadores do êxodo rural é a grande subocupação de mão-de-obra, principalmente no âmbito da agricultura familiar. Isto faz com que o perfil migratório seja daqueles com maiores chances de encontrar trabalho nas zonas urbanas, mesmo que os vínculos empregatícios apresentem condições precárias. Dentro da literatura nomeia-se de “forças marginais e não transferíveis” presentes no interior da agricultura familiar; estas se referem ao trabalho que não encontra valorização mercantil fora da unidade familiar. Na Europa este tipo de dinâmica se baseia no trabalho parcial de mulheres, crianças e idosos, enquanto no contexto brasileiro é formada por homens e mulheres em plena idade ativa (ABRAMOVAY, 1998, p. 5).

Ao mesmo tempo em que as oportunidades de trabalho de baixo custo presentes em grande parte das regiões rurais brasileiras devem ser observadas com cautela e como uma desvantagem, pode ser considerada também uma boa oportunidade. Em situações de pobreza a produtividade do trabalho tem potencial de ampliação tendo por base investimentos modestos. A espera de que os benefícios do crescimento econômico atinjam as populações mais pobres apenas pela via de expansão da demanda por trabalho mostra-se um caminho incerto, ao contrário da possibilidade de dotá-las de meios necessários para convertê-las em protagonistas no processo de crescimento econômico nas regiões nas quais se localizam (ABRAMOVAY, 1998, p. 6). Uma análise de projetos financiados pelo IFAD de 1985 a 1997 demonstram esse panorama.

A análise de 100 projetos de desenvolvimento financiados pelo IFAD desde 1985 mostra uma taxa de retorno bem acima do esperado em projetos convencionais de investimento e também do custo de oportunidade do capital nos países em desenvolvimento. (ABRAMOVAY, 1998, p. 6)

O aspecto mais importante das experiências de geração de renda tendo referência os investimentos de pequeno porte é a organização da comunidade, algo que permite uma redução considerável dos custos de transação dos negócios e possibilita a criação de um ambiente de confiança para a realização das transações e colabora com o aumento da ação social entre os agricultores. Além disso, a eminente elevação de renda e o acesso a instituições com as quais estes cidadãos até então pouco ou não se relacionavam como bancos e

comerciantes atua como uma válvula de escape dos “atravessadores” (ABRAMOVAY, 1998, p. 7-8). Destaca-se uma das experiências observadas pelo autor nesse sentido

Cento e cinquenta pescadores beneficiados pelo programa do Governo de Pernambuco e da GTZ aumentaram sua renda de um salário mínimo para R\$ 500 reais mensais graças à troca de embarcações de madeira por outras de fibra de vidro (baiteiras). A obtenção de capital de giro permitiu que os pescadores dispensassem os “atravessadores” tradicionais e pudessem elevar seus ganhos com base na atividade econômica que vinham praticando até então. O importante é que puderam mudar o ambiente institucional em que se encontravam, uma vez que seu círculo de relações sociais agora inclui não só os técnicos do convênio como a indústria que lhes fabricou a nova embarcação, os comerciantes junto aos quais puderam diversificar suas aquisições e sobretudo a própria comunidade organizada em torno de um projeto bem sucedido. (ABRAMOVAY, 1998, p. 7-8)

O desafio central para que a agricultura familiar se converta na base do desenvolvimento rural está na possibilidade de dotá-la dos meios que lhe permita participar de mercados dinâmicos, competitivos e existentes no tocante a inovações. O que se tem hoje é que os segmentos em que ela se encontra são extremamente problemáticos, como é o caso da produção de grãos e sua tendência a constante queda de preços. Dessa forma não se pode conceber o desenvolvimento rural como apenas a expansão simplificada das atividades agropecuárias. Concomitante a isso, as atividades do meio rural durante muito tempo terão um peso determinante independente da tendência de crescimento das atividades agrícolas no campo. Tal conjuntura é característica do círculo do desenvolvimento rural brasileiro e não será resolvida pelo abandono prematuro das atividades agrícolas, mas por mudanças mais radicais em sua organização. A construção de novos mercados é onde se concentra o principal desafio do desenvolvimento rural. Esta transgressão não partirá das ações dos agentes privados, mas sim da organização dos produtores rurais apoiada pelos movimentos sociais junto ao poder público (ABRAMOVAY, 1998, p. 8).

No Brasil há um grande segmento da agricultura familiar que possui dificuldades ou não consegue se afirmar economicamente devido ao ambiente social que não a vincula ao mercado. Isso ocorre em regiões mais pobres do Nordeste, por exemplo, em que a comercialização se baseia muito fortemente a atravessadores, estes que por conta das dificuldades encontradas pelos produtores acaba sendo o destino final da produção. O fator determinante para esses fenômenos é a reduzida margem de escolha para comercialização de

seus produtos, além da dificuldade de se obter financiamentos que possam permitir a compra de insumos necessários para a produção além dos problemas que dizem respeito ao acesso à informação. Nas oportunidades em que esse perfil de produtor consegue acesso a crédito agrícola os resultados no que diz respeito a produção são imediatos, além de ser identificada uma nítida elevação de renda (ABRAMOVAY, 1998, p. 8). Neste caso, a mudança do próprio panorama social é identificada.

[...] neste caso, a família consegue emancipar-se do círculo de dependência clientelista a que está ligada e, por aí, abre a via para inserir-se em mercados competitivos - mesmo que sejam nos produtos que vinham praticando até então. (ABRAMOVAY, 1998, p. 8)

O grande ponto envolto ao acesso a crédito por parte das populações pobres está ligado a dois obstáculos. O primeiro deles, especificamente ao caso dos assentamentos, os financiamentos tendem a deixar de integrar projetos economicamente sustentáveis e passam a atuar como formas de complementação de renda, fazendo com que a condição de pobreza das famílias não seja alterada. No caso específico do PRONAF, o problema está no fato que, diferentemente da situação dos assentados em que não existe risco para a própria categoria e também para o sistema financeiro, os critérios de seleção para tendem a excluir agricultores que não ofereçam garantias sólidas mesmo que apresentem projetos economicamente viáveis (ABRAMOVAY, 1998, p. 9). Apesar dos pormenores, há espaço para a agricultura familiar dentro dos mercados convencionais. Todavia, tudo depende da organização que a unidade social venha a desenvolver.

O importante é que, mesmo nos mercados convencionais de produtos agrícolas, há um espaço significativo a ser ocupado pela agricultura familiar cujo desempenho, entretanto, vai depender fundamentalmente de sua capacidade de organização local e pressão sobre as instituições públicas e privadas para mudar a matriz de sua inserção social. (ABRAMOVAY, 1998, p. 9)

A ideia central na perspectiva apresentada é que o agricultor familiar se mostra como um ator social importante na ideia de agricultura moderna e sua existência é resultante da atuação do Estado. Ao passo que o exercício da atividade agrícola moderna necessita de maior domínio de conhecimentos técnicos, assim como um controle de gestão por meio de organização contábil, a modernização transforma este ator num profissional multidimensional.

A importância dos serviços de assistência técnica cresce em detrimento a “modernização tradicional, aquela que é resultado do *modus operandi* da forma tradicional de se produzir ao mesmo tempo em que se identifica transformações no caráter estrutural da atividade. Pensando nisso, o que concede aos agricultores familiares a posição de atores sociais que tenham função relevante na construção de um projeto de sociedade e não como simples objetos de intervenção do Estado é sua capacidade de ruptura. Logo, deve ser considerada a capacidade de resistência desta unidade social nos cenários de transformação social e econômica. A agricultura familiar atualmente não deve ser vista como uma mera continuidade ao campesinato tradicional devido às mudanças profundas que afetam a forma de produzir e a forma de viver dos agricultores (WANDERLEY, 2003, p. 44-48).

Em uma perspectiva recente, as alterações na lei da agricultura familiar fizeram com que a definição da categoria passasse a ser estabelecida a partir da presença de um percentual mínimo da renda oriunda das atividades econômicas desenvolvidas no estabelecimento. Essas mudanças, embora não presentes nas definições do primeiro Censo Agropecuário de 2006, por exemplo, fazem com que a complexidade de sua classificação seja observada.

Em 2011, o inciso da lei da agricultura familiar, acima referido, foi alterado, passando a ter a seguinte redação: “tenha **percentual mínimo** da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo” (Lei nº 12.512, de 2011, Artigo 39). Tarde demais para o Censo, mas muito importante para o encaminhamento das políticas públicas subsequentes. De fato, excluir a parcela considerada do universo da agricultura familiar prejudica a plena compreensão da sua diversidade interna. Vários fatores podem explicar a superioridade dos rendimentos externos. Basta, por exemplo, que dois idosos da família recebam a aposentadoria rural, para que a balança penda para esse lado. É preciso considerar, no entanto, que esse fato não anula a centralidade do estabelecimento produtivo para as estratégias de reprodução familiar. Mais uma vez, o que está em questão é a concepção de agricultor e a forma de apreender sua lógica de funcionamento. (WANDERLEY, 2017, p. 75)

Como observado na conclusão de Wanderley, fatores externos que colaboram com o aumento da renda de produtores familiares e, por isso, também influem na complexidade de definir seu perfil. Entretanto, não necessariamente isso faz com que passe a se entender de maneira específica o modo de produção do agricultor familiar. Ainda na questão sobre as definições, Wanderley (2017) observa que dentro dessas alterações até mesmo a linguagem utilizada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (hoje Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da

República) define que mesmo a nomenclatura a qual os documentos oficiais apresentavam ao se referir aos trabalhadores rurais em condições delicadas de vida: a expressão “pobres do campo” passou a tomar lugar de termos como “periféricos”, “desvalidos”. Essa nova abordagem surge, de acordo com a autora, por três aspectos:

- Em primeiro lugar, mais do que uma mudança de linguagem, a "franja periférica" passa a ser definida como o próprio público alvo dos programas territoriais, a quem se reconhece, claramente, a condição de agricultor familiar e se destina o apoio às atividades produtivas agrícolas [...] (WANDERLEY, 2017, p. 76).
- Em segundo lugar, apesar de manter as categorias de renda como elemento distintivo dos grupos de beneficiários do PRONAF, os programas territoriais levam em consideração a diversidade de situações que os caracterizam: assentados, comunidades tradicionais, agricultores familiares de comunidades rurais, mulheres, jovens, etc (WANDERLEY, 2017, p. 76).
- Em terceiro lugar, o crédito rural está associado a outras políticas, que procuram apreender a complexidade da situação dos agricultores pobres (WANDERLEY, 2017, p. 76).

Logo, percebe-se que a definição do que é o agricultor familiar no Brasil – mesmo que exista um critério estabelecido por lei – depende muito do contexto em que este ator está inserido. As políticas de fomento a este tipo de atividade, por exemplo, estão extremamente associadas aos variados cenários em que o produtor se encontra, o que transforma a definição de seu perfil e as ações voltadas para ele elementos multifacetados.

1.3 - As lutas e demandas da agricultura no século XXI

Partindo dos elementos anteriormente discutidos sobre a agricultura familiar, cabe uma reflexão tendo por base as impressões de autores sobre as principais demandas deste segmento produtivo neste século. Wanderley estabelece uma crítica a maneira como o perfil dos agricultores familiares é definido, ainda que não desconsidere as contribuições realizadas por outros autores e as exposições trazidas por levantamentos de informações anteriores.

Devo esclarecer que, as reflexões que proponho a seguir não visam a desconsiderar a contribuição dos autores aqui mencionados, não só para a compreensão do perfil da agricultura familiar, naquele momento, mas, também, para o encaminhamento de políticas públicas que, efetivamente, modificaram esse quadro negativo. A confirmação, em termos quantitativos, da diversidade de situações, no interior do grande grupo de estabelecimentos

familiares, constituiu, então, sem dúvida, um grande avanço. No entanto, parece também evidente que os resultados obtidos, as análises formuladas e as propostas de política encaminhadas refletem, antes de tudo, as concepções de seus autores. Quero me ater apenas a uma questão, que diz respeito à negação da condição de agricultores àqueles que aparecem nas estatísticas com renda monetária bruta próxima de zero. O que orienta esse tipo de classificação, que inclui certos tipos e exclui outros, é a referência a um modelo de agricultura, que afirma um determinado grau de racionalidade produtivista e certa forma de inserção no mercado, como parâmetros universais para definir a viabilidade dos estabelecimentos agrícolas. Assim, a ausência de rendimento monetário supõe, necessariamente, nessa perspectiva, que a unidade de produção é improdutivo, portanto, economicamente inviável. (WANDERLEY, 2017, p. 71)

A autora entende que a grande parte dos estudos que tratam da agricultura familiar no Brasil trazem conceitos que refletem diretamente a percepção dos autores sobre o tema. Um exemplo, como pode ser observado na sua colocação, é desconsiderar que agricultores com renda próxima do zero tendem a não aparecer nas estatísticas. A ausência desses atores faz com que se tenha a impressão que as unidades produtivas do qual fazem não se mostram eficientes e, em paralelo, impede com que outros aspectos sejam observantes perante essa situação. Wanderley traz à tona este ponto:

Ora, esta leitura fria da estatística desconsidera o que aportam todos os estudos realizados no Brasil, tendo como fonte, pesquisas de campo e contatos diretos com esse tipo de agricultor: eles se definem como agricultores. A fragilidade de seu acesso aos recursos produtivos é o principal objeto de suas lutas sociais, seculares e recentes, precisamente, no sentido de poderem consolidar as bases materiais de sua condição de agricultor. As estratégias produtivas recorrentes expressam, elas também, as tentativas de superar os obstáculos que lhes são interpostos. Sob esse ângulo, o dos próprios agricultores, as leituras se invertem: a agricultura familiar mantém vínculos essenciais com o mercado; esses vínculos não opõem o mercado às práticas do autoconsumo e da autoprovisão do estabelecimento familiar, inscrevendo-os antes, como complementares; o trabalho externo da família, que não é uma experiência exclusiva dos agricultores "periféricos", ao contrário de corresponder a uma perda de substância da condição de agricultor, é, na grande maioria dos casos, a condição primeira para a sua permanência no campo. (WANDERLEY, 2017, p. 72)

O ponto elementar, segundo observado, se refere ao acesso a recursos produtivos – tratados pela autora como principal objeto de luta deste grupo. As estratégias voltadas ao campo produtivo, no ponto de vista da autora, se mostram como tentativas de superar essas dificuldades encontradas por essa classe de trabalhadores. A agricultura mantém uma conexão forte, essencial, junto ao mercado. Além disso, uma observação importante que é realizada

nessa conclusão é que o trabalho além da agricultura não é algo exclusivo dos agricultores que possuem condições precárias, visto que isto pode ter relação direta com a capacidade destes atores em permanecer no campo.

Um dos pontos que se mostra obstáculo às estruturas dos programas dos programas territoriais é a concepção dos pequenos estabelecimentos como não agrícolas. Esta concepção influencia diretamente a discussão em torno da agricultura familiar e principalmente na concepção de políticas públicas voltadas a área. Isto abre margem para um novo panorama que vai para além dos procedimentos formais (que se referem a ampliar abrangência quanto ao acesso dos beneficiários), mas uma nova possibilidade de inclusão produtiva desta classe dentro da cadeia (WANDERLEY, 2017, p. 77). A partir disso, estabelece-se que

O desafio consiste, no entanto, mais uma vez, em confirmar a natureza da inclusão produtiva que deve ser proposta a esse tipo de agricultor. A esse respeito, admite-se que os indivíduos, de um modo geral, demandam a ser inseridos na sociedade através do reconhecimento de sua condição de trabalhador. O lugar que assumem no mundo do trabalho constitui o elemento central que forja a sua própria identidade social. Porém, no caso que estamos aqui considerando, não se trata de um trabalho qualquer. O que está fortemente em questão, é que tipo de trabalho corresponde à inclusão social desse trabalhador em particular. A grande maioria dos agricultores antes considerados "periféricos" reivindica o reconhecimento de sua identificação com um tipo de trabalho específico, aquele exercido de forma autônoma, em caráter familiar, através da posse e controle dos meios de produção para isso necessários. Em outras palavras, inclusão social para os próprios produtores significa o reconhecimento de sua condição de agricultor, de suas formas de trabalhar e produzir, cujas potencialidades devem ser apoiadas pelas políticas públicas, inclusive as destinadas à agricultura (WANDERLEY, 2017, p. 78).

Entende-se que há uma demanda da própria classe dos agricultores familiares, especialmente os tratados como "periféricos" por reconhecimento dentro da sociedade a partir do controle dos meios de produção necessário para isso. Logo, percebe-se que os agricultores que vivem em condições extremas possuem, efetivamente dificuldade de gerar renda a partir de sua atividade produtiva. Mesmo assim, não pode se desconsiderar as limitantes que possuem e as estratégias que elaboram para que consigam continuar existindo (WANDERLEY, 2017, p. 78).

Dessa forma, não "é demasiado insistir que as políticas é que devem responder às necessidades concretas do seu público alvo e não o contrário, esse adaptar-se aos condicionantes operacionais das políticas" (WANDERLEY, 2017, p. 79). Logo,

Essa compreensão deverá servir de base para fundamentar politicamente as escolhas da sociedade a respeito dos agricultores familiares em suas distintas categorias. Em outras palavras, trata-se de justificar a opção política de oferecer apoio às demandas produtivas desses agricultores mais precarizados, que vivem hoje o pior dos dois mundos: como não são considerados produtores, acena-se com a possibilidade de acesso a empregos não agrícolas, frequentemente não rurais, os quais, por sua vez, são reduzidos ou mesmo inexistentes na maioria dos pequenos municípios e raramente são objetos de políticas específicas. (WANDERLEY, 2017, p. 80)

Se faz necessário realizar uma problematização a respeito dos vários aspectos do setor da agricultura familiar e não mais marginalizar ou excluir alguns tipos encontrados nesse grupo, mas reconhecer suas particularidades e adequar as demandas destes na formulação de políticas públicas. É importante, principalmente por parte dos pesquisadores e os atores que formulam políticas públicas analisar este quadro de referências e considerar o conhecimento existente sobre estratégias e práticas dos agricultores (WANDERLEY, 2017, p. 80).

Segundo Herbelê (2017) a agricultura familiar se sustenta nos seguintes aspectos:

(a) está intrinsecamente vinculada à segurança alimentar e nutricional; (b) preserva os alimentos tradicionais, além de contribuir para uma alimentação balanceada e salvaguardar a agrobiodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais; (c) representa uma oportunidade para impulsionar as economias locais, especialmente quando combinada com políticas específicas destinadas a promover a autonomia do agricultor, reafirmando sua identidade, a proteção social e o bem-estar das comunidades e o desenvolvimento rural; d) demonstra o potencial para geração de postos de trabalho (HEBERLÊ, 2017, p. 134).

A partir desse panorama, as perspectivas de fortalecer a agricultura familiar se ampliam na medida em que o Brasil assume compromissos a nível internacional. Diante da necessidade de ter grande importância enquanto protagonista, principalmente por ter forte atuação dentro do setor agropecuário (familiar e internacional), o governo brasileiro chama as distintas instâncias governamentais para o debate. Isso faz em um cenário ideal que se abra um espaço para uma interlocução em nível nacional e regional, fortalecendo o intercâmbio das experiências e permitindo com que se identifique os problemas em comum – possibilidade que passar a existir devido a articulação. Não se trata de um processo simples, mas tendo como referência as análises feitas a partir desse intercâmbio e o desenvolvimento de uma construção de novas agendas e possibilidades de novos caminhos institucionais

(HEBERLÊ, 2017, p. 137). A partir desse panorama, o próximo capítulo estabelece uma breve discussão sobre os recursos disponíveis para realização da logística de distribuição no município de Campos dos Goytacazes.

Capítulo 2

A logística e a agricultura familiar no município de Campos dos Goytacazes

2.1 - Os princípios da logística e as atividades primárias que a estruturam

A logística é um dos elementos fundamentais quando se pensa no processo de distribuição e produção de uma mercadoria. Partindo dos mais tenros registros documentados da espécie humana, verifica-se que grande parte dos produtos considerados essenciais não eram feitos nos locais em que eram mais consumidos e, ao mesmo tempo, não se mostravam disponíveis nos períodos em que a procura era intensa. Devido a disponibilidade de recursos voltados a transporte e armazenamento adequados, a alocação das mercadorias era limitada àquilo que cada pessoa conseguia realizar a partir das próprias iniciativas, uma vez que tais itens se mostravam extremamente perecíveis e por isso permaneciam guardados por um curto período de tempo. Esse tipo de situação gerou dois tipos de cenários: o primeiro, mais imediato perante as circunstâncias, obrigava as populações a viverem perto das fontes produtivas fazendo com que o consumo dos bens fosse extremamente restrito. O segundo se tratou justamente do início dos estudos para contornar esse tipo de situação, seja tanto para distribuir melhor a produção de forma que as pessoas tivessem acesso quanto no sentido de expandir os negócios propriamente ditos (BALLOU, 2009, p. 25).

Dessa maneira, a logística pode ser definida de várias maneiras – mas sempre convergindo para a melhor distribuição e alocação das mercadorias. Rosa (2011) trata o conceito/campo como a possibilidade de colocar o produto (considerado pelo autor como certo, bem pensado, bem elaborado) em proporções corretas de quantidade, lugar, prazo, qualidade, documentação, custo (tanto custo de produção quanto o que é repassado para o consumidor), produzido da melhor forma possível e que seja deslocado rapidamente e ao mesmo tempo em condições adequadas, fazendo com que haja agregação de valor em torno do item que está sendo distribuído. Tendo, como ponto fundamental, o respeito ao aspecto humano envolvido neste ciclo (empregados, fornecedores e clientes) junto da preservação do meio ambiente. Em uma perspectiva complementar a esta, Costa, Amorim Junior e Silva (2015) definem logística como “o processo de planejar, implementar e controlar de maneira

eficaz o fluxo e a armazenagem de produtos, serviços e informações.” Tal ciclo tem o objetivo de garantir que os produtos, os serviços e os materiais estejam disponíveis aos consumidores em condições adequadas, com o menor custo possível e em tempo hábil. Elementos considerados fundamentais para a logística são (nessa ordem) o estoque, a distribuição, a localização, os serviços disponíveis aos clientes e o fluxo de informações. De maneira concomitante ao que foi apresentado, pode-se acrescentar que

A logística empresarial estuda como a administração pode prover melhor nível de rentabilidade nos serviços de distribuição aos clientes e consumidores, através do planejamento, organização e controle efetivos para as atividades de movimentação e armazenagem que visam facilitar o fluxo de produtos. A Logística é um assunto vital. É um fato econômico que tanto os recursos quanto os seus consumidores estão espalhados numa ampla área geográfica. Além disso, os consumidores que não residem, se é que alguma vez o fizeram, próximos donde os bens ou produtos estão localizados. Este é o problema enfrentado pela Logística: diminuir o hiato entre a produção e a demanda, de modo que os consumidores tenham bens e serviços quando e onde quiserem, e na condição física que desejarem. (BALLOU, 1993, p. 17)

Em síntese, a logística deve ser calcada como o ciclo necessário para que os produtos cheguem no mercado e ao público-alvo com a melhor qualidade possível - considerando tanto as condições com as quais o item chegará ao seu destino quanto o custo que ele trará para o consumidor. Não apenas isso, mas também deve-se pensar nas maneiras em que os artigos estarão disponíveis para o público e se tal disponibilidade é de fácil acesso. Por se tratar de uma questão não apenas estrutural como também econômica, a logística deve levar em consideração estes elementos a partir do período em que for elaborada.

Levando-se em consideração as observações realizadas, pode-se definir toda essa cadeia de processos como o Gerenciamento da Logística. Rosa (2011, p. 17) define este conceito como a “coordenação das diferentes atividades componentes da logística, tornando um conjunto harmonioso de atividades que visa obter os menores custos logísticos que atendam ao Nível de Serviço contratado pelo cliente [...]”. O gerenciamento do ciclo logístico engloba não apenas a produção propriamente dita como passa pela administração de todos os elementos que são necessários na cadeia fundamental de criação do produto. Dessa forma, a coordenação do beneficiamento, da produção das embalagens, das compras e vendas e das próprias atividades específicas da logística são fundamentais para que este processo possua um alto grau de eficiência e gere satisfação ao cliente quando a mercadoria está disponível

para venda. Desta forma, o pensamento genérico que costuma se ter a respeito da logística mostra-se extremamente limitado para definir a matéria.

Algumas pessoas concebem o conceito de logística como o transporte ou o estoque/armazenagem de produtos, no entanto, a logística engloba o transporte, o estoque/armazenagem de produtos e diversas outras atividades, desde o suprimento para a produção até a entrega do produto final ao cliente. (ROSA, 2011, P. 17)

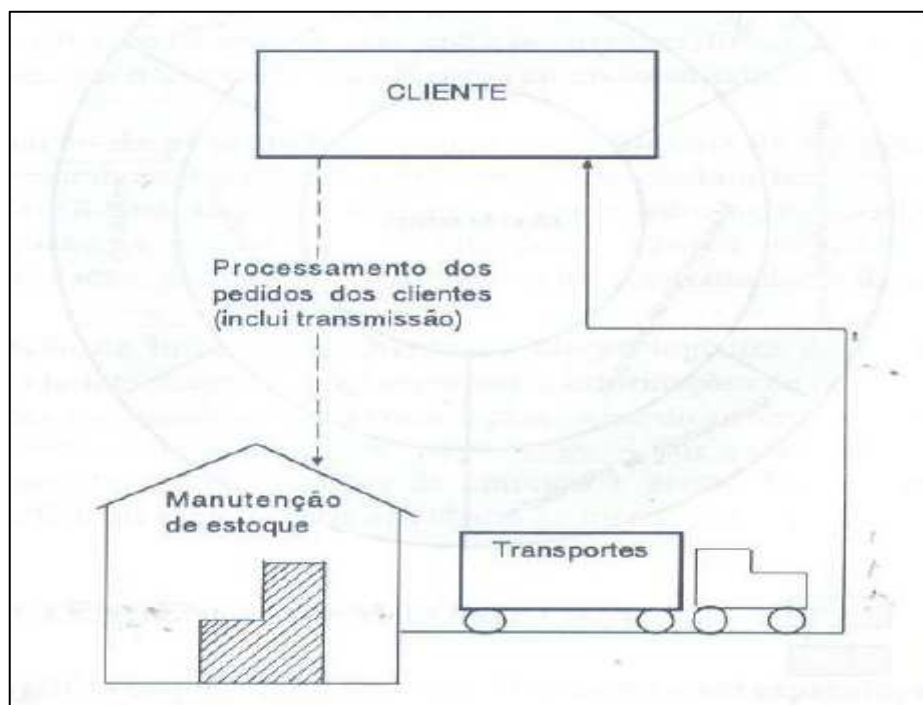
Dessa maneira, pode-se usar a definição do gerenciamento da logística e seus pontos fundamentais a partir da concepção de Ballou. A logística no sentido de agregar as atividades ligadas ao escoamento dos produtos e serviços de modo que sua gestão seja realizada de uma forma coletiva se trata de uma evolução do pensamento por trás da administração. Atividades como transportes, comunicação e estoques foram desenvolvidas de forma anterior a uma rede comercial que abrangesse regiões vizinhas, apesar da administração em si muitas vezes não ter se preocupado em focalizar a coordenação de maneira coletiva das atividades logísticas (BALLOU, 1993, p. 18). Sendo assim, as atividades primárias (ligadas como explicitado anteriormente como as relacionadas a distribuição dos produtos e disponibilização de serviços) pode ser definida por três:

- **Transportes:** se refere aos inúmeros métodos e mecanismos utilizados para movimentar os produtos. Dentre as alternativas populares destacam-se os veículos rodoviários, aeroviários e ferroviários além das vias específicas em que cada um dos tipos transita. Em relação a maneira como esta parte é administrada, as decisões voltam-se ao meio de transporte, ao método de transporte, a roteirização e a utilização da capacidade dos veículos que serão utilizados (BALLOU, 1993, p. 24).
- **Manutenção de estoques:** o estoque tem como objetivo agregar valor de tempo ao produto, ou seja, deve estar disposto da maneira mais próxima possível ao consumidor. Além disso, os estoques requerem uma administração cuidadosa tanto pensando na maneira em que os produtos são armazenados, quanto pelo custo em que este elemento gera para a cadeia logística. O estoque também deve manter seus níveis baixos (estar sempre escoando o produto) e simultaneamente disponibilizar os itens dentro daquilo que é demandado pelos clientes. (BALLOU, 1993, p. 25).
- **Processamento de pedidos:** este tópico se refere aos custos voltados ao processamento dos pedidos – que tendem a ser pequenos quando comparados aos dos

dois tópicos anteriores. Por outro lado, trata-se de uma atividade primária que tem em sua importância o fato de ser um elemento crítico no tocante ao tempo necessário a se levar os produtos até os pontos de escoamento dos bens e serviços, sobretudo por ser a primeira atividade a inicializar o movimento de entrega dos produtos e serviços (BALLOU, 1993, p. 25).

Tais atividades são consideradas primárias pelo fato de compor a maior parte do custo total da cadeia logística ou mesmo para a coordenação e cumprimento das tarefas estabelecidas para as operações da mesma. Junto a isso, essas três atividades consideradas pilares dentro do ciclo logístico podem ser colocadas em uma perspectiva na qual se possa identificar a importância de cada uma. Dessa forma, se torna possível verificar que o resultado final das operações logísticas é disponibilizar o serviço a partir de mercadorias voltadas aos clientes em qualquer circunstância. Assim, tais atividades vêm a se caracterizar como primárias. (BALLOU, 1993, p. 24). O esquema disponível na figura a seguir expõe de maneira objetiva como as atividades se relacionam.

Figura 1 – Relação entre as atividades logísticas primárias para atender clientes



Extraído de: BALLOU, 1993.

O ciclo, como pode ser observado, se retroalimenta a partir da seguinte lógica: os clientes estabelecem a demanda para um produto que é prontamente processada em forma de pedidos; os estoques com a mercadoria são devidamente armazenados e constantemente renovados; e, por fim, o transporte é realizado de forma segura para os pontos de escoamento com a finalidade do público acessar o item pelo qual criou a demanda. De forma a estabelecer que esta série de atividades seja bem desenvolvida e que o ciclo logístico, por consequência, demonstre eficiência em seu cumprimento, Ribeiro (1999) estabelece que se faz necessário um núcleo de informações que englobe a cadeia desde a aquisição da matéria-prima até a chegada do produto ao consumidor final. Esta sistematização é fundamental visto que seu funcionamento impede ou pelo menos diminui os erros durante toda a cadeia. Outro elemento, exposto por Saraiva *et al* (2013) afirma que a escolha dos procedimentos que serão utilizados para realizar a comercialização abrangem ações que se adaptam em uma pequena escala. Estas ações se relacionam com a qualificação das partes envolvidas diretamente no processo, no relacionamento junto aos fornecedores, clientes e prestadores de serviços, além da elaboração de planos estratégicos que façam os produtores se tornarem mais competitivos. A ausência desses elementos pode fazer com que haja atrasos quanto ao período de entregas e perda de informações.

2.2 - A situação da logística de distribuição dos agricultores familiares no Brasil

Para efeito de preparação para os dados referentes a cadeia logística dos agricultores familiares de Campos dos Goytacazes, se faz um breve levantamento sobre a logística entre os agricultores familiares brasileiros a partir de pesquisa bibliográfica de trabalhos que trataram de forma total ou parcial do tema. Inicialmente, precisa ser dito que não há possibilidade de elaborar algo do gênero de forma tão precisa. Entretanto, evidencia-se que há similaridades entre as situações selecionadas que levam a um entendimento de que, mesmo uniformemente, as características do processo logístico tenham um determinado norte no contexto brasileiro.

Algo que precisa ser salientado primeiramente diz respeito as implicações das estratégias elaboradas por parte dos produtores familiares. Wilkinson (1999) elabora que, sob esse viés, existe uma necessidade de aprendizagem de diversas atividades que não são tradicionalmente associadas à produção familiar. Dessa forma, observa-se a necessidade de elaborar fundamentos institucionais que visem proporcionar uma facilitação quanto ao trato dessas questões que se vinculam a gestão dos empreendimentos, a capacidade de lidar com o mercado, as negociações e identificação junto aos possíveis financiadores, o trato com

intermediários e outros aspectos. Sendo assim, se faz fundamental a criação de um ambiente que favoreça o desenvolvimento dessas habilidades aos agricultores familiares mais acostumados com o manejo tradicional da atividade agrária. Seguindo por essa perspectiva, a logística se mostra importante devido a possibilidade de permitir não apenas um melhor aproveitamento da produção (visto que, como dito anteriormente, o acondicionamento traz essa condição) como faz com que a possibilidade de expansão de mercado venha acontecer.

Ainda na perspectiva de Wilkinson (1999), “essas novas tendências impactam desigualmente por cadeias produtivas e por regiões.” Tendo como base o que foi trazido pelo autor anteriormente, pode-se dizer que os fatores como a localização, disponibilidade de recursos produtivos, acesso a crédito e outros aspectos podem sugerir um avanço grande em determinadas regiões, obstante a outras. De maneira conjunta, se observa que

Além da ótica da construção de mercados, o conjunto diversificado de atividades produtivas desenvolvidas pela agricultura de base familiar requer combinar a costumeira abordagem de tipo setorial com a consideração da dimensão espacial-territorial da atividade produtiva e das relações mercantis dela derivadas. A abordagem setorial focaliza os produtos ou cadeias produtivas e as características dos mercados segundo o tipo de produto, sendo necessária para tratar dos aspectos específicos ligados à elaboração e à colocação dos produtos nos seus respectivos mercados. Aos elementos extraídos das avaliações por produto, deve-se acrescentar uma abordagem espacial-territorial que considere os agentes econômicos (no caso, a unidade familiar rural) e seus ambientes (o território ou região). (MALUF, 2004, p. 305)

Logo, percebe-se que as peculiaridades de cada localização interferem diretamente na maneira como os produtos chegam aos seus mercados que, apesar de não ser objeto abordado nesse tratado, a menção da cadeia produtiva mostra-se pertinente. Como observa Maluf, a abordagem informa os setores de como os produtos escoam para o mercado fazem com que haja maior atenção para a maneira como chegam ao mercadejo. Logo, novamente entra a logística para essa discussão; o transporte se mostra um agente preponderante para que esse processo ocorra. Não apenas em relação a maneira como o produto é transportado, mas as vias (no sentido de estrada) utilizadas para isso.

Partindo para os casos usados como forma de contextualização, o estudo realizado em Mineiros-GO por De Paula e Kamimura (2014) traz alguns pontos extremamente relevantes. O município apresenta 43% dos estabelecimentos rurais presentes caracterizados como agricultura familiar, tendo como contrapartida a ocupação de 7% de sua área rural (uma

característica comum a produção familiar a nível nacional). Em relação a produção, apesar de focada na bovinocultura leiteira, possui sistemas de produção bastante diversificados – essa produção se baseia em hortaliças, frutas e outros produtos, ainda que não tenham um destino fixo, visto que a rentabilidade trazida pela pecuária leiteira garante aos agricultores uma renda garantida (DE PAULA; KAMIMURA, 2014, p. 39-40).

Dado esse panorama, há uma presença importante de entidades que colaboram diretamente com o desenvolvimento da agricultura familiar local. Dentre eles, destacam-se a Emater, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a prefeitura, a câmara municipal, organizações não governamentais, universidades, Sebrae, empresas da iniciativa privada e instituições que fornecem crédito rural. Como consequência disso, foram sendo implementados assentamentos rurais; a criação da Cooperativa de Crédito Rural dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Creditag), da Cooperativa Mista dos Agricultores e Agricultoras Familiares de Mineiros (Coopermin), do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e houve crescimento no acesso ao crédito do Pronaf. Junto a esses elementos foi criado o selo de certificação municipal estabelecido pelo SIM em parceria a Vigilância Sanitária (DE PAULA; KAMIMURA, 2014, p. 40).

Grande parte dessa estrutura comercial foi desenvolvida, sobretudo a partir da iniciativa realizada pela Emater em organizar os agricultores visando a criação das cooperativas citadas anteriormente. Segundo consta no trabalho, a entidade encontrou dificuldade para realizar os arranjos necessários para que o projeto fosse continuado; os agricultores não tinham disponibilidade para gerir os empreendimentos e, por isso, o papel das instituições públicas e privadas citadas foram fundamentais. Além disso, como uma forma de apoiar o desenvolvimento agrário, foi criado em meio a parceria entre as entidades junto aos agricultores o Programa de Assistência Técnica. Dessa forma, com a união de todos os fatores citados, foi possível a expansão no que diz respeito ao acesso a frentes mercadológicas – seja por meio de políticas públicas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) ou conseguindo atingir mercados mais distantes. Sob o ponto de vista logístico, a existência das cooperativas e do aparato técnico disponibilizados fez com que os agricultores apresentassem condições para armazenarem e escoarem sua produção leiteira, além de que a existência da certificação possibilitou com que o produto tivesse maior valorização nas frentes comerciais (DE PAULA; KAMIMURA, 2014, p. 41).

Trazendo outro estudo regional, dessa vez mais amplo, realizado em Minas Gerais. Em 2010 surgiu a proposta do projeto Nutre Minas que, dentre os principais objetivos, pregava a tentativa de inserção dos produtos oriundos da agricultura familiar no PNAE nos sete maiores municípios do estado (Belo Horizonte, Contagem, Betim, Ribeirão das Neves, Juiz de Fora, Montes Claros e Uberlândia) junto do abastecimento da Secretaria Estadual de Educação. Para tanto

[...] foram realizados diagnósticos de 80 empreendimentos (19 cooperativas e 61 associações da agricultura familiar), distribuídos em 59 municípios localizados em 11 das 12 mesorregiões do estado. Além disso, foram elaborados estudos sobre as principais características e exigências da execução do PNAE nestes municípios (COSTA; AMORIM JUNIOR; SILVA, 2015, p. 110-111).

Segundo Costa, Amorim Junior e Silva (2015), este projeto tinha a iniciativa de criar alternativas para realizar o abastecimento dos municípios anteriormente citados, junto à Secretaria Estadual de Educação. As atividades do projeto previam 80 diagnósticos participativos por empreendimento, estudo de mercado, estudo de viabilidade da produção, 80 visitas de orientação técnica e incentivos a regularização dos empreendimentos coletivos da agricultura familiar, 40 planos de negócio, elaboração de projetos de venda para os principais mercados institucionais dos grandes centros e reuniões de avaliação junto aos gestores da alimentação de cada uma das localidades compradoras para o acompanhamento das atividades. De forma concomitante, os recursos do FNDE se tornam um diferencial para a análise da conjuntura do estado.

Minas Gerais é o segundo maior estado do Brasil quando se refere ao volume de recursos repassados pelo FNDE para a alimentação escolar (PNAE). Em 2011, o valor deste repasse foi de R\$ 289.286.280,00 (rede estadual e municipal), sendo aproximadamente R\$ 87 milhões para compra direta da agricultura familiar. O estado contava com 305.899 agricultores e agricultoras com DAP e 397 empreendimentos aptos a comercializar seus produtos, atendendo à esta demanda (COSTA; AMORIM JUNIOR; SILVA, 2015, p. 116)

Ao passo que o estado recebe um elevado repasse do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), por outro lado os empreendimentos voltados para o Nutre Minas é de R\$ 5.582.259,79, tanto nas redes municipais e estaduais, correspondendo a os 80 empreendimentos analisados. Em outro viés, à medida que o PNAE se apresenta como

uma excelente oportunidade de comercialização há diversos desafios cotidianos dos agricultores e as organizações nas quais estão envolvidos pela busca ao acesso desse mercado. Mesmo com o volume destinado aos grandes centros para que os alimentos sejam adquiridos poder ser considerado como significativo, a logística de distribuição dos alimentos em cada uma das escolas é complexa e os requerimentos para que haja participação no programa da merenda escolar muitas vezes impossibilita ou dificulta o acesso por parte dos empreendimentos desenvolvidos pelos produtores familiares (COSTA; AMORIM JUNIOR; SILVA, 2015, p. 116).

Em relação a assistência técnica, 93% das cooperativas analisadas são assessoradas de alguma forma, destacando-se: 39% pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), ONG's 18% e o restante (36%) por universidades, instituições privadas, Sebrae e outros tipos de organizações que fomentam a agricultura familiar. Ainda que haja tamanho apoio, foi observado as demandas apresentadas pelos agricultores não se difere de outras situações pesquisadas. Além disso, observa-se que as organizações não conseguem suprir tais demandas por sua complexidade e o cenário novo que elas apresentam tanto para quem necessita da assessoria técnica quanto de quem a fornece (COSTA; AMORIM JUNIOR; SILVA, 2015, p. 119-120). Outros aspectos se mostram determinantes para que os produtos sejam devidamente escoados e atinjam o mercado, tal qual às condições sanitárias em que se encontram.

Quanto à adequação sanitária, para além das questões relacionadas à assessoria, a legislação sanitária tem se mostrado incompatível com a realidade dos empreendimentos, sua aplicação tem propiciado a concentração de mercado, favorecendo as grandes empresas agroalimentares, sobretudo as de produtos com maior valor agregado. Ou seja, criam-se oligopólios, impedindo a entrada de novos empreendimentos. Como afirma Wilkinson (2008), “a legislação federal sobre agroindústrias efetivamente tem excluído o setor artesanal de produtos perecíveis do mercado nacional” (p. 205). (COSTA; AMORIM JUNIOR; SILVA, 2015, p. 120)

Isso levanta questões importantes a respeito não apenas de como se encontram os produtos, mas as normas estabelecidas para que exista a possibilidade de ser comercializá-los. Ainda que se trate de um mercado considerado diferenciado, os padrões exigidos para que haja participação nos programas voltados a aquisição de alimentos são próximos daqueles que existem nos mercados de commodities, fazendo com que as formas de negociação sejam voltadas para a diversificação dos produtos e sua produção, o que interessa principalmente aos grupos dominantes desse segmento mercadológico. Isso faz com que as ações busquem

adequação ou mesmo alternativas que se adequem a realidade da agricultura familiar. Tal questão pode ser vinculada aos programas de assistência técnica que venham a levar a consideração nas partes agroindustrial e o gerenciamento dos empreendimentos para os quais prestam serviço (COSTA; AMORIM JUNIOR; SILVA, 2015, p. 120-121).

Ainda sobre as cooperativas analisadas, o trabalho aponta limitações nos pilares da logística (estoque, transporte e distribuição) e outros fatores relacionados a capacidade de produção dos agricultores. O transporte, primeiramente, é realizado da propriedade do membro da cooperativa até o estabelecimento em si em um trajeto considerado ruim em algumas oportunidades, além disso os produtos que requerem refrigeração ou outro tipo de armazenamento mais refinado necessitam de condições específicas para que sejam transportados. Entre as cooperativas analisadas, 50% terceirizam o transporte e os cooperados assumem o controle do escoamento ou buscam alguma forma de realizarem as entregas e 50% disponibilizam caminhões que auxiliam nesse processo. Ainda que isso seja algo importante para a cadeia logística de produtos oriundos da agricultura familiar, a necessidade de um local para armazenagem é apontada como uma limitação não apenas enquanto um espaço para produtos prontos voltados a comercialização, como no que diz respeito às condições adequadas para que a produção seja devidamente armazenada (COSTA; AMORIM JUNIOR; SILVA, 2015, p. 122).

Outros elementos considerados como problemas de logística estão relacionados aos registros de custos e outras informações do gênero, podendo a organização da produção ser atrelada a este elemento visto que, caso não haja registros da produção, torna-se inviável a cooperativa assumir compromissos com seus clientes – além de obter novos – e realizar de maneira regular a distribuição de seus produtos. Como forma de contornar os problemas que podem ser causados pela falha em registrar os custos, cooperativas de maior porte conseguem formar alianças estratégicas com empresas ou outras cooperativas para superar ou minimizar esse tipo de limitação. O maior problema é verificado quando são analisadas as cooperativas de menor porte (como as analisadas pelo trabalho) que muitas vezes ficam impossibilitadas de acessar os mercados pela ausência de estruturação nesse sentido e de formar parcerias que supram este tipo de demanda (COSTA; AMORIM JUNIOR; SILVA, 2015, p. 122-123).

Em uma terceira análise, dessa vez sobre o município de Dourados-MS, foram identificados 2.626 agricultores. Um dos pontos elementares da pesquisa foi verificar quantos desses agricultores possuem a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) (que permite acessar

os programas relacionados ao Pronaf) e dentro desses analisados 2.074 possuem a declaração ativada e 552 demonstraram não ter o cadastro ativo. Algo que é salientado sobre isso é que o processo de alteração sobre o DAP pode mudar durante os dias, pois a qualquer momento os agricultores cadastrados podem renovar seu cadastro – alterando o número de agricultores no período. Sobre a disponibilidade de terra para a produção agrícola, é definido que o tamanho das propriedades disponíveis é considerado pequeno e, conseqüentemente, mostra-se como um fator que limita o desenvolvido da atividade. Dentre os aspectos ligados à logística, o trabalho enfatiza principalmente o transporte. Ainda que comumente outras pesquisas do gênero apontem que as estradas rurais se encontram muitas vezes em situação precária, 67% dos respondentes do questionário do trabalho em questão definem as estradas até suas respectivas propriedades em boas condições de utilização – algo importante, uma vez que o município de Dourados se encontra próximo de rodovias que acabam por funcionar como via de escoamento da produção agrícola. Para mais, se faz menção a mais um caso em que o tamanho médio das propriedades é pequeno no município de Dourados, mostrando-se pouco diferente da extensão dos assentamentos. (BEZERRA; SCHLINDWEIN, 2017, p. 7-9).

Partindo dos casos analisados, verifica-se uma tendência de haver limitações na logística sobretudo no que diz respeito ao transporte. Ainda que existam casos de agricultores cooperativados e iniciativas que colaborem com a expansão mercadológica da agricultura familiar, as dificuldades encontradas para escoar a produção e ao mesmo tempo armazená-la e beneficiá-la mostra-se presente. Esses detalhes fazem com que os agricultores (com base nas situações verificadas) não atinjam o mercado de forma desejada. Além disso, mesmo as iniciativas governamentais, devido a seus rígidos critérios, não se mostram plenamente acessíveis aos públicos mais limitados.

2.3 – O panorama logístico dos agricultores familiares de Campos dos Goytacazes

Partindo dos conceitos sobre logística anteriormente expostos, este tópico do trabalho se focará em trazer informações que estão diretamente relacionadas aos princípios logísticos.

2.3.1 - Análise da localização dos agricultores

O município de Campos dos Goytacazes possui, de acordo com o IBGE¹, apenas 34,2% de sua área total urbanizada. Sendo o município com maior extensão territorial do estado do Rio de Janeiro com 4.032,487 km², há o indicativo que não apenas sua área rural se

¹ Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/campos-dos-goytacazes/panorama>

Bárbara, Santo Eduardo, Santa Maria, Santa Rita, Santa Tereza, Santo Amaro, Santo Eduardo, São Roque, Serrinha, Usina Bom Jesus e Vila Nova.

- **Área de Desenvolvimento Rural II:** Assentamento Dandara, Camará, Carvão, Chave do Paraíso, Colônia, Conselheiro Josino, Correnteza-2, Cruz da Serra, Desejo, Garrafão, Goiaba, Guarataia, Imburi, Josué de Castro, Quilômetro 13, Maceió – Vila Nova, Morro do Coco, Mundo Velho, Muritiba, Mutuca, Olaria, Palmares, Paraíso, Pedra Lisa, Pião, Quilombo-2, Ribeiro Grande, Rio Preto, Santa Maria, São Joaquim, São Luiz de Mutuca, Seis Marias, Serra e Vila Nova.
- **Área de Desenvolvimento Rural III:** Aeroporto, Baiano, Baixa Grande, Balança Rangel, Boa Vista, Bom Sucesso, Brejo Grande, Campelo, Campo Novo de Cacimba, Casinhos, Guandu, Jacarandá, Quilômetro 10, Quilômetro 13, Matutu, Mundeus, Posse do Meio, Ribeiro do Amaro, Roda D'Água, Santa Ana, São Diogo, Sapucaia, Travessão, Três Vendas, Usina São João, Zumbi I, Zumbi II, Zumbi III e Zumbi IV.
- **Área de Desenvolvimento Rural IV:** Aleluia, Assentamento Fazenda Baiano, Assentamento Novo Horizonte, Assentamento Santo Amaro, Barro Branco, Batatal, Bom Jesus, Cambuca, Conceição do Imbé, Deserto, Estrada do Pau Ferro, Imbé, Lagoa de Cima, Margarida, Monte Azul, Morangaba, Morro Grande, Penha, Ponta da Lama, Rio Preto, Santa Cruz, Santa Maria, Santo Amaro, Serrinha.
- **Área de Desenvolvimento Rural V:** Assentamento Antônio Farias, Bastião, Batatal, Beira do Taí, Caxeta, Cerejeira, Cosceta/Maruí, Dorés de Macabu, Elesbão, Estrada da Batalha, Estrada do Bastião, Estrada Maruinha, Guriri, Ibitioca, Macaco, Mato Escuro, Mocotó, Olhos D'água, Pernambuco, Ponta da Lama, Parque Leopoldina, Quilombo 5, Rio da Prata, Serrinha, Sossego, Tapera, Ururaí, Vista Alegre.
- **Área de Desenvolvimento Rural VI:** Agrovila Manhães, Água Branca, Alegria, Alphavile, Alto do Elizeu, Araça, Arueira, Assentamento Oziel Alves, Avenida Nilton Guaraná, Bacutau, Baltazar, Barra do Sul, Barreto, Beira do Taí, Bela Vista, Boa Esperança, Boa Vista, Boi Moreno, Bugalho, Cabaceiro, Caetá, Cambaíba, Campo Limpo, Campo Novo, Cantagalo, Capivara, Capões, Caracas, Carmo, Carvão, Chácara São José, Chapéu de Sol, Chatuba, Conema, Conjunto São Francisco, Coqueiro de Tocos, Cordavão, Correnteza, Criadouro, Cruzeiro do Pontal, Cundro, Cupim, Espinho, Estrada da Saquarema, Estrada do Cerco, Estrada do Espinho, Estrada da Areia, Estrada da Mata Canoa, Estrada do Alto, Estrada do Araçá, Estrada do Jacaré, Estrada do Sabão, Estrada do Saco, Estrada do Solo, Estrada do Veiga, Estrada do

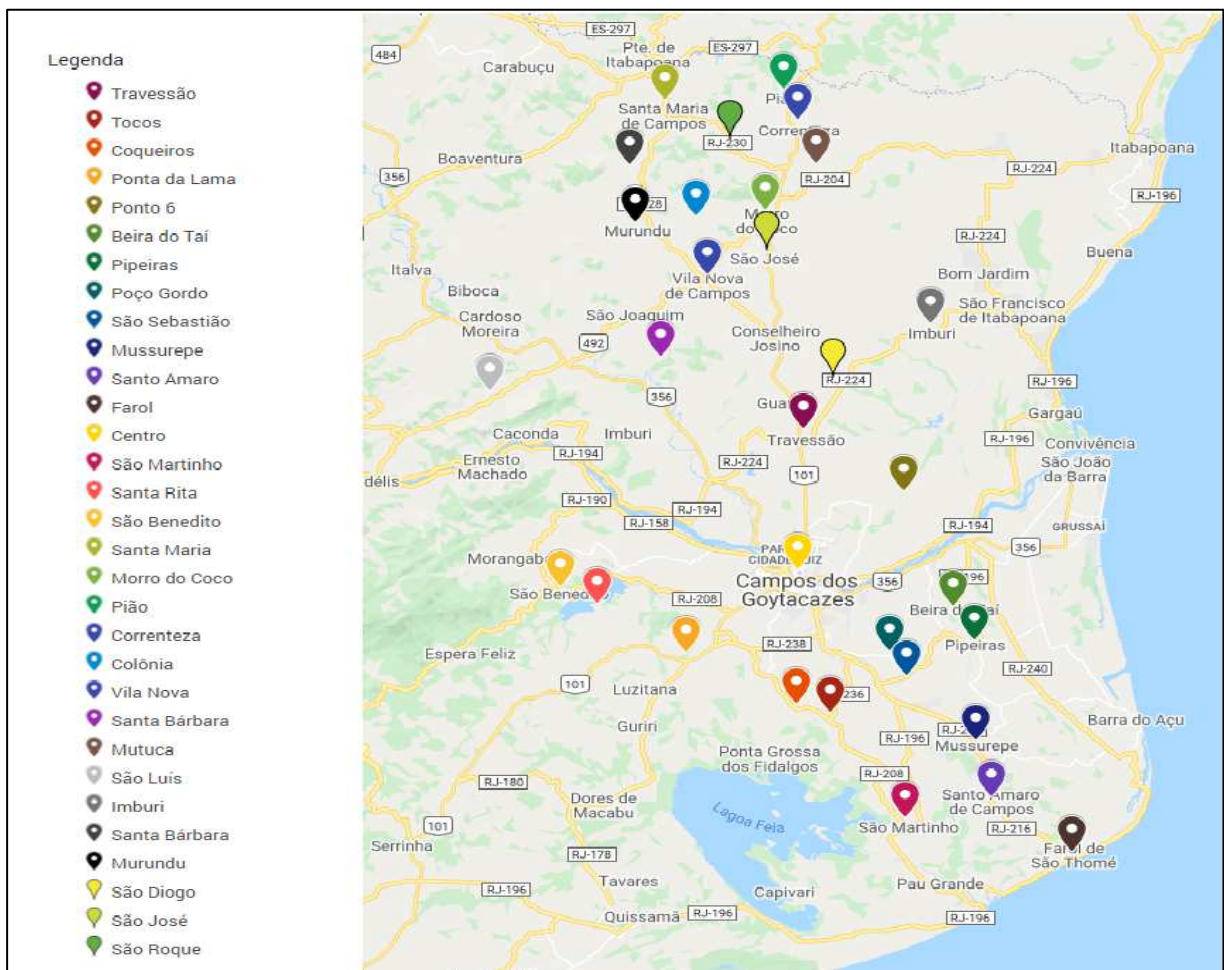
Espinho, Estrada do Peru, Estrada Poço Limão, Estrada Saquarema, Fazenda Caconda, Fazenda Cambaibinha, Fazenda Capivara, Fazenda Caxexe, Fazenda do Cerco, Fazenda do Loro, Fazenda Goiabal, Fazenda Lisoa, Fazenda Macacoá, Fazenda Pontal, Fazenda São José, Fazendinha, Foguete, Gado de Larga, Genipapo, Goiaba, Guati, Gumechama, Ilha do Carão, Ingá, Jacaré, Kuati, Lagoa da Bananeira, Lagoa do Coqueiro, Lagoa do Mato, Laranjinha, Lima, Lote 32, Maracujá 1, Machado, Mangueira, Marcelo, Martins Lage, Mato do Chiqueiro, Mato do Coqueiro, Mestre Negro, Mudeus, Mutema, Nossa Senhora da Conceição, Olhos D'água, Oziel Alves, Panteleao, Pataca, Pau Ferro, Paulo A, Paulo B, Paus Amarelos, Pedrinhas, Piabanha, Pichireia, Pintaca, Pixirica, Poço Gordo, Ponta Grossa, Pontal dos Fidalgos, Ponto de Coqueiro, Lagoa da Bananeira, Quaty, Rancho Azevedo, Rancho Casa Grande, Rancho Mendonça, Rancho Passa Tempo, Restinga, Sabão, Saco, Santo Amaro, São Bento, São Roberto, São Sebastião, Saquarema, Saquarema Grande, Sardinha, Senhorama, Serra Nova, Sítio Alexandre, Sítio São João, Sítio Aroeira, Sítio Balança de Jair, Sítio Beira do Taí, Sítio Boa Esperança, Sítio Boa Vista, Sítio Brilho do Sol, Sítio Campões, Sítio Carvão, Sítio Esperança, Sítio Mineiros, Sítio Santa Helena, Sítio Saquerma I e II, Sítio Taí, Sítio Venda Nova, Vala do Mato, Valeta e Venda Nova.

- **Área de Desenvolvimento Rural VII:** Alto do Elizeu, Arueira, Assentamento Ilha Grande, Barbosa, Baixa Grande, Boa Vista, Caboio, Canal das Flechas, Canto do Engenho, Ciprião, Córrego Fundo, Correnteza-7, Farol, Ilha Grande, Marcelo, Marrecas, Mulaco, Mussurepe, Olhos D'água, Pitangueira, Prainha, Retiro, Rio do Colégio, Santo Amaro, São Bento e São Martinho.

A quantidade de distritos, comunidades e outros tipos de localidades que compõem cada uma das ADRs se mostra extremamente vasta, fazendo com que o entendimento por trás dessa estrutura seja extremamente denso. Em uma primeira perspectiva, observa-se que em alguns casos há aparição de uma mesma localidade em zonas diferentes. Isto dá o indicativo que não apenas os produtores que moram nestes locais se localizam em ruas mais próximas das “localidades matriz” de cada uma das ADRs, como abre-se margem para identificar especificidades dentro das características do eixo produtivo de cada um deles. É possível que, em uma verificação mais profunda, haja maior similaridade entre os agricultores localizados em ruas mais próximas das “localidades matriz” do que daqueles que moram em outras ruas do mesmo centro.

Outro aspecto que pode ser observado unindo o elemento das localidades a maneira em que as ADRs estão dispostas está a distância dos principais centros comerciais presentes no município. De acordo com Abreu (2018), a maioria dos estabelecimentos comerciais de Campos dos Goytacazes está localizada na zona urbana do município, correspondendo a bairros como Centro, Pelinca, Guarus, Parque dos Prazeres, Turf, Jockey, Novo Jockey entre outros. Observando a disposição presente no Mapa 1, esta zona se localiza na intersecção entre as ADRs III, IV, V e VI. O que a princípio pode parecer algo positivo visto que quatro dos sete distritos estão próximos aos principais pontos de comercialização do município, a partir do momento em que se verifica o intervalo entre as zonas específicas em que residem os agricultores fica evidente que o acesso a esta via de escoamento é consideravelmente distante. O mapa a seguir apresenta o panorama da distância entre os principais distritos do município em relação ao centro.

Mapa 2 – Localização dos principais distritos da agricultura familiar de Campos dos Goytacazes em relação ao centro do município

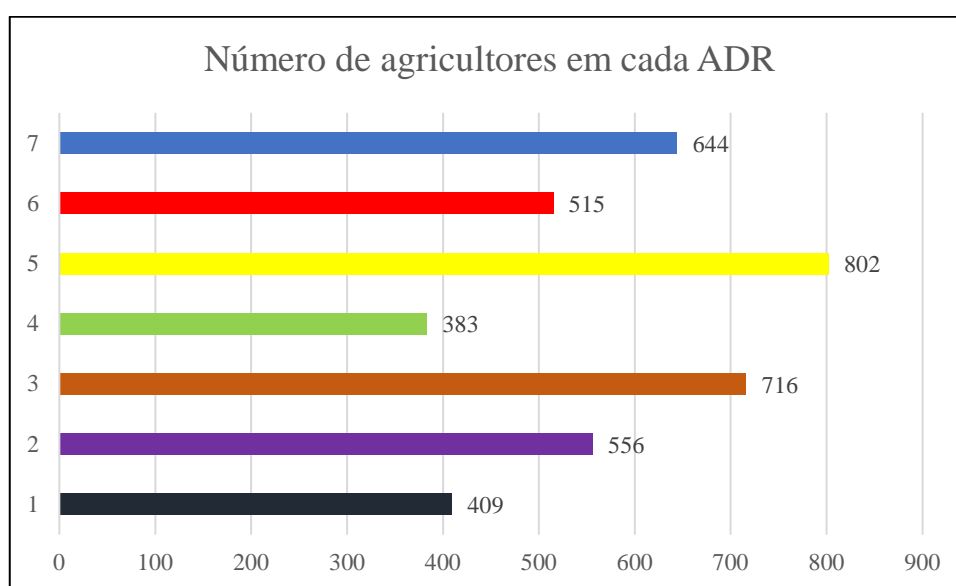


Fonte: Elaborado pelo autor.

O Mapa 2 apresenta Campos dos Goytacazes dividida por suas distritais. Várias das localidades que foram comentadas anteriormente fazem parte da conjuntura dessas pequenas alas da região. Sendo assim, ao passo que os distritos/sub-regiões presentes na intersecção citada anteriormente (no mapa anterior se refere a São Benedito, Santa Rita, Ponta da Lama, Pipeiras, Beira do Taí, Pipeiras, Correnteza, Tocos e Coqueiros) estejam localizados a distâncias relativamente acessíveis a parte central do município (variando entre 20 e 45 km de distância), as condições das estradas podem trazer dificuldades em acessar os principais pontos comerciais da localidade. Este elemento não pôde ser analisado para este trabalho tanto pelas dificuldades apresentadas graças a pandemia da Covid-19, quanto pela escassez de informações disponíveis – seja pelo noticiário ou pesquisas anteriores que abordaram este ponto.

De maneira concomitante, outros elementos que serão abordados a seguir entram nesse debate: a disponibilidade de transportes, como o transporte é realizado, qual o tipo de veículo e os demais aspectos anteriormente citados que são fundamentais para a logística. Ainda, a quantidade de agricultores presentes em cada uma das ADRs pode trazer indicativos da existência da concentração da população de produtores familiares em áreas mais próximas do eixo central do município. O gráfico a seguir expõe a divisão de agricultores por zona.

Gráfico 1 – Distribuição da quantidade de agricultores familiares por Área de Desenvolvimento Rural



Fonte: Cadastro do Produtor Rural (2017). Elaborado pelo autor.

O número total de agricultores identificados tendo como referência as informações presentes no Cadastro do Produtor Rural é de 4.025, sendo que 59,87% deles se concentram justamente nas ADRs III, IV, V e IV. Ainda que seja difícil precisar individualmente a localização de cada um dos produtores, haja vista a variedade de elementos presentes na base de dados, tem-se a percepção que as motivações para que haja tamanha concentração de agricultores familiares próximo a zona com maior presença de estabelecimentos comerciais tenha motivação os fins propriamente comerciais e aspectos pessoais (ter acesso a serviços de educação, saúde, lazer, dentre outros). O panorama social entra como um elemento chave para a compreensão deste ponto e abre margem para que futuras pesquisas sejam desenvolvidas nesse sentido. Por ora, se fixa o entendimento que a proximidade da maior concentração de consumidores vem a facilitar o escoamento da produção - vide a observação de Ballou (1993) sobre o processamento de pedidos.

2.3.2 - Análise da disponibilidade de transporte

Como citado anteriormente, o transporte se trata do elemento mais importante do ciclo logístico uma vez que é a partir dele em que os produtos chegam até os pontos de distribuição ou mesmo para os consumidores de maneira direta. Dessa forma, ao verificar a maneira como os dados do Cadastro do Produtor Rural estão dispostos é verificado que há um tópico voltado exclusivamente a este elemento. A opção, em um primeiro momento, foi a de separar os dados de forma que cada ADR pudesse ser visualizada individualmente partindo das opções de resposta disponíveis. Logo, tem-se:

Tabela 1 – Disponibilidade de transporte por parte dos agricultores (divisão por ADR)

ADR	Disponibilidade de transporte			
	Próprio	Terceirizado	Próprio e Terceirizado	Sem resposta
1	158	147	9	95
2	210	201	31	114
3	44	367	50	255
4	151	147	8	77
5	312	227	32	231
6	232	117	13	153
7	303	202	32	107

Fonte: Cadastro do Produtor Rural (2017). Elaborada pelo autor.

Algo a ser considerado sobre a maneira em que os resultados foram dispostos está relacionado a coluna “Sem resposta”. Devido ao fato de que haviam espaços em branco na coluna presente no Cadastro do Produtor Rural que tratava sobre a disponibilidade de transportes, ainda que seja induzida a ideia de que os não respondentes de fato não possuam veículos disponíveis, se fez a opção de manter a coluna dessa forma por uma questão metodológica – impedir que haja alguma parcialidade nos resultados brutos encontrados. Dito isso, pode ser observado que aproximadamente 34,94% dos agricultores presentes no cadastro disseram possuir veículo próprio (excluindo a categoria “Próprio e Terceirizado”) e que a maior parte dos detentores de veículos próprios para transportar a produção se encontra nas ADRs que possuem as localidades mais próximas da região central do município. Ainda que seja difícil mensurar que estes agricultores em sua totalidade ou mesmo em parte residam nos distritos mais próximos ao centro de Campos dos Goytacazes, trata-se de uma possibilidade real que seja mais viável possuir veículos morando em áreas mais próximas a central devido a maior concentração de comércios nesta última junto de ser a área em que as políticas públicas voltadas a agricultores como o Mercado Municipal e a Feira da Roça são executadas².

Outro ponto a ser observado se refere a terceirização do transporte. É difícil mensurar exatamente o que essa variável indica, mas existem algumas possibilidades a serem discutidas. A primeira está diretamente ligada a figura do atravessador. Comumente a literatura que trata sobre agricultura familiar tende a indicar este processo como de responsabilidade do atravessador – este um ator que comumente compra a produção dos produtores familiares por baixos preços e revende para os mercados a preços maiores. O ponto em que essa figura se mostra extremamente relacionada a este ponto analisado é de que o agricultor pode ter considerado em sua resposta o atravessador como um intermediário, uma vez que o transporte se mostra um dos elementos mais custosos da cadeia de atividades da logística. Em torno disso, Ballou (1993) destaca que o transporte se trata da mais importante entre as ações que compõe a logística e tem um custo operacional de um a dois terços do custo que todo o processo representa. Dessa forma, mostra-se como algo possível que os agricultores entendam que a figura desse intermediário seja uma maneira de terceirizar o transporte e, simultaneamente, baratear os custos de produção.

² Fonte: Abreu (2018)

Outro ponto está ligado a possibilidade de que agricultores terceirizarem o transporte por conta do nível de produção elevado. Esta discussão também se mostra bastante imprecisa caso venha a ser realizada a partir da leitura fria dos dados disponíveis no cadastro, uma vez que não há informações específicas sobre a quantidade média do que é produzido por cada um dos agricultores. Em um ponto distinto, está a participação dos agricultores em algum tipo de ação associativa que possa vir a disponibilizar transporte de alguma maneira. Este ponto será discutido adiante no trabalho, entretanto em uma análise prévia de Abreu (2020) sobre a participação dos produtores rurais da ADR I em associações e cooperativas, foram identificados que 41,1% (que representa 168 dos agricultores que moram em algum bairro, distrito ou comunidade dessa zona) são ativos quanto a presença neste tipo de iniciativa e que 63,09% (106) se encontram membros de cooperativas que tratam de produtos derivados de leite – as citadas no trabalho são Associação dos Produtores Rurais de Santa Maria Campos (APRUSMAC), Cooperativa Agrária Vale do Itabapoana Ltda. (CAVIL) e Laticínios Bella Vita Ltda. Entretanto, não há certeza de que realizam o transporte devido à escassez de informações disponíveis de maneira pública sobre as atividades dessas instituições. Sobre a produção leiteira, o próximo tópico tratará diretamente deste elemento.

2.3.3 - Análise da disponibilidade de recursos para o armazenamento

Como observado nas especificações sobre as atividades primárias da logística o armazenamento da produção é colocado como uma das prioridades que qualquer pessoa jurídica ou física deve administrar de forma competente para que seus produtos cheguem em condições favoráveis ao mercado. Sendo assim, em uma análise feita no Cadastro do Produtor Rural sobre as variáveis que pudessem se encaixar nesse ponto apenas foi identificada a disposição de tanques de resfriamento. Para tanto, foi preciso cruzar essas informações com outras referentes ao tipo de produção dos agricultores e, com isso, se chegou a informações que dizem respeito a produção leiteira.

Tabela 2 – Relação entre a produção leiteira e o acesso a tanques de resfriamento

ADR	Produz leite?		Acesso a tanques de resfriamento? *	
	Sim	Não	Sim	Não
1	244	165	126	118
2	204	352	58	146
3	126	590	87	39

4	171	212	71	100
5	282	520	137	145
6	87	428	68	19
7	113	531	42	71

* Pergunta específica para aqueles que responderam positivamente à questão anterior

Fonte: Cadastro do Produtor Rural (2017). Elaborado pelo autor.

Dos 4.025 produtores identificados a partir da verificação dos dados presentes no Cadastro do Produtor Rural, aproximadamente 30,41% produzem leite e dentro desse recorte 48% possui acesso a tanques de resfriamento. Este tipo de situação pode estar associado a participação dos produtores em associações que trabalham com produtos derivados de leite. Ainda que as informações disponíveis a respeito das atividades desses empreendimentos sejam parcas, a natureza desse tipo de ação coletiva permite o entendimento de que essas cooperativas dispõem dessa estrutura para aqueles que nela estão cadastrados.

Junto disso, a informação de que daqueles produtores 52% que produzem leite e não possuem acesso a tanques de resfriamento expõe que há uma lacuna extremamente grande no eixo logístico voltados aos laticínios. Sobre o armazenamento, Ballou (1993) enfatiza que embora não seja viável disponibilizar a produção de maneira instantânea e sim disponibilizar um nível aceitável de produtos é necessário manter o estoque, visto que isso (de acordo com o autor) “abafa” tanto a oferta quanto a demanda. A ausência dos tanques, portanto, impede que a produção atinja seu potencial máximo e permita que os produtores de leite tenham um estoque que consiga cobrir as entressafras dentro da manufatura leiteira.

Com base nas informações expostas até aqui, evidencia-se que tanto os produtores de leite especificamente quanto os agricultores de maneira geral podem apresentar dificuldades em escoar seus produtos para as principais zonas comerciais de Campos dos Goytacazes. Além disso, a falta de garantias para que haja armazenamento adequado de produtos perecíveis como os laticínios impede que o público e os mercados potenciais sejam devidamente atingidos. Isso abre margem para que sejam verificadas a presença de iniciativas públicas e privadas voltadas ao fomento e desenvolvimento da agricultura familiar, além de apurar quais vias mercadológicas os produtores conseguem atingir.

Capítulo 3

Sobre a participação no mercado

Após a explanação no Capítulo 2 que diz respeito as características do ciclo logístico dos agricultores familiares do município de Campos dos Goytacazes, esta seção tem como objetivo tratar sobre outros aspectos que estão diretamente associados ao processo anteriormente discutido. Os programas, como já observado, e as ações cooperativas e associativas têm papel relevante na cadeia de produção e distribuição dos produtores rurais. Logo, aqui se traz três tópicos importantes nesse debate: a participação nos programas de fomento à agricultura familiar; a presença junto ao comércio local; e, por fim, a participação dos agricultores nos empreendimentos cooperativos.

3.1 - A participação dos agricultores em programas de fomento à agricultura familiar

Dentro da literatura voltada para a análise das características do meio rural é comumente citado que o Brasil possui heterogeneidade entre suas regiões nesse campo. Nunes et al. (2015) destaca que essa diversidade também se reflete na agricultura familiar. As regiões brasileiras apresentam especificidades em relação a infraestrutura do modo de produção rural e, ao mesmo tempo, desenvolvem e reproduzem situações desproporcionais que tangem os campos econômico e social, criando desigualdades específicas das regiões. Nesse sentido, há um pensamento crescente nas últimas décadas que visa reduzir as desigualdades e promover o desenvolvimento regional a partir da implantação de políticas territoriais que sejam voltadas a estruturação e progresso da agricultura familiar.

Apesar dessa nova preocupação perante os desafios existentes sobre o a evolução da agricultura familiar e a implantação de programas voltados ao fomento da mesma, alguns desafios surgiram nesse período. Oliveira (2015) destaca que o modelo de desenvolvimento dos países latino-americanos fez com que os investimentos públicos ficassem concentrados nas capitais e regiões metropolitanas, fazendo com que empresas, capital financeiro e as populações que não residiam nessas regiões se atraíssem para tais áreas. Dessa forma, como observa o autor, criou-se uma dicotomia nesta relação:

Como consequência observam-se nitidamente duas situações diametralmente opostas em termos de acesso a políticas públicas e desfrute das condições de cidadania: a das áreas essencialmente urbanas das metrópoles e grandes cidades de um lado; a das áreas essencialmente rurais dos territórios formados por pequenos aglomerados urbanos, remotos e com baixa densidade populacional, de outro. E é nesse segundo ambiente onde está inserida a maior parte da agricultura familiar, o que se conclui que ela se realiza nas mais precárias condições de cidadania, onde estão ausentes políticas públicas que assegurem condições mínimas de bem-estar social. (OLIVEIRA, 2015, p. 220)

Ao passo que os maiores investimentos se concentram nos principais centros urbanos, algo fortemente chancelado pelos governos latino-americanos, cria-se com isso uma precariedade nas áreas rurais desses países não apenas no desenvolvimento da atividade agrícola como na possibilidade das populações que vivem nas localidades interioranas poderem ter acesso a outros tipos de serviços públicos que são fundamentais para o exercício de sua cidadania. Esse processo é destacado por Abaunza (2015), trazendo a observação de que o crescimento médio dos países não vem a resolver os problemas de equidade, inclusão e sustentabilidade visto a maneira limitada como o planejamento nacional dessas nações e o desenvolvimento das políticas setoriais são realizados. Há a necessidade de se adequar as especificidades de cada região de um país, incluso os territórios rurais e os grupos sociais específicos (agricultores familiares, indígenas, jovens e mulheres).

Esta situação de não se atentar as especificidades das regiões e do público que se quer atingir faz com que haja limitação sobre o alcance das políticas. Celestrino et al (2017) versa que a não adequação as exigências do mercado e, por conseguinte, das políticas de fomento à agricultura limita a manutenção do agricultor dentro do sistema e ao mesmo tempo sua competitividade. Independentemente do tamanho de sua propriedade e capacidade produtiva, se mostra necessário adequar-se as demandas mercadológicas e normativas impostas a esse segmento. Logo, pensa-se na forma excludente com as quais são pensadas as políticas de desenvolvimento rural – sobretudo aquelas pensadas para servir as demandas da agricultura familiar.

Pensando nestes elementos, esta parte do trabalho foi pensada para ser exposto e debatido o alcance das políticas públicas de desenvolvimento rural elaboradas e promovidas pela gestão municipal de Campos dos Goytacazes. A existência desse tipo de iniciativa já se mostra algo positivo, tendo em vista que em um primeiro momento pode-se concluir as especificidades locais foram levadas em consideração. Analisando as informações disponíveis no Cadastro do Produtor Rural que tratam justamente da participação dos agricultores em

políticas públicas agrárias locais, são identificadas as seguintes iniciativas: Patrulha Rural, Mais Leite, Defesa Sanitária, Mais Frango, Merenda Escolar, Feira da Roça e programas de capacitação rural.

Esta parte da pesquisa, vale ressaltar, se mostrou bastante curiosa. A princípio se fez a opção de buscar informações dos programas por meio de documentos e publicações oficiais como o Diário Oficial do município, das diretrizes presentes na Lei Orgânica Municipal, os termos dos programas propriamente ditos e outros documentos oficiais, junto a informações disponibilizadas nos portais de transparência. Entretanto, as buscas se mostraram insatisfatórias tendo em vista a dificuldade de encontrar esse tipo de informação. No Portal Oficial da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, mesmo tendo um Portal de Transparência e a disponibilização do Diário Oficial, não foram encontradas informações com a precisão necessária. Apesar disso, as buscas por notícias a respeito das iniciativas realizadas a partir das políticas públicas foram encontradas no mesmo portal. Dessa maneira, foram localizadas 170 notícias que versavam sobre essas políticas (com exceção da Defesa Sanitária). Este levantamento documental permitiu que se obtivesse um panorama interessante sobre a execução dessas ações entre 2010 e 2020. Além disso, buscou-se consultar trabalhos já realizados que tratam das políticas públicas voltadas a agricultura presentes na localidade.

O primeiro dos programas se trata da Patrulha Rural. De acordo com Almeida (2018) se caracteriza como um programa que promove subsídios a agricultores, partindo da utilização de máquinas e serviços técnicos prestados por funcionários designados da prefeitura. O objetivo central é promover ações de limpeza em canais, prestar suporte à logística de vendas (a partir do transporte de alimentos e insumos para o mercado local), ajudar no preparo do solo e promover a abertura de bebedouros de animais. Em relação ao maquinário e aos materiais utilizados pelo programa, a distribuição é feita de acordo com a necessidade de cada Área de Desenvolvimento Rural.

As informações obtidas pelas ações do programa a partir da coleta realizada no Portal Oficial da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, primeiramente, foram publicadas entre abril de 2014 e maio de 2015. As atividades localizadas se basearam em: preparação do solo para o plantio dos principais alimentos cultivados pelos agricultores locais (milho, feijão, quiabo, abóbora, cana, aipim, entre outros) com a utilização de quarenta tratores, partindo de um acordo firmado com as empresas que venceram a licitação para ceder os equipamentos ao programa³; a manutenção do Canal da Água Fria no distrito de Lagoa de Cima, junto da

³ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=24511

desobstrução de 130 km de canais localizados no município⁴⁵; e a disponibilização de equipamentos para ajudar na alimentação de animais, sobretudo o gado⁶.

O Mais Leite se trata de um projeto municipal cujo objetivo é fomentar os produtores leiteiros através da disponibilização de tecnologia voltada à atividade junto a promoção da capacitação de profissionais de extensão do município, além dos próprios produtores. O desenvolvimento das atividades ocorre a partir da parceria com empresas prestadoras de serviço para a prefeitura, estas vindo a realizar o atendimento. Dentre as instituições parceiras se encontra o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), tendo participado da iniciativa com a realização de visitas técnicas (ALMEIDA, 2018, p. 42).

Em relação as informações disponibilizadas no Portal Oficial da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes que dizem respeito as ações dessa iniciativa, foram encontradas cinco notícias publicadas entre dezembro de 2013 e março de 2016. A partir da investigação realizada, tem-se: a abertura para o cadastramento de 300 novas vagas para o projeto⁷; a apresentação de protótipos de produtos que iriam estar contidos em futuros kits disponibilizados pelo programa⁸; a definição das localizações que iriam receber os kits do programa e a parceria com a Empresa Assistência Técnica Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro (EMATER-RJ)⁹; a entrega dos kits na Baixada campista, especificamente aos moradores do Assentamento do Incra¹⁰; e a distribuição de kits na região norte do município¹¹.

A Defesa Sanitária se trata de uma iniciativa que visa realizar a fiscalização dos produtos agrícolas e, ao mesmo tempo, promover capacitação e orientação aos agricultores com a finalidade de melhorar seu processo produtivo disponibilizando cursos de pequena duração. Um dos principais objetivos dessa ação é promover o desenvolvimento agrícola e oferecer insumos que possuem o selo de qualidade VISA (próprio da Vigilância Sanitária) (ALMEIDA, 2018, p. 42). Não foram encontradas informações no noticiário a respeito das iniciativas do projeto.

O programa Mais Frango tem como principal foco incrementar a renda dos produtores familiares desenvolvendo atividades focadas na capacitação dos produtores interessados em participar da iniciativa, promover a realização de acompanhamento técnico e contribuir na

⁴ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=27009

⁵ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=27154

⁶ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=29683

⁷ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=22716

⁸ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=26239

⁹ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=33891

¹⁰ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=35206

¹¹ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=35168

implementação de mini-granjas (realizadas em uma parceria entre a prefeitura e o próprio produtor, este último responsável pela parte da alvenaria)¹². Em suma, o programa tem como finalidade ajudar no refino da criação aviária realizada pelos agricultores familiares locais.

Foram encontradas no Portal Oficial da Prefeitura de Campos dos Goytacazes 24 notícias a respeito de ações desenvolvidas pelo Mais Frango, correspondendo ao período de março de 2012 a outubro de 2015. Uma vez que o volume de informações coletadas foi elevado, se fez a opção de destacar algumas das iniciativas realizadas tomando como referência as atividades desenvolvidas pelo programa. Logo, tem-se: disponibilização de uma linha de crédito no valor de R\$ 12.000,00 para o programa pela Fundação de Desenvolvimento de Campos (FUNDECAM)¹³; a criação das chamadas Unidades de Capacitação dos Pequenos Produtores Rurais, disponibilizando cursos voltados a gestão de negócios¹⁴; o oferecimento de infraestrutura para produtores cadastrados no programa a partir da concessão de uma mini-granja, 1.700 pintinhos e implementos agrícolas¹⁵; a apresentação do Mais Frango e do Mais Crédito, este último tendo atendido 275 clientes e concluído 44 operações de crédito que totalizaram R\$ 5.914.962,53¹⁶; a disponibilização de cursos de capacitação de níveis básico e avançado a partir de uma parceria com o Serviço Nacional de Aprendizado Rural (SENAR) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), respectivamente¹⁷; a formação da primeira turma de capacitação de nível básico¹⁸ e o início das atividades voltadas ao nível avançado¹⁹; e a reestruturação da granja modelo criada pelo programa em uma iniciativa da Secretaria de Agricultura²⁰.

A Merenda Escolar se trata de uma iniciativa que parte da compra de produtos que serão introduzidos na alimentação das escolas, seguindo os critérios estabelecidos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – cuja diretriz impõe que 30% dos alimentos presentes no cardápio escolar sejam oriundos da agricultura familiar por meio da obrigatoriedade da compra desses produtos. A compra, segundo consta, é realizada da seguinte forma:

¹² <http://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/2014/05/programa-mais-frango-vai-beneficiar-produtores-rurais-de-campos-no-rj.html>

¹³ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=12832

¹⁴ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=24310

¹⁵ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=25363

¹⁶ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=25646

¹⁷ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=25741

¹⁸ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=26869

¹⁹ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=27461

²⁰ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=30224

Este tipo de compra ocorre através de chamada pública, havendo dispensa à licitação. Para participar da chamada pública os agricultores têm que apresentar a DAP de pessoa física individualmente, ou de pessoa jurídica para fornecimento em grupo. Os alimentos da Merenda Escolar atrelado ao PNAE são adquiridos com a verba do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) e fundamentado nas leis federais 8.666/93 e 11.947/09 (ALMEIDA, 2018, p. 42)

O processo de compra da Merenda Escolar é realizado, portanto, a partir de chamadas públicas em que pessoa física ou jurídica que apresente a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), com o município utilizando verbas da FNDE para aquisição dos alimentos. Sobre as informações da execução da iniciativa, entre abril de 2010 e setembro de 2019 foram divulgadas 25 notícias, com destaque para: a primeira discussão sobre as compras do município a partir das novas diretrizes estabelecidas pela Lei Federal 11.947/2009 que passou a exigir os 30% da compra dos alimentos diretamente da agricultura familiar²¹; o planejamento para aquisição de alimentos realizado em uma parceria entre Secretaria de Agricultura e Secretaria de Educação²²; a criação da Lei Municipal 8.334 que prevê a aquisição de alimentos diretamente da agricultura familiar em consonância com as exigências do PNAE²³; a elaboração do cardápio da merenda escolar municipal para melhor organizar a aquisição dos gêneros alimentícios²⁴; a previsão do PNAE ser implementado no município ainda no ano de 2014²⁵; a divulgação dos resultados atingidos pelo programa da Merenda Escolar (163 escolas, 79 creches e duas entidades da rede educacional beneficiadas)²⁶; a liberação da venda por parte de produtores de leite para a Merenda Escolar²⁷; e a abertura da última chamada pública divulgada em 2019²⁸.

A Feira da Roça se trata de uma das políticas públicas municipais de fomento à agricultura familiar mais antigas de Campos dos Goytacazes. Segundo Almeida (2018), o projeto foi criado em 1991 e conta com sete locais de vendas espalhados pelo município. Além da disponibilização de espaços específicos para a comercialização o projeto visa disponibilizar transporte para a comercialização (localizados nos bairros/distritos de Farol de São Tomé, Turfe Clube, Parque Leopoldina, IPS, Jardim Carioca, Centro e Parque Tamandaré), subsídios aos participantes voltados a preparação do solo e orientação técnica. A

²¹ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=1021

²² https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=12116

²³ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=18414

²⁴ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=18867

²⁵ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=27081

²⁶ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=27305

²⁷ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=27576

²⁸ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=54451

oferta dos produtos fica a cargo do próprio produtor cadastrado, bastando seguir critérios de qualidade estabelecido pelas diretrizes do programa como o oferecimento de produtos frescos e a não utilização de agrotóxicos. Esses pontos são fiscalizados por um órgão próprio do município.

A pesquisa documental realizada visando a identificação das atividades da Feira da Roça tendo como base as notícias disponibilizadas no Portal Oficial da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes foi a que a teve o maior número de resultados encontrados, identificando 109 notícias publicadas entre fevereiro de 2010 e março de 2020. O elevado número de publicações encontradas faz com que haja necessidade de selecionar alguns dos relatos para melhor contextualizar as ações do programa. Grande parte do que foi divulgado foram notas da Assessoria de Imprensa do município sobre a existência da Feira no distrito de Farol do São Tomé. Feito esse esclarecimento, se tem: o aspecto turístico da Feira da Roça na localidade de Farol de São Tomé, sendo uma atração de grande importância para a região²⁹; o planejamento para melhorar a infraestrutura do projeto, especialmente promovendo a reforma das barracas³⁰; a parceria firmada entre a Secretaria de Agricultura e Pesca junto à Secretaria de Saúde com o objetivo de cadastrar alguns participantes do projeto no Programa de Atenção à Saúde do Trabalhador³¹; entrega das novas barracas aos feirantes cadastrados no programa³²; o desenvolvimento das ramificações da Feira da Roça (Feira de Bairro e Feira do Interior)³³; a criação de um trecho voltado para o estacionamento de veículos dos clientes da Feira da Roça e feirantes em um trecho da Rua Lacerda Sobrinho pela Empresa Municipal de Transportes³⁴; a distribuição e instalação de tendas maiores (tamanho 6x6) na região do Farol de São Tomé³⁵; ampliação da Feira da Roça no bairro de Goitacazes para 40 barracas³⁶; a distribuição de 1,2 mil mudas pela Superintendência Municipal de Agricultura e Pecuária aos cadastrados na Feira da Roça que estão alocados em Goitacazes³⁷; a Feira da Roça surgindo como uma alternativa ao desabastecimento de produtos agrícolas nos supermercados em virtude da greve dos caminhoneiros ocorrida em 2018³⁸, tendo grande movimento durante o período³⁹; a distribuição de 1.400 mudas na Feira da Roça instalada na Praça da República⁴⁰;

²⁹ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=18

³⁰ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=1912

³¹ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=4409

³² https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=6620

³³ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=8522

³⁴ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=15482

³⁵ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=22912

³⁶ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=43676

³⁷ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=44903

³⁸ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=45559

³⁹ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=45635

distribuição de 1,5 mil mudas na Feira da Roça alocada em Farol de São Tomé⁴¹; e a distribuição quinzenal de mudas na Feira da Roça em Farol de São Tomé⁴².

A Capacitação Rural especificamente se mostrou a mais dispersa das ações promovidas pelo município pensando no desenvolvimento da agricultura mudar. Na realidade, o que se encontrou foram ações dessa natureza que já faziam parte dos programas existentes - como se observou na Patrulha Rural, Mais Leite e Mais Frango, por exemplo, que em suas diretrizes consta a realização de capacitação para os cadastrados. Além disso, foram identificados outros projetos promovidos por entidades que não estão diretamente ligadas a prefeitura de Campos dos Goytacazes como o Custo Técnico em Fruticultura do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar)⁴³, os cursos de Agricultura Familiar e Operação de Maquinário Agrícola do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego no Campo (Pronatec Campo)⁴⁴ e o curso de Apicultura desenvolvido pelo Instituto Estadual do Ambiente (Ênea)⁴⁵.

O que se identifica a partir das informações obtidas na pesquisa documental a respeito das políticas públicas de desenvolvimento agrário executadas no município de Campos dos Goytacazes é a presença de iniciativas que visam promover a qualificação dos produtores do município, junto da disponibilização de assistência técnica aspirando o melhor desenvolvimento das atividades por parte dos produtores rurais. No que diz respeito a transparência, tanto na pesquisa aqui realizada quanto na observação elaborada por Almeida (2018), fica evidente que as informações de âmbito legal dos projetos são extremamente escassas. Muitas páginas online utilizadas como referencial por trabalhos desenvolvidos sobre as políticas públicas agrárias do município se mostraram indisponíveis atualmente, demonstrando não apenas um problema relacionado a preservação do histórico do que foi realizado anteriormente, como atesta a falta de transparência da prefeitura nesse quesito.

Sendo assim o Cadastro do Produtor Rural, concomitante a esse contexto das políticas locais, traz informações que expõem a participação dos agricultores familiares ante essas políticas públicas e contém dados ligados ao interesse dos produtores registrados em participar de alguma delas – provavelmente, durante a coleta de dados, alguns dos programas tratados aqui estavam em fase de planejamento ou transição no que se refere ao

⁴⁰ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=48785

⁴¹ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=50059

⁴² https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=57037

⁴³ <http://etec.senar.org.br/curso/curso-tecnico-em-fruticultura/polos-presenciais/>

⁴⁴ <https://www.portaldoagronegocio.com.br/gestao-rural/capacitacao/noticias/pronatec-campo-leva-ensino-e-qualificao-ao-meio-rural-fluminense-2506>

⁴⁵ <http://www.inea.rj.gov.br/parque-estadual-do-desengano-promove-curso-de-capacitacao-sobre-apicultura/>

cadastramento, sendo uma possível justificativa para os resultados encontrados. Dessa forma, a tabela disponibilizada a seguir expõe os dados coletados no cadastro sobre a presença dos agricultores nas iniciativas existentes no município que são promovidas pela prefeitura municipal.

Tabela 3 – Participação dos agricultores familiares em programas de fomento a categoria

Programas	Áreas de Desenvolvimento Rural (ADR)						
	ADR 1	ADR 2	ADR 3	ADR 4	ADR 5	ADR 6	ADR 7
Patrulha Rural	293	430	544	266	634	380	487
Mais Leite	0	0	0	0	0	0	0
Defesa Sanitária	171	244	84	79	279	55	118
Mais Frango	0	0	0	0	0	0	0
Merenda Escolar	0	7	52	10	8	14	8
Feira da Roça	0	0	0	0	0	0	0
Capacitação Rural	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Cadastro do Produtor Rural (2017). Elaborado pelo autor.

A política com maior presença entre os agricultores familiares do município é a Patrulha Rural, com cerca de 75,4% dos agricultores presentes no Cadastro do Produtor Rural respondendo que têm acesso aos serviços promovidos pela iniciativa. Um dos aspectos que levam a crer tamanha presença do programa no município tem a ver com a forma como ele se estrutura. Como visto anteriormente, o maquinário utilizado para realizar as ações de nivelamento de solo e abertura de canais hidrográficos é pertencente a empresas que disponibilizam esses equipamentos e são parceiras do programa – abrindo margem para que se consiga um número importante de instrumentos a partir da abertura de edital. Aliado a isso, a maneira como os equipamentos são dispostos por área é realizada pelos próprios agricultores. Como o número é elevado, há uma tendência que vários produtores rurais necessitem de fazer uso desse tipo de serviço e, portanto, há um aumento de interesse em participar do programa. O elemento da alocação dos equipamentos ser feita pelos próprios agricultores se mostra um ponto interessante da Patrulha Rural, visto que permite uma atuação extremamente ativa dos agricultores nas ações promovidas pelo programa.

Os resultados obtidos na análise dos dados referentes a participação nos programas Mais Leite e Mais Frango são intrigantes. Como verificado no levantamento das notícias relacionadas ao programa, várias ações foram realizadas no recorte temporal dos relatos

encontrados como a disponibilização de equipamentos para a realização das atividades referentes ao foco das políticas, a promoção de capacitação técnica aos produtores e até mesmo a abertura para novos cadastros. Entretanto, o Cadastro do Produtor Rural indica que nenhum agricultor presente na base de dados respondeu positivamente quanto a participação em qualquer um dos dois programas. Sobre o Mais Leite especificamente, há uma variável que trata do interesse dos produtores em participar da política, vindo a conter respostas (“Sim” e “Não”). Entretanto, por não ser algo necessário (uma vez que funciona como pesquisa de interesse) para esta pesquisa estas informações não foram utilizadas. A falta de possibilidade em ir a campo verificar as informações junto a Prefeitura ou mesmo com os agricultores dificulta a forma de precisar o motivo da ausência de informações sobre a participação dos agricultores nas iniciativas com base no cadastro. Apesar disso, podem ser levantadas alguns pontos sobre os motivos das informações estarem dispostas dessa forma:

- As políticas, diferente do que foi divulgado, não foram ou não são extremamente difundidas entre os agricultores do município;
- Houve dificuldades em obter informações precisas sobre a participação dos agricultores nas políticas públicas citadas durante a elaboração do Cadastro do Produtor Rural;
- Há uma falha no Cadastro do Produtor Rural que não registrou as informações coletadas sobre as políticas em questão;
- Os agricultores fazem uso da estrutura disponibilizada pelos projetos, mas ao mesmo tempo não fizeram cadastro para tal.

Essas possibilidades se mostram plausíveis em virtude do desencontro de informações observado durante a pesquisa. De qualquer maneira, as observações se mostram interessantes para que pesquisas futuras sejam feitas com base nelas. Especialmente se tratando da transparência das informações divulgadas, tendo em vista que já foi levantada a ausência de informações anteriores durante o processo de captação dos dados.

A Defesa Sanitária é citada como presente no cotidiano de 25,59% dos produtores presentes no Cadastro do Produtor Rural. Ainda que o número de agricultores seja representativo, a falta de maiores informações sobre a forma como as ações geradas por ela atingem os produtores são escassas gera uma dificuldade de verificar o quanto ela realmente impacta no desenvolvimento das atividades dos agricultores familiares. Alguns paralelos, contudo, podem ser feitos com base em outras informações disponíveis no cadastro em

relação as iniciativas propostas pelo programa como é o caso do oferecimento do selo de qualidade da Vigilância Sanitária aos produtos cadastrados. Este fator, por exemplo, pode ser diretamente relacionado com o acesso dos agricultores familiares aos mercados locais formalizados como supermercados, hortifrutis e outros. O tópico seguinte, voltado especificamente para o acesso aos mercados, tratará desse elo.

A Merenda Escolar abarca aproximadamente 2,46% dos agricultores presentes no Cadastro do Produtor Rural, baixo número e abre questionamentos sobre os motivos que levam a esse dado. O município possui um total de 4.061 agricultores familiares, sendo que para esta análise estão sendo considerados 4.025 devido as informações ausentes sobre a localização de alguns dos agricultores registrados no Cadastro do Produtor Rural. Campos dos Goytacazes também apresenta o maior número de estabelecimentos agropecuários e agricultores de forma geral no estado do Rio de Janeiro⁴⁶, apresentando enorme potencial a ser explorado no segmento agropecuário. Além disso, as pesquisas sobre o valor dos produtos vendidos pela agricultura familiar indicaram que os preços são menores quando comparados ao comércio. Logo, quais os motivos que levam uma política em tese inclusiva a não atingir um amplo campo de agricultores familiares locais? Mesmo com a presença de iniciativas governamentais que visam melhorar o método de produção desses produtores? Junto desses elementos, o Cadastro do Produtor Rural e as informações coletadas por meio de outras fontes indicam que a produção local de alimentos agrícolas é extremamente variada. Abreu (2018) aponta que os agricultores do município produzem milho (7,85%), feijão (36,82%), abacaxi (11,36%), banana (47,23%), arroz (3,80%), laranja e/ou limão (37,66%) e outros gêneros agrícolas (27,36%) demonstram que a produção é diversificada o suficiente para abastecer as principais demandas alimentícias das escolas e creches do município, estas totalizando 299 unidades⁴⁷. Este tipo de distorção necessita ser verificada com mais veemência em pesquisas posteriores, visto que esse tipo de iniciativa não se mostra inclusiva no município.

A Feira da Roça se mostra um caso interessante, assim como verificado nas políticas Mais Leite e Mais Frango. Ao passo que as informações noticiadas pelo veículo de comunicação oficial da prefeitura exponham diversas ações que vão desde a abertura de novos espaços para a criação de outras feiras e a constante reforma na estrutura física das exposições, os dados presentes no Cadastro do Produtor Rural indicam em um primeiro momento que não há agricultores cadastrados no programa. Entretanto, quando analisada a

⁴⁶ https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/rj.pdf

⁴⁷ https://www.qedu.org.br/busca/119-rio-de-janeiro/2743-campos-dos-goytacazes?fbclid=IwAR2Ix-oGoKt6yyrwT6ms8JB YipbJx YH6Gmh2KBMkyogkM_Fs81O6dQms3hU

variável “Locais de Comercialização” há um contingente que responde que a Feira da Roça é um local onde comercializam. O comércio, como citado anteriormente, será tratado no próximo tópico. Apesar disso, vê-se uma distorção na maneira como a eficiência da política é apresentada pelo governo municipal e sua representatividade (baseada nos dados obtidos no cadastro) perante os produtores locais.

O que se verificou até aqui sobre as políticas públicas municipais de fomento à agricultura é uma forte presença das ações voltadas a assistência técnica em contraste com aquelas focadas no escoamento dos gêneros agrícolas. Ao passo que a assistência técnica contribui diretamente com a logística de produção, não pode ser indicada alguma eficiência quando se pensa na forma como esses produtos se mostram aptos a se adequarem as iniciativas voltadas a compra dos alimentos. Esta contradição indica problemas estruturais nas políticas públicas e na maneira como elas atingem de forma efetiva o cotidiano dos trabalhadores rurais. Além disso, a publicidade feita pela prefeitura não demonstra precisão quando colocada em paralelo as informações coletadas no banco de dados aqui utilizado.

3.2 - Uma análise da conexão da agricultura familiar junto ao comércio

Um dos elementos mais debatidos na literatura sobre agricultura familiar é o acesso dos produtores aos mercados, sejam eles institucionais (promovidos a partir do desenvolvimento de políticas públicas que absorvem os produtos oriundos da agricultura familiar) ou convencionais (os supermercados, hortifrutis, dentre outros). Sabourin (2014) aponta que uma das principais dificuldades para que os produtores familiares enfrentam para se inserirem nos mercados parciais é a dificuldade de encontrar vias que estejam adequadas às suas características específicas, sobretudo as socioeconômicas. Além disso, o autor ainda aponta que o desenvolvimento econômico dessa categoria social passa pela sua organização, como uma forma de enfrentamento ao mercado de trocas capitalista assim como uma forma de estabelecer um melhor diálogo entre agricultores e Estado como forma de melhor formular os instrumentos de políticas públicas.

De maneira complementar a essa linha de pensamento, Schneider (2003) elabora que os próprios estudos contemporâneos sobre a agricultura familiar partem, muitas vezes, no sentido de verificar as formas de inserção do grupo na economia de mercado. O foco não apenas deve ser calcado nas bases do passado quando a abordagem era voltada principalmente a discussão da produção agropecuária e a estrutura fundiária como elevar o debate para as

questões que são determinantes para o entendimento do mercado voltado a esta atividade (passando, como dito, pela compreensão do que leva ou não à inserção dos agricultores a ele).

Pensando nesses elementos tratados pela literatura e as observações realizadas a partir do levantamento de literatura, alguns pontos podem ser colocados como empecilhos para o acesso da agricultura familiar aos mercados: a falta de organização social, a ausência de infraestrutura adequada, a capacitação dos profissionais, iniciativas estatais que podem não apresentar critérios inclusivos aos produtores e outros aspectos. Sendo assim, a partir da leitura dos dados do Cadastro do Produtor Rural referentes as vias de comercialização dos produtores do município, chegou-se ao panorama apresentado em números brutos da tabela a seguir.

Tabela 4 – Mercados acessados pelos agricultores familiares de Campos dos Goytacazes

Meios de comercialização	Área de Desenvolvimento Rural (ADR)						
	ADR 1	ADR 2	ADR 3	ADR 4	ADR 5	ADR 6	ADR 7
Feira da Roça	3	3	15	51	21	19	21
Mercado Municipal	7	11	40	4	10	29	6
Hortifrutis do município	0	3	21	2	2	13	10
Intermediário local	132	278	396	137	306	177	411
Supermercados	5	9	20	12	12	20	13
CEASA	2	5	17	6	0	2	21
Indústria leiteira	145	64	27	53	149	3	17
Beira de estrada	9	9	44	20	36	34	13
Outros	80	117	167	67	158	121	103

Fonte: Cadastro do Produtor Rural (2017). Elaborado pelo autor.

Assim como destacado no tópico anterior, o número de agricultores que disseram ter relações com o programa Feira da Roça estavam registrados na variável que perguntava quais os locais onde comercializavam, enquanto a voltada especificamente para esta política tem seus campos em branco. Dessa maneira, subentende-se que estes registrados no campo voltado a comercialização estejam cadastrados no programa. O percentual de participantes da iniciativa é de aproximadamente 3,30% do total de pessoas presentes na base de dados. O baixo número de respondentes pode ter relação com o número pequenos de pontos comerciais criados pela iniciativa e, ao mesmo tempo, levanta questionamentos sobre sua pouca expansão. Por que um programa criado em 1991 que, dado o que se propõe, não gera custos

elevados ao Poder Público Municipal possui pouca abrangência? Como observado nas informações obtidas a partir do levantamento de informações presentes no Portal Oficial da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes foram poucas ações identificadas no sentido de expandir o programa, tanto para mais localidades quanto visando aumentar o número de cadastrados.

A participação dos agricultores nos hortifrutis do município e supermercados chama atenção pelo baixo número, com cerca de 1,27% e 2,26% respectivamente. Desse contingente, aproximadamente 2,53% do total de respondentes do cadastro estão localizados nas Áreas de Desenvolvimento Rural III, IV, V e VI – aquelas que, como observado anteriormente, estão localizadas próximas da região central do município, esta que segundo Abreu (2018) concentra a maior parte dos estabelecimentos comerciais da localidade. Isto evidencia um cenário contrastante com a disponibilidade de recursos: ao passo que, como observado na Tabela 1, os agricultores dessas Áreas de Desenvolvimento Rural possuam transporte próprio na maioria dos casos (o que facilitaria o acesso a esses mercados) de maneira contrária a presença desses agricultores nos mercados locais é ínfima. Outro ponto que deve ser levantado diz respeito a disponibilidade de certificados de qualidade para essa produção, algo que comumente é cobrado pelos estabelecimentos comerciais que vendem produtos de origem agrícola. Tendo em vista que a Defesa Sanitária é fortemente presente entre os agricultores e, entre as ações propostas pela iniciativa, há a de disponibilizar um selo de qualidade para os produtos agrícolas, há de se verificar se esse ponto específico da política é devidamente executado – uma vez que a presença de um selo colaboraria para que os produtos dos agricultores familiares tivessem melhor acesso aos mercados locais.

A baixa presença de agricultores comercializando no CEASA, cerca de 1,32% dos agricultores presentes no Cadastro do Produtor Rural, pode ser entendida principalmente pela ausência de uma central de abastecimento deste gênero no município. Dessa maneira, as opções mais viáveis seriam as unidades presentes no próprio estado do Rio de Janeiro (unidades Grande Rio, São Gonçalo, Nova Friburgo, Pati do Alferes, São João de Ubá e Itaocara), Espírito Santo (Vitória, Cachoeiro do Itapemirim, Colatina e São Mateus) e a presente na Zona da Mata de Minas Gerais (Juiz de Fora)⁴⁸. Tendo em vista os custos que, provavelmente, se mostram altos para viabilizar o transporte junto da falta de estrutura para armazenar os produtos, verifica-se uma perda no potencial de comercialização dos produtos da agricultura familiar campista em virtude da falta de uma estrutura do gênero que seja capaz

⁴⁸ <https://www.conab.gov.br/info-agro/hortigranjeiros-prohort/ceasas/ceasas-da-regiao-sudeste#es>

de absorver um grande contingente de produtores alocados na região e, ao mesmo tempo, apresente uma facilidade no que se refere a logística de distribuição.

A presença de 11,38% de produtores que conseguem estar atuando junto a Indústria Leiteira, um baixo número quando se tem em vista o contingente de agricultores que produzem leite registrado no Cadastro do Produtor Rural totaliza 983 produtores. Quando se verifica o reduzido grupo de produtores que possuem acesso a tanques de resfriamento cria-se uma relação de que a falta de infraestrutura adequada seja um impedimento a esses atores acessarem os mercados que sejam voltados ao desenvolvimento de produtos derivados de leite ou mesmo o produto em si. Além disso, abre-se margem para verificar se estes produtores acessam o programa da Merenda Escolar Municipal, uma vez que foi identificada a abertura para compra desse produto na política pública.

O Mercado Municipal, conforme expõe Freitas (2006) teve sua fundação no ano de 1921 e sofre com um grande problema que é a ausência de uma reforma em sua estrutura. Esse elemento pode ser considerado primordial para a verificação de uma baixa presença de produtores familiares no espaço, correspondendo a apenas 2,66% dos cadastrados que foram verificados para essa pesquisa. Ainda como aponta o Freitas (2006), há não apenas a presença de vendedores oriundos do próprio município de Campos dos Goytacazes como é verificada a presença de comerciantes de municípios vizinhos como São João da Barra, São Fidélis e São Francisco do Itabapoana, além de haver trabalhadores que possuem mais de um espaço para venda dentro do estabelecimento. Este elemento também denota uma falta de organização quanto a distribuição do espaço, algo que limita a inserção de produtores locais.

A venda nas beiras das estradas que representam 4,1% dos agricultores analisados, é presente sobretudo nas estradas que conectam o município de Campos dos Goytacazes a São João da Barra e também naquelas que são caminho distritos que comumente são destinos comuns da população que reside na região central, como é o caso de Farol do São Tomé. Apesar do baixo número – justificado pela possível dificuldade em se estabelecer comercialmente nestas condições – ainda supera o contingente presente no Mercado Municipal, hortifrutis e supermercados. Seguindo essa linha, pode-se considerar que os 20,2% também inclua formas alternativas de comercialização como a venda direto da própria residência, algo que diminuiria consideravelmente os custos de produção, mas dificultaria o acesso a outras vias de mercado.

O dado mais relevante em termos quantitativos é a comercialização de 49,64% feita junto a atravessadores. A definição deste ator por Oliveira e Mayorga (2005) se dá como agentes que são atuantes na cadeia produtiva atuando como intermediário, sobretudo nas comercializações que envolvem os produtos em seus pontos de origem junto aos seus produtores e consumidores. Tais atores comumente se aproveitam da pouca organização e estrutura dos produtores rural para adquirir os produtos por preços abaixo do mercado para poder revende-los ao mercado por quantias maiores. Ao passo que tendem funcionar como uma espécie de financiadores da atividade agrícola dos produtores rurais com os quais negociam, cria-se com isso uma relação de dependência entre o elo mais frágil perante o intermediário. Como observado até aqui, a falta de infraestrutura é um ponto importante para explicar essa relação, há de se levantar se esta relação é vista pelos próprios produtores como negativa. Assim como observado no capítulo anterior, o agricultor pode vir a considerar que este agente se apresenta de forma positiva uma vez que garante o escoamento de seu produto e a renda para manter a produção e seu sustento.

É verificado ao final da seção que o acesso a maior parte dos mercados locais é extremamente restrito a um baixíssimo número de agricultores. Soma-se a este fator a dependência dos acordos com atravessadores e percebe-se um cenário que não absorve os produtores do município de Campos dos Goytacazes. A grande parcela fica dependente da ação dos atravessadores e, tendo em vista o que diz a literatura, certamente lucram menos do que poderiam. Uma alternativa, como observado anteriormente, diz respeito as associações de produtores e cooperativas – tema do próximo tópico.

3.2 – Participação dos agricultores em ações cooperativas

A presença de ações cooperativas e associativas têm sido uma tônica no desenvolvimento social e econômico desde a Revolução Industrial. Frantz (2012) aponta que o cooperativismo se constitui como a expressão moderna da crença no poder e na capacidade de organização humana. Seu nascimento se deu na medida em que a organização das demandas e interesses da sociedade passou a exigir um maior grau de racionalidade, fortemente ligado ao desenvolvimento das relações de oferta e procura. Esse movimento, conforme expõe Nascimento (2017) também é uma forma de contornar problemas estruturais do capitalismo como o desemprego estrutural e a precarização do trabalho.

Trazendo esta perspectiva para as relações da agricultura com a sociedade, Lago (2009) coloca que a relação estabelecida ocorre em diversas instâncias como a relação direta

como os associados a partir da prestação de serviços, ações humanitárias, geração de empregos e, partindo para o viés mercadológico da relação, o atendimento ao mercado com produtos que atendam às exigências estabelecidas pelo segmento em que a cooperativa deseja ou se propõe a atuar. Os termos para que estes elementos passem a ser uma válvula funcional no organismo, conforme coloca Nascimento (2017), caminha fazendo uso de elementos como solidariedade, autonomia, auto gestão e outros aspectos que venham a fortalecer ao grupo social do qual fazem parte os membros do empreendimento.

Levando-se em conta os elementos abordados, sobretudo os referentes a participação de pessoas nos empreendimentos cooperativos e associativos, o levantamento realizado com os dados do Cadastro do Produtor Rural revelou um número significativo da relação entre agricultores e as iniciativas aqui abordadas. A tabela a seguir expõe o número bruto da quantidade de agricultores em cada Área de Desenvolvimento Rural que são ativos em associações ou cooperativas.

Tabela 5 – Total de agricultores cooperativados ou participantes de associações por ADR

Área de Desenvolvimento Rural	Número total de cooperativados por ADR
1	167
2	170
3	342
4	127
5	230
6	98
7	170

Fonte: Cadastro do Produtor Rural (2017). Elaborado pelo autor.

Ao todo, 32,4% dos agricultores analisados fazem parte de alguma iniciativa de caráter associativo, um percentual que pode ser considerado elevado tendo em vista o quantitativo de produtores identificados para a realização do trabalho, espalhados em 110 associações ou cooperativas registradas no cadastro. Ainda que haja o nome das ações disponíveis no banco de dado, durante a pesquisa houve um empecilho que pode ser considerado grave: a falta de informações públicas disponíveis sobre elas. Como observado por Abreu (2020), essa ausência de referências impede com que se tenha não apenas noção de qual mercado as ações buscam atuar como impede de identificar a abrangência do trabalho desenvolvido.

Dentre as poucas iniciativas cujas informações – pouco precisas, vale ressaltar – foram encontradas cita-se a Cooperativa Agrária Vale do Itabapoana (CAVIL), cujas ações se concentram nos municípios de Bom Jesus do Norte e Bom Jesus do Itabapoana; a Associação de Produtores Rural de Santa Maria de Campos (APRUSMAC), esta alocada no próprio município de Campos dos Goytacazes; Laticínios Bela Vita, situada em Italva; Associação Brasileira dos Criadores de Pôneis (ABCCPONEI), em Belo Horizonte; e a Nova MIX em Itaperuna. Destaca-se que CAVIL, APRUSMAC, Laticínios Bela Vita e Nova MIX possuem atuação no mercado de laticínios absorvem 12,35% dos respondentes desta questão.

Percebe-se, apesar da pouca disponibilidade de informações, que há uma tendência de o agricultor campista buscar algum tipo de organização tendo em a forma como ele está presente nas associações e cooperativas. A organização, como visto, permite maior autonomia dos entes que estão envolvidos com o empreendimento e faz com que as relações entre esses atores junto ao mercado tenham uma melhor validação. Resta saber a forma como atuam essas iniciativas e, principalmente, buscar informações mais precisas sobre como elas são de fato. A disponibilidade de informações se escassa, conforme coloca Lago (2009), é um problema vigente nesse tipo de organização e impede não apenas que a abrangência de suas atividades seja maior sob o ponto de vista do mercado, mas contribui para que a percepção da sociedade sobre as ações desenvolvidas pelo empreendimento não seja compreendida. Outro ponto importante é a presença de agricultores em cooperativas de outros municípios. Não apenas cabe verificar como é realizada a cadeia logística dos empreendimentos para que seja possível absorver a produção desses associados, como traz uma impressão de haver alguma lacuna no município que diz respeito ao mercado que os produtores querem penetrar, mas possuem dificuldade para realiza-lo.

Ao final do capítulo fica evidente que a principal problemática dos elementos analisados é a disponibilidade de informações precisas. A que pese o Cadastro do Produtor Rural trazer informações cruas sobre as associações e cooperativas, sobre as políticas públicas de desenvolvimento agrário implementadas no município e os mercados em que os produtores conseguem atingir o material disponível para complementar o panorama encontrado a partir desses dados é extremamente escasso. Ressalta-se que, pensando na logística, como aborda Ballou (2010), a transmissão de informações é parte fundamental de todo o processo pois permite que se tenha uma base dos interesses da clientela, dos concorrentes e faz com que haja um problema para estabelecer com precisão o processamento de pedidos e o contato com os fornecedores. A comunicação das partes envolvidas em todo o processo, portanto, necessita

não apenas de ser mais completa como transparente, levando-se em conta que durante a pesquisa informações que deveriam ser públicas (o funcionamento das políticas públicas) não foram encontradas com a precisão exigida pensando em portais de transparência e assessoria de imprensa da prefeitura municipal.

Capítulo 4

Reflexões e comparativos entre o panorama identificado e outros casos de mesma natureza

Os capítulos anteriores apresentaram junto a exposição dos dados coletados a partir do Cadastro do Produtor Rural alguns curtos pareceres a respeito dos resultados encontrados, junto de breves contextualizações com bases teóricas para compreender os elementos que seriam discutidos. Tais pareceres apresentam a função de introduzir os debates que serão realizados neste capítulo.

4.1 – Um breve comparativo entre as condições identificadas na agricultura familiar de Campos dos Goytacazes em relação às percepções identificadas em outras regiões do Brasil

Tendo em vista a abordagem metodológica utilizada neste trabalho, este tópico tem como objetivo elaborar generalizações sobre os resultados encontrados na pesquisa a partir do relacionamento dessas informações com as encontradas em outros trabalhos que analisaram elementos iguais ou similares aos abordados até aqui. Ressalta-se que algumas informações outrora apresentadas para fins de contextualização serão reapresentadas aqui em uma perspectiva mais aprofundada. O material recolhido para a confecção deste segmento foi desenvolvido na última década (2011-2020), logo o período se mostra adequado ao recorte temporal dos dados presentes no Cadastro do Produtor Rural que foram recolhidos.

Um dos pontos levantados por Triches e Schneider (2012) a respeito da penetração dos produtores rurais nos mercados é a relação da mediação entre esses atores e o consumidor e os mecanismos de adaptação necessários para o melhor escoamento da produção. Os autores indicam que os agricultores tendem a acessar os mercados atuando, seja de forma integrada ou informal, apenas como produtores de alimentos. Tendo em vista este cenário, os autores colocam que são necessárias mudanças na forma como os agricultores se relacionam não apenas com os mercados – sejam eles institucionais ou não -, mas com outros agentes (produtores, gestores, instituições, etc.). Essas mudanças passam pela revisão das práticas,

atitudes e posições dos produtores perante os outros elementos presentes nas relações mercadológicas. Por outro lado, há necessidade de encontrar alternativas para fazer com que os agricultores sejam integrados aos mercados de forma que estejam aptos a participarem dos processos de compras públicas, estejam dentro das normas sanitárias adequadas, dentre outros aspectos.

De maneira concomitante, Silva e Sousa (2013) colocam que o apoio aos produtores rurais é fundamental pensando em sustentabilidade, tendo em vista as demandas ecológicas (como a diversidade e oferta de alimentos de qualidade), sociais (renda e ocupação dos agricultores), econômicas (custos sustentáveis em relação ao transporte), culturais (a preservação dos hábitos regionais, da produção artesanal e a confiabilidade sobre o produto ofertado) que venham a promover uma conexão entre o rural e o urbano (pensando na concentração desta área em relação ao pontos comerciais). Ainda assim, como colocam as autoras, um dos grandes desafios está ligado a articulação dos agricultores familiares em relação ao mercado consumidor, principalmente aquele que é consumidor de alimentos orgânicos, para que consigam ter acesso aos mercados em geral e permitam que os objetivos dos mercados institucionais sejam atingidos, como é o caso de programas como PNAE e PAA.

Quando ao inventivo da compra de alimentos que são originários da agricultura familiar, Elias et al. (2019) coloca que este processo foi concebido de forma a garantir mercados a produção familiar, fazendo com haja um estímulo e fortalecimento dos atores envolvidos nessa atividade, destacando aqueles agricultores que produzem um baixo índice de alimentos e estão localizados em áreas distantes dos principais mercados alimentares. É ressaltado que esses produtores possuem grande potencial no que diz respeito a transformação da realidade do meio rural junto da segurança alimentar e nutricional. No que diz respeito especificamente as políticas públicas que tem como foco a aquisição dos produtos oriundos da agricultura familiar, justifica-se que atuam também no sentido de comprovar que a agricultura familiar, conseguindo se organizar e atendendo a grandes mercados, pode ter a capacidade de suprir parte das necessidades alimentares da população e, junto a isso, conseguiria desenvolver o meio rural.

Bezzera e Schlindwein (2017), pensando nos mercados institucionais especificamente, reforçam a perspectiva de que os programas como PRONAF, PNAE e PAA foram criados essencialmente para fortalecer a agricultura familiar no Brasil. Entretanto, os autores ressaltam que as políticas públicas (partindo da mesma perspectiva explicitada por Silva e

Souza (2013) têm como ponto fundamental não apenas o custeio agrícola no que se refere a capacitação para melhor desenvolvimento das atividades e possibilitar maior escoamento dos produtos, mas há uma presença forte no sentido de mobilizar socialmente os agricultores familiares em termos de organização e valorização desses atores.

Quando trazida essa perspectiva para os dados coletados junto ao Cadastro do Produtor Rural, verifica-se que iniciativas existem para que, em tese, o desenvolvimento da atividade familiar seja prolífico. Essencialmente, as iniciativas presentes em maior peso no município de Campos dos Goytacazes são voltadas para a assistência técnica. Gonçalves, Favareto e Abramovay (2013) colocam que este tipo de recurso tende a ser um dos mais escassos dentro do panorama da agricultura familiar brasileira. Em uma primeira perspectiva, programas como Mais Leite, Mais Frango e Patrulha Rural – que se propõem essencialmente a prestarem assistência técnica aos agricultores neles cadastrados – podem ser consideradas iniciativas positivas pela sua própria existência, sobretudo por partirem do poder público local. Por outro lado, as informações completamente dispersas sobre o desenvolvimento dos programas fazem com que se tenha dificuldade de precisar a maneira como essas ações impactam no cotidiano dos produtores rurais. Esse elemento conversa diretamente com um dos pontos abordados pelos autores anteriormente: não apenas promover uma melhora efetiva no ciclo produtivo dos agricultores, como trazer impactos sociais e ambientais satisfatórios durante esse processo.

Além disso, programas que deveriam abarcar os agricultores de forma a permitir que acessassem os mercados institucionais não possuem grande penetração no universo de 4.025 agricultores analisados para este trabalho. Há um índice baixo, como observado no capítulo anterior, de agricultores participantes dos programas da Merenda Escolar e Feira da Roça. Junte-se a isso o pouco acesso a outros mercados (hortifrutis, mercado municipal e supermercados) é criado um ambiente cujos agricultores estão completamente limitados em relação ao alcance da venda dos produtos.

Ainda que a impossibilidade de fazer a parte de campo tenha atrapalhado o desenvolvimento dessa seção do trabalho, pensando justamente em captar informações que trouxessem justificativas melhores para entender essas problemáticas encontradas, a análise de outros trabalhos que desenvolveram questões similares as abordadas aqui permitiram que muitos padrões fossem encontrados nas relações produtivas e comerciais de agricultores familiares presentes em contextos bastante distintos quando comparados aos de Campos dos Goytacazes. Ainda que não venham a trazer a precisão exata para se confirmar alguma

característica, o recurso indutivo aqui utilizado permite que alguns nortes sejam evidenciados para que, em outras pesquisas, eles possam vir a ser confirmados ou rejeitados.

De início, um dos principais trabalhos desenvolvidos no Brasil com sentido de verificar o escoamento dos produtos da agricultura familiar foi realizado por Silva e Souza (2013) entre 2010 e 2013, cujo objetivo especificamente foi verificar e analisar a oferta e demanda dos alimentos em Santa Catarina de acordo com as diretrizes do PNAE. Desde o início, vale ressaltar que é uma tônica dos trabalhos que tratem o tema (o escoamento da produção) focarem nos mercados institucionais. Um dos pontos ressaltados logo de início no trabalho se refere que apesar de experiências positivas que foram desenvolvidas no espaço analisado ainda se mostra um desafio a melhora da articulação dos agricultores familiares para fim de atingir os objetivos estabelecidos pelo PNAE.

Segundo constam os dados do trabalho, dentre os 293 municípios do estado cerca de 60% compravam alimentos oriundos da agricultura familiar. Desse total, 37,5% dos agricultores eram selecionados a partir da consulta de listas elaboradas com nomes de produtores conhecidos, enquanto 43,2% tinham seus alimentos comprados por meio de chamadas públicas. Dentro os grupos analisados se encontram as cooperativas, agricultores familiares que produzem alimentos orgânicos e aqueles que não trabalham com esse tipo de produção. Um dado a ser destacado é que apenas 2,1% dos municípios que compram alimentos da agricultura familiar o faziam por via de licitações. É interessante notar como as listas de produtores conhecidos são colocadas à frente das licitações. Muito provavelmente a utilização de uma em relação a outra em grande parte dos casos tem relação com a facilidade do procedimento.

Ainda que esse cenário apresente uma perspectiva positiva da situação, visto que o quantitativo de municípios que adquirem alimentos oriundos da agricultura familiar local passa da metade dos existentes no estado de Santa Catarina, problemas relacionados a produção e comercialização foram encontrados. Em entrevistas junto a 50 nutricionistas responsáveis pelo cardápio escolar cerca de 33% responderam que os agricultores apresentam dificuldades na logística de distribuição; 33% disseram que os produtores não conseguiam obter certificação de qualidade para seus produtos; e outros problemas (que correspondem questões como a baixa aceitação das merendeiras, resistência das merendeiras quanto a aparência dos produtos, capacidade de produção de alimentos dos produtores, incoerências entre os produtos solicitados e produtos recebidos, dentre outros) correspondem a 42% das respostas. Em paralelo, foram obtidas respostas dessa mesma natureza quando os

questionamentos foram levados a agricultores (88 entrevistados) e cooperativas (24 representantes ouvidos). Começando pelos produtores rurais, 57% responderam possuir algum tipo de dificuldade na produção; 85,5% possuem problemas no combate a pragas e insetos; 81,8% sofrem com adversidades climáticas; 60% com escassez de mão-de-obra; e 25,5% têm difícil acesso a programas de financiamento.

Quando se colocadas as mesmas questões para as cooperativas, tem-se: 95% possui algum tipo de dificuldade na produção; 73,9% apresenta problemas no controle de pragas e insetos; 82,6% sofrem com as adversidades climáticas; 56,5% sofre com escassez de mão-de-obra; e 30,4% tem problemas em acessar financiamentos para investir no desenvolvimento produtivo. Quando feito o cruzamento das respostas realizadas pelos nutricionistas junto aos agricultores e cooperativas percebe-se que os problemas logísticos (que na perspectiva de quem produz estão associados ao controle de pragas (manutenção dos estoques), adversidades climáticas (manutenção dos estoques), por exemplo, são decisivas para que não se consiga escoar devidamente a produção mesmo com o alto número de municípios realizando a compra de produtos junto a agricultura familiar. Em contrapartida, os baixos índices de dificuldade em acessar algum tipo de financiamento para melhorar a produção levam a questionamentos sobre como esses recursos são empregados. Não em uma perspectiva que coloque um juízo de valor sobre o uso dos recursos, mas como de fato são colocados na maneira de desenvolver as atividades agrárias.

Um aspecto relevante para o entendimento das dificuldades dos agricultores em escoarem sua produção é a presença de certificados de qualidade para os alimentos ofertados. Segundo o levantamento da pesquisa, 66,7% dos agricultores não possuíam certificação, enquanto 50% das cooperativas se encontravam no mesmo cenário. Apesar desse elemento ser problemático quando se pensa na expansão das vendas dos produtos para além das fronteiras do município, 82,8% dos agricultores conseguem vender para um município (na maior parte das vezes aquele no qual reside ou se localiza próximo a sua residência). Em contrapartida, as vendas para dois, três e cinco municípios apresentam baixa presença correspondendo a 10,7%, 4,3% e 2,1% respectivamente. As cooperativas apresentam uma distribuição maior em relação a capacidade de vender para outros municípios, tendo: 34,8% vendendo para um município, 13,0% para dois municípios, 13,0% para quatro municípios, 26,1% para seis municípios e 13,0% para dez municípios. Conforme colocam as autoras, ainda que a possibilidade de expansão dos mercados exista tanto para cooperativas quanto aos agricultores autônomos – vide os resultados obtidos em relação à quantidade de municípios com os quais realizam o

comércio - o enfrentamento de problemas logísticos (sobretudo em relação ao transporte), da dificuldade em se obter assistência técnica para combater pragas e adversidades climáticas e na capacidade da melhora nas negociações são fatores que foram considerados fundamentais para a dificuldade de expansão. Pode-se colocar junto a isso, ainda que tenha sido ressaltado que para os mercados institucionais (no caso o PNAE) isso não tenha sido um problema, a ausência de certificação faz com que a abrangência das vendas dos produtos para outras frentes (como supermercados, hortifrutis e outros) seja bastante limitada.

Ainda em 2010, o trabalho de Teixeira et al. (2010) procurou analisar dois fatores que o autor considera como fundamentais para a agricultura familiar se inserir na cadeia de biodiesel: a produtividade do óleo vegetal e a logística a nível estadual. Como esta dissertação não tem foco em analisar a capacidade produtiva dos produtores familiares de Campos dos Goytacazes, o foco será nos resultados encontrados a respeito da logística ainda que o autor aponte que a infraestrutura logística tenha relação direta com a eficiência da cadeia produtiva. A primeira observação realizada pelo autor foi de que dez estados possuíam àquela altura potencial de produção de óleo vegetal por meio da agricultura familiar. São eles: Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Pará e Bahia.

O estado do Rio de Janeiro, segundo os dados apontados pelo autor, se destaca pela produção de coco-da-baía entre as matérias-primas verificadas. Esse gênero agrícola, segundo consta no trabalho, apresenta um potencial de produção elevado e por isso o estado foi destacado na pesquisa. Junto disso, tais vegetais tem produção vinculada a agricultura familiar. Junto a isto, o autor destaca que o Rio de Janeiro possui vizinhança com estados melhor estruturados em termos a malha rodoviária e isso mostra potencialidade em realizar comércio interestadual do óleo de coco-da-baía junto tais localidades. Vale ressaltar que é apontado naquele momento que o estado não produzia diesel, mas havia potencial de escoamento para a Região Sudeste levando-se em conta os estados vizinhos. Em paralelo, os estados do Tocantins, Pará e Bahia ao passo que conseguem produzir vegetais em larga escala e terem participação ativa na produção de diesel possuem problemas em suas malhas rodoviárias. Os estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, embora não possuam produção de biodiesel, se encontram em torno de localidades que desenvolvem atividades produtivas nesse setor e possuem malha rodoviária de alta qualidade, fazendo com que haja potencialidade de se produzir e comercializar óleo vegetal. Os estados que apresentam melhor relação entre estradas e capacidade de escoamento do óleo vegetal são Paraná e Minas Gerais.

Pensando em todo esse cenário, o autor destaca que se fazem necessários maiores investimentos na malha rodoviária (mesmo naqueles estados que, em um primeiro momento, apresentam um panorama positivo) e que haja aumento nos incentivos fiscais para agricultores visando o desenvolvimento do escoamento produtivo visto que há um desequilíbrio de forças nessa relação.

A pesquisa desenvolvida por Triches e Schneider (2012) trouxe à tona algumas questões a respeito do papel dos atores nos Programas de Alimentação Escolar. Realizada no município de Rolante, interior do Rio Grande do Sul, o foco foi trazer à tona elementos que pudessem ser considerados problemáticos para os processos de aquisição de alimentos para a merenda escolar junto aos agricultores familiares locais e buscar alternativas para contornar os problemas encontrados.

Um dos principais pontos identificados durante a pesquisa – que como método de captação dos dados foi utilizada a entrevista – foi o de que há dificuldades em estabelecer os padrões de qualidade exigidos pelos editais de merenda escolar. Isso faz com que não apenas a concorrência passe a ter vantagens sob o ponto de vista da qualidade dos produtos, como permite pode oferece-los a preços mais atraentes. Dessa forma, os produtores acabam por baixar seus preços (e assim conseguindo uma margem de lucro ainda menor) para tentarem permanecer competitivos nesse cenário. Outra disputa existente nesse cenário se refere ao conflito com os agricultores (como citado pelos próprios agricultores) “não legalizados”. Esses agricultores, segundo consta na pesquisa, não possuem cadastro junto ao PAE e conseguem oferecer produtos a preços ainda mais baixos. Esses valores, segundo os agricultores, não podem ser cobertos principalmente quando os mesmos tendem a abaixar seus próprios preços devido a concorrência de outros fornecedores.

Outro ponto que dificulta o acesso dos agricultores a este mercado está ligado ao tipo de vínculo que é necessário se estabelecer com a prefeitura local para comercializar os alimentos, visto que o não cumprimento das exigências (especialmente o prazo de entrega) pode acarretar em multas para os produtores familiares que estão cadastrados. Observando o ponto de vista colocado pelos gestores públicos, esta característica do acordo fez com que houvesse desistência de muitos agricultores que estavam inicialmente cadastrados no programa, assim como desestimulava aqueles que se mostravam interessados em se inserir neste nicho mercadológico. Sob o ponto de vista dos agricultores, além da sanção propriamente dita, havia a consideração de que esta regra poderia ser injusta e que junto as

dificuldades de implementar uma logística eficiente para entrega dos produtores poderia gerar um prejuízo ainda mais oneroso.

Além desses elementos, a organização dos próprios agricultores foi considerada como motivo de desestímulo desse grupo pensando na participação junto ao programa de merenda escolar implantado no município. A falta de cooperação foi identificada como problemática no sentido de que a presença desse elemento poderia vir a permitir o melhor entendimento para acessar os mercados. Esses fatores, segundo o que foi identificado pela pesquisa a partir dos depoimentos dos próprios agricultores, ultrapassaria a competição e a concorrência entre eles mesmos como permitiria que as condições de venda se mostrassem melhores, a produção tenderia a aumentar e ser potencializada e faria com que se adequassem da melhor forma para os critérios pelos editais de compra de alimentos para o PNAE.

Paula Ribeiro, Ceratti e Broch (2013) estabeleceram uma pesquisa no interior do estado do Rio Grande do Sul com a finalidade de verificar a inserção dos agricultores familiares do estado no programa de alimentação escolar desenvolvidos nos municípios (estabelecidos pelas diretrizes do PNAE). Para tal, realizaram um recorte de 14 municípios que abarcou as três principais regiões interioranas do estado (Noroeste, Central e Missões). Partindo do princípio estabelecido que os recursos oriundos do programa devem ser geridos pelos próprios municípios, a primeira incongruência encontrada foi a de que alguns dos municípios selecionados possuem dificuldades em obter os recursos que são oferecidos pelo programa, fazendo com que necessitem de recorrer a localidades vizinhas a fim de conseguir suprir as demandas da merenda escolar (que, ao todo, equivalem a 210 escolas entre municipais e estaduais). Isso contrasta com a situação de que, tendo a finalidade de facilitar o acesso dos produtores a este mercado institucional, a compra é feita a partir de chamadas públicas. A facilitação proposta por esses municípios não corresponde a capacidade de obter os recursos necessários para a realização das compras junto a agricultores locais.

Ainda que exista esse tipo de problema, alguns dos casos foram considerados positivos após a análise dos dados obtidos. A região Noroeste conseguia, àquela altura, captar valores acima dos R\$ 300.000,00. Isso trouxe, conforme estabelecido no trabalho, desenvolvimento na região a partir da geração de empregos, o aumento da renda da população campestre e a melhora da alimentação dos estudantes das escolas públicas localizadas nos municípios que compõem a região. Em outras regiões, foi identificado um avanço lento da capacidade de penetração do PNAE junto aos agricultores familiares. Os resultados apontam que os municípios que sofrem com isso necessitam de promover maiores incentivos a agricultura

familiar, como a disponibilização de assistência técnica. Apesar dos casos positivos, os resultados em geral apontam um cenário de pouca adesão dos agricultores ao PNAE. Dentre os problemas identificados que estão as exigências fiscais exigidas pela legislação que são colocadas à risca pelos órgãos gestores do programa, das inspeções constantes realizadas para verificar a qualidade dos produtos que são ofertados para a merenda escolar e a dificuldade dos agricultores familiares em conseguir manter uma escala de produção que supra as demandas do programa.

O cenário se mostra negativo tendo em vista que foi identificada durante a pesquisa uma grande variação de alimentos que são produzidos pelos agricultores familiares dos municípios pesquisados. A pesquisa ainda aponta que a ausência (na maior parte dos casos) de cooperativas de agricultores e de inspeção sanitária promovida pelos municípios surgem como fatores decisivos para que haja dificuldades para os agricultores comercializarem seus produtos, inclusive sob o ponto de vista da logística. As ações promovidas pelo município, segundo apuração junto aos gestores públicos, não estavam conseguindo atingir seus objetivos, fazendo com que houvesse necessidade de realizar a avaliação coletiva sobre os resultados dessas iniciativas e a partir disso promover um novo direcionamento que abarcasse as demandas dos agricultores.

Andrade e Alves (2013) desenvolveram uma pesquisa em torno de agricultores familiares do município de Rubiataba, localizado no interior do estado de Goiás, voltada para compreender as práticas e desafios que esses atores desenvolvem em busca do fortalecimento de suas atividades produtivas. Esses agricultores pesquisados são membros da Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Rubiataba (COOMAFAR). Entre as observações realizadas ao se analisar os dados, percebe-se que os agricultores compartilham várias incertezas em relação a continuidade da agricultura familiar na região. Alguns fatores inicialmente identificados que os levam a pensar dessa forma são: arrendamento de propriedades para a indústria sucroalcooleira junto da expansão da cultura da cana-de-açúcar, adequação das políticas públicas para a agricultura familiar local, adaptação as exigências do mercado e a falta de perspectiva de que filhos dos agricultores venham a gerir essa atividade no futuro.

Sobre a cooperativa, 20 cooperados da COOMAFAR (todos os membros, mais precisamente) foram entrevistados e todos se caracterizam como agricultores familiares, tendo alguns utilizando mão-de-obra contratada. 87% dos entrevistados citou que possui a produção leiteira como primária e o cultivo de legumes, verduras e frutas como segunda opção da

produção. Um dos fatores que leva a essa opção é o fato da atividade leiteira ser tradicional na região, porém o fato de haver insegurança por parte desses atores em diversificar a produção faz com que a opção pelo leite ainda seja a principal. No tocante a produção, 27% dos produtos é comercializado para escolas públicas, feiras locais e com uma outra cooperativa focada na produção de laticínios. Apesar disso, 46% dos agricultores (a maioria) disseram que gostaria de produzir outros tipos de produtos alimentícios como biscoitos, polpas de fruta e doces. Isso mostra que, apesar das inseguranças, os agricultores estão dispostos a diversificar sua produção.

Essa busca por desenvolver produtos agroindustriais, agregação de valor à produção e conseguir preços competitivos durante a venda gerou questionamentos no que diz respeito aos impeditivos que os levam a não arriscarem outras searas. Quando indagados nesse sentido, citaram que a falta de incentivos públicos aliada a ausência de assistência técnica rural e escassez de mão-de-obra fazem com que haja o entendimento que não se há disponibilidade dos recursos necessários para expandir a produção.

Em relação a mão-de-obra a presença das usinas sucroalcooleiras junto a atividade de produção de cana-de-açúcar em geral tende a cooptar a maior parte da força de trabalho da região. Une-se a isso o desinteresse dos filhos desses produtores em dar continuidade as atividades e o arrendamento das terras (que financeiramente se mostra mais vantajoso aos agricultores que os fazem) a dificuldade em se diversificar a produção torna-se ainda maior. Pensando nesse aspecto, foi questionado aos agricultores os motivos que os levaram a ingressar na cooperativa e como resposta se teve a agregação de valor dos produtos, a possibilidade de expansão da clientela e a facilidade que uma iniciativa deste tipo poderia trazer em termos de estrutura para comercialização. Outro motivo é a questão fiscal, visto que os impostos são reduzidos para cooperativas. Apesar desses pontos positivos a maioria dos entrevistados julgou que a principal dificuldade em gerir o empreendimento está ligada a falta de união dos membros. Os agricultores apontaram que a maior parte dos agricultores presentes não trabalha de maneira coletiva, tendendo a pensar nas próprias individualidades. Isso acarreta em conflitos que acabam por prejudicar a estrutura em geral da ação.

Em relação as ações promovidas pela cooperativa visando estimular e mobilizar os agricultores visando inovações organizacionais e tecnológicas as respostas obtidas caminham na direção de que há discursos voltados para isso, mas não necessariamente atividades ou garantias de que os cooperados tenham acesso as essas inovações. Da mesma forma a disponibilização de cursos voltados a práticas de gestão, agregação de valor aos produtos,

planejamento e controle da produção e outros elementos ligados a cadeia produtiva e logística de comercialização são discutidos. Entretanto a falta de recursos financeiros impede que a promoção dessas atividades possa ser concretizada. Além disso, outra problemática é a ausência de respaldo das políticas públicas e de estratégias elaboradas pela diretoria administrativa da cooperativa – sendo estes fatores que interferem diretamente nos resultados.

Há também, sob o ponto de vista comercial, dificuldades em escoar os produtos para a feira local (principal alvo dos agricultores). Os produtos produzidos pelos agricultores não possuem boa aceitação, sobretudo as verduras e legumes cujo o público e os vendedores rejeitam devido aparência inferior quando comparados àqueles que estão presentes nos supermercados. Paralelamente a isso, parte do interesse em estar presente em uma cooperativa está relacionado a oportunidade de beneficiar os produtos devido as exigências do mercado. Um desses mercados que interessam aos agricultores são os institucionais, especialmente o PNAE. Como resultado do cenário obtido por meio da pesquisa há interesse dos produtores em diversificar a produção, agregar valor aos produtos e ter acesso ampliado ao mercado – algo que já aparece timidamente, mesmo com as dificuldades, já que a produção é destinada ao mercado local. Todavia a ausência de incentivos provindos do poder público, da qualificação técnica, de recursos financeiros e escassez de mão de obra fazem com que o desempenho das atividades não seja o ideal para a realidade da cooperativa.

Camargo, Baccarin e Silva (2013) desenvolveram uma pesquisa com o intuito de verificar o desenvolvimento da agricultura familiar no estado de São Paulo a partir da implementação do PNAE e PAA. As fontes de dados utilizadas para a pesquisa foram duas, sendo uma pesquisa de campo utilizando a aplicação de questionários com 93 famílias presentes em um assentamento localizado no estado e outra realizada em um seminário cujo tema era agricultura familiar e merenda escolar junto a aplicação de outros questionários juntos aos participantes (extensionistas, pesquisadores, técnicos, agricultores, dentre outros). A opção pelos programas, segundo consta a justificativa do trabalho, se dá pelo potencial de inovação e impacto que é possível se obter principalmente quando verificados seus objetivos e organização operacional.

O primeiro espaço pesquisado foi o seminário, cujos respondentes foram: 72 agricultores, 64 gestores públicos, 31 técnicos extensionistas e 9 acadêmicos/estudantes universitários. Inicialmente o fato que chamou atenção ao se analisar os dados foi o distanciamento existente entre os atores que estavam diretamente envolvidos (agricultores familiares e gestores públicos), sobretudo quando as indagações estão relacionadas as

aquisições dos alimentos produzidos pela agricultura familiar por parte do programa. De acordo com as respostas os agricultores expuseram críticas aos gestores os acusando de não implementarem o que está estabelecido pela Lei 11.947/2009; da parte dos gestores, estes colocam os agricultores como os próprios culpados pela dificuldade de inserção no programa, especialmente devido a logística mal executada, a não adequação ao cardápio e pela falta de planejamento. O distanciamento entre as partes, segundo a análise dos autores, traz a percepção de que é necessária haver maior compreensão entre as partes. Isso é exemplificado quando as respostas dos agricultores apontam que as chamadas públicas não contemplam os alimentos ofertados por esses atores. Outro ponto que evidencia a falta de comunicação entre gestores e produtores familiares é a falta de informações que esses últimos expuseram em relação ao PNAE. Cerca de 13% tomaram conhecimento da Lei 11.947/2009 por meio do seminário em questão.

Um elemento apontado por agricultores familiares e gestores é a falta de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no sentido de capacitar os agricultores, promover o contato próximo junto a prefeitura e elaborar projetos e/ou estratégias para a melhorar a comercialização dos produtos. Mesmo ressaltando a necessidade dessa instituição atuar de maneira mais próxima aos agricultores, ambas partes assumem que a ATER se encontrava em uma situação difícil por estar sucateada, sofrendo com falta de investimentos e possuindo um corpo técnico que, embora competente, não apresentava condições (seja em número de profissionais ou recursos) para atender todas as demandas estabelecidas pelas famílias.

Em relação as famílias assentadas, o trabalho mostra que apesar de 62% (43 no total) dos 69 municípios que acessavam o PAA e PNAE no período em que a pesquisa foi realizada, junto de um processo que culminou com cursos de formação e contato com pesquisadores e extensionistas com o objetivo de haver maior preparação visando o acesso a esses programas – a participação dos assentados foi considerada abaixo da expectativa. Esse cenário se mostra curioso tendo em vista que, dentre as principais demandas que os assentados possuíam, a presença de assistência técnica veio a ser suprida. Entretanto, os resultados do recorte realizado durante a pesquisa mostram um cenário interessante. Das 93 famílias analisadas nas 14 áreas de assentamento verificadas, 29% dos produtores rurais acessavam o PAA. Desse total, cerca de 37,5% participava de forma concomitante ao PNAE, enquanto apenas 3,7% do total de entrevistados atuava apenas junto ao PNAE. Sob esse cenário, pode-se perceber que os produtores podem vir a usar as experiências adquiridas no PAA para acessarem o PNAE, visto que este último se trata de um programa com maiores exigências para ser acessado.

Quando feita a relação entre assistência técnica e acesso aos programas a pesquisa verificou que 73% dos produtores que acessam o PAA, 89% com participação no PAA e PNAE e 100% dos que acessam apenas o PNAE recebem assistência técnica por via pública ou privada. Apesar disso, foi verificado junto a maioria dos entrevistados que o serviço da ATER é limitante uma vez que não é realizado de forma contínua. Isto, na visão dos entrevistados, se mostra um fator limitante para que possa ser alcançada uma produção de maior volume e qualidade. Um dos pontos verificados em relação a produção dos agricultores é a limitação no acesso à água na maioria dos assentamentos, algo que prejudica diretamente o cultivo de hortaliças e frutas.

Apesar do potencial do programa, foi identificado que a maioria dos municípios localizados no estado de São Paulo fazem uso dos produtos de menos de 10 produtores para que as prefeituras cumpram a exigência de 30% da compra de produtos da agricultura familiar. Em contrapartida, os assentados disseram que a participação em um ou mais programas fez com que a produção passasse a ser diversificada em termos de qualidade e montante, ainda que as respostas sobre o aumento da área cultivada não fossem expressivas (31 respondentes).

Nos assentamentos verificados pelo estudo é verificada uma impotência latente por parte dos produtores frente aos “obstáculos burocráticos”. Dentre esses fatores, se destacam: o custo monetário para a participação em empreendimentos voltados a agricultura familiar (cooperativas, associações, conselhos, dentre outros); a falta de conhecimento da legislação/normas dos programas; a desmotivação criada devido ao não cumprimento de promessas e projetos. Esse descrédito acaba por levar os agricultores a abandonarem os empreendimentos ou mesmo se sentirem desmotivados a tentar participar dos mesmos.

O trabalho de Souza-Esquerdo e Bergamasco (2014) procurou analisar os agricultores familiares presentes nos municípios que compõem o chamado “Circuito das Frutas” no estado de São Paulo, tendo como foco o acesso aos programas que visam o fortalecimento da categoria. Para o trabalho foram analisados o Pronaf, o PAA e o PNAE, visto que são programas identificados como relevantes no processo da valorização e desenvolvimento da agricultura no estado. Os municípios que compõem o recorte estabelecido pelo trabalho são: Atibaia, Indaiatuba, Itatiba, Itupeva, Jarinu, Jundiaí, Louveira, Morungaba, Valinhos e Vinhedo. O principal motivo para a escolha da região foi pelo fato dela apresentar, até a data do fechamento do trabalho, 2.162 estabelecimentos rurais identificados como sendo voltados

a agricultura familiar, representando cerca de 60,14% dos estabelecimentos totais existentes na área.

Um dos primeiros pontos identificados durante a análise dos resultados é que alguns municípios embora concentrassem em suas respectivas áreas rurais um grande número de estabelecimentos praticantes da agricultura familiar (como é o caso de Valinhos e Vinhedo), têm pouco acessado os recursos do Pronaf. Um dos fatores que levam a esse cenário, de acordo com as observações realizadas pelos engenheiros agrônomos que trabalham nas Casas de Agricultura dos municípios, não é comum dos agricultores desse recorte espacial procurarem algum tipo de financiamento. Os motivos para tal passam por desconfiança ou mesmo medo em criar dívidas, fazendo com que passem a utilizar recursos próprios para o desenvolvimento de suas atividades. Um dos pontos levantados pelos autores é de que, ainda que haja desconfiança, grande parte do crédito disponibilizado pelo Pronaf é destinado a culturas voltadas a exportação como milho, soja, fumo e café, ao passo que a produção dos agricultores familiares desses municípios foge dessa tendência.

Quanto ao PAA, foi identificado que seis agricultores oriundos do município de Atibaia realizam convênios a fim de ceder seus produtos ao programa – sendo o único município da região a ter alguma presença nesse segmento. Além disso, os agricultores do município de acordo com as informações coletadas possuem pouco ou nenhum interesse em participar de associações ou cooperativas, tendo exceção aos produtores do município de Atibaia. Nesse sentido, os agentes públicos entrevistados para o trabalho disseram que há muito trabalho a ser realizado pensando em atrair os agricultores a participarem dos empreendimentos cooperativos, principalmente no que diz respeito a organização dos mesmos enquanto unidade.

O que é foi identificado em paralelo a isso é que junto da falta de organização entre os agricultores do município há uma carência importante em relação a presença de assistência técnica e extensão rural nas localidades, sendo verificado que baixa presença dessas vias de apoio como determinantes para a baixa adesão junto ao PAA. Muitos dos agentes públicos presentes nos municípios do Circuito das Frutas ligados aos serviços de assistência técnica e extensão rural não tinham conhecimento da existência do PAA, evidenciando um despreparo desses profissionais para algo extremamente relevante nas suas áreas de atuação.

Em relação ao PNAE, ao passo que o volume de recursos repassados ao FNDE para a aquisição de alimentos da agricultura familiar para fomento da merenda escolar é elevado a

verificação realizada pelos pesquisadores constatou que a maioria dos municípios não aplicou todo o recurso. Mesmo que os municípios tenham forte presença da agricultura familiar a constatação é de que a inserção dos agricultores junto a esse programa se encontrava a um passo lento no período em que a pesquisa foi realizada. Foi notado um esforço dos municípios – com exceção de Valinhos – em buscar cumprir as exigências estabelecidas pelo programa e facilitar a aquisição dos alimentos juntos aos agricultores por meio das chamadas públicas. Problemas – que também são encontrados em relação ao PAA – como a descentralização dos pontos de entrega dos produtos nos municípios (o que aumenta os custos do agricultor), a falta de documentação por parte dos agricultores, a ausência de uma organização coesa e um distanciamento causado pela parte burocrática são elementos que contribuem diretamente para o acesso restrito desses atores aos mercados institucionais.

Santos et al (2014) avaliou a entrada de alimentos orgânicos na merenda escolar (por meio do PNAE) de municípios do interior do Rio Grande do Sul, especialmente aqueles produtos originários da agricultura familiar. Especificamente, os municípios analisados fazem parte dos Territórios Rurais do Rio Grande do Sul e contabilizam 153 localidades, nas quais 102 foram compõem o estudo. De maneira dividir melhor as informações, os Territórios Rurais em que os municípios se localizavam os municípios são: Alto Uruguai, Centro Serra, Erva Mate, Fronteira do Noroeste, Missões, Pacto Novo Rio Grande, Pinhão, Região da Campanha e Região do Centro Sul. Do total de municípios pesquisados, 20,5% (21 ao todo) foi verificada a compra de alimentos orgânicos junto a agricultura familiar. Dentre os problemas citados pelos gestores municipais tratados como dificuldades no sentido de inserir os alimentos orgânicos na merenda escolar, se encontram: produção local insuficiente (59,01%), falta de certificação (31,14%), desorganização dos órgãos envolvidos no processo de compra (3,27%) e a lenta transição da agricultura familiar para a orgânica (1,6%).

Para além da baixa produção dos alimentos – principal item identificado – os resultados encontrados apontam que a ausência de certificação para parte considerável dos casos expõem a dificuldade encontrada pelos produtores constatar o tipo de alimento que estão ofertando, ainda que exista o mecanismo de Controle Social e Venda Direta ao Consumidor que embora não venha acarretar custos diretos aos produtores faz com que a participação desses atores demande tempo de muita dedicação, fazendo com que venham a partir da atuação nesse processo determinar os custos indiretos. O elevado custo da produção dos alimentos orgânicos, segundo consta nos resultados da pesquisa, possui relação com as taxas existentes sobre embalagens, os baixos níveis de produção, as quedas produtivas

existentes nos meses de inverno, desorganização no sistema produtivo e de comercialização, dificuldades no que dizem respeito a logística e distribuição, os custos em torno da obtenção dos certificados de qualidade e os custos de realizar a transição de agricultura tradicional e orgânica.

Ao final, o estudo identificou que os municípios presentes nos Territórios Rurais que foram pesquisados adquiriam alimentos orgânicos para a agricultura familiar. Entretanto, há baixa inserção dos produtos visto que nem todos os municípios solicitavam esse tipo de comestível. Assim, a conclusão dos resultados do trabalho em questão versa para que compra dos produtos orgânicos oriundos da agricultura familiar dependem de fatores como custo, certificação e produção local. Logo, há necessidade de promover assistência técnica e incentivos aos produtores de forma que possam ser capazes a produzirem alimentos de qualidade e terem custos viáveis sobre a logística e comercialização.

O trabalho desenvolvido por Silva, Dias e Amorim Junior (2015) analisou as mudanças organizacionais presentes em um empreendimento desenvolvido por agricultores familiares do município de Espera Feliz (MG), chamada de Cooperativa da Agricultura Familiar e Solidária de Espera Feliz (Coofeliz). No município em questão existem 761 estabelecimentos familiares abrangendo 3.500 famílias e representando 73% dos estabelecimentos rurais existentes na localidade. A cooperativa abrange agricultores dos municípios de Espera Feliz, Caiana, Caparaó e Alto do Caparaó e possuía no período em que a pesquisa foi realizada 110 sócios. O empreendimento procurava se integrar junto a organizações locais, geralmente aquelas vinculadas a sindicatos de trabalhadores rurais, fazendo com que a operacionalização necessária para o acesso a políticas públicas fosse facilitada. Além disso, parcerias junto a instituições de ensino, entidades que realizavam trabalhos de pesquisa e extensão e agências de crédito rural proporcionaram diversos benefícios para os agricultores cooperados, dentre os quais se destacam o cumprimento de exigências agroecológicas e o maior escoamento dos produtos da agricultura familiar.

As consequências do acesso à programa como PAA e PNAE por parte dos agricultores cooperados fez com que o número de membros do empreendimento crescesse de 76 para 110. Por essa razão, surgiu a necessidade de estabelecer uma relação próxima entre os dirigentes da cooperativa junto aos cooperado e com isso foi desenvolvido uma Organização de Quadro Social para definir as funções dos membros da cooperativa junto da criação de sete Núcleos Produtivos nas comunidades com alto número de membros do empreendimento. No tocante a produção a cooperativa realizou em conjunto às organizações parceiras a viabilização para a

contratação de um técnico com a finalidade de prestar assessorias aos cooperados, sobretudo em relação a oferta de alimentos para PNAE e PAA. Tal assessoramento consistiu em oficinas e visitas técnicas desenvolvidas em torno do trato da colheita, armazenamento, embalagem e procedimentos considerados fundamentais para garantir a qualidade dos produtos sob o ponto de vista sanitário. Dessa maneira, na prática foram elaboradas duas orientações técnicas que se baseavam em recomendações aos agricultores a respeito dos princípios da produção agroecológica e as exigências específicas do mercado. O objetivo era que os agricultores respondessem a essas demandas, mas elas se mostravam conflitantes tendo em vista as dificuldades que processos de adaptação de tal espécie costumam trazer.

Um dos pontos observados sobre o assessoramento técnico é que este tratou de relativizar as regras estabelecidas para o PNAE. O foco da assessoria foi tratar as especificidades da organização estabelecida pelos produtores rurais cooperados, como a sazonalidade da oferta dos produtos, as características do cultivo e as principais vocações existentes na produção. Isso fez com que houvesse uma adequação em relação aos produtos ofertados, fazendo com que o planejamento fosse pensado de acordo com as condições existentes para o momento. Nesse sentido, tal trabalho de organização social por parte da Coofeliz junto de parceiros procurou desenvolver ações que informassem os agentes envolvidos com a exceção do PNAE na região. Essas ações consistiram em reuniões com gestores públicos com o objetivo de negociar com que as compras viessem não apenas a ser realizadas por meio de Chamadas Públicas como permitissem que as compras dos produtos fossem realizadas de acordo com o alimento ofertado e não por lote. Essa tratativa estava diretamente relacionada com o processo estabelecido a partir da assessoria técnica que visou trabalhar de acordo com as particularidades dos produtores (levando em conta a sazonalidade dos produtos, volume produtivo, dentre outras características).

Um dos pontos de dificuldade encontrados quanto a penetração dos alimentos oriundos da agricultura familiar junto à merenda escolar foi a resistência inicial das merendeiras quanto ao uso dos produtos. Por meio de entrevistas realizadas junto aos atores envolvidos nesse processo, os gêneros alimentícios não apresentavam a mesma aparência daqueles adquiridos em supermercados. Para contornar essa situação a cooperativa promoveu visitas junto as merendeiras a propriedades de agricultores cooperados de forma que pudessem verificar o processo de produção realizado, fazendo com que se criasse o entendimento que a aparência dos produtos não necessariamente tinha relação com a

qualidade. Esse procedimento fez com que fosse criada uma proximidade entre os produtores e os destinatários dos alimentos.

No que diz respeito a logística aplicada para desenvolver as atividades ligadas ao PNAE a cooperativa recebia em sua sede os produtos trazidos pelos membros cooperados, sendo estes últimos os responsáveis pelos custos do transporte entre suas propriedades e o empreendimento. A partir disso os produtos eram alocados na cooperativa para serem pesados, selecionados, embalados e distribuídos nas escolas. Para que esse processo pudesse se desenvolver com eficiência, foi necessário elaborar uma cadeia de informações que contivesse escolas, cooperativa e cooperados com informações a respeito das demandas das instituições de ensino visando a articulação dos cooperados no que diz respeito a produção para suprir as solicitações. Um dos aspectos fundamentais para a execução do ciclo logístico identificados durante a pesquisa foi justamente a articulação entre cooperativas e os gestores municipais. A comunicação entre essas partes fez com que a garantia da entrega dos produtos fosse devidamente possível. Outro aspecto verificado foi a forma como os custos de operacionalização para a venda de produtos para o PAA e PNAE foi realizado. A Coofeliz passou a cobrar uma taxa administrativa referente aos produtos comercializados por ela. A cooptação dos recursos permitiu custear as principais operações como manutenção de veículos, diárias, despesas contábeis e outras e permitiu que houvesse a promoção de cursos voltados a capacitação dos membros do empreendimento.

Mesmo com o bom desempenho frente ao comércio junto aos mercados institucionais, foram identificadas algumas lacunas. Ao passo que tanto o PNAE quanto o PAA não realizam pagamento à vista pela compra dos alimentos, junto ao aparato burocrático existente nos termos de compromisso dos programas, geraram empecilhos aos agricultores. Dentre as principais dificuldades encontradas estavam o atraso de pagamentos, causados justamente pelos trâmites burocráticos das políticas públicas. Em certos casos, devido à ausência ou a pouca presença de capital de giro na cooperativa para suprir essa demanda dos cooperados, alguns agricultores ficaram até dois meses sem receber pelas vendas.

Em relação a adequação sanitária dos produtos focados no PNAE a principal dificuldade consistia nos padrões estabelecidos pelo programa que acabava por estar diretamente relacionado a ausência da infraestrutura necessária para processamento, armazenamento e transporte da produção. Esse tipo de limitação gerou dificuldades durante o processo de obtenção dos registros sanitários requeridos, visto que estes exigiam que houvesse infraestrutura adequada para a realização dos processos produtivo e logístico dos

alimentos. Junto a isso, viu-se que a legislação sanitária não era compatível com o cenário apresentados pelos empreendimentos desenvolvidos pela agricultura familiar. Pensando nesse cenário, ao passo que as relações entre agricultores/cooperativa e gestores públicos foram se tornando mais próximas a reputação dos produtos agrícolas ofertados para os programas passou a não depender desse tipo de certificação, uma vez que a qualidade dos alimentos oferecidos já era do conhecimento das partes envolvidas no processo de compra.

Machado et al (2018) procurou caracterizar os municípios brasileiros a partir da compra de alimentos via PNAE. A captação dos dados foi realizada por via de um questionário eletrônico enviado para 5.565 municípios, tendo respostas de 93,2% deles. Dos municípios respondentes cerca de 92% gerenciava o programa de maneira centralizada. A frequência de compras dos alimentos da agricultura familiar por parte dos municípios variou entre 67,9% na região Centro-Oeste e 95,5% na região Sul. Em relação aos estados de maneira geral, os estados que apresentam os menores percentuais de compra dos produtos da agricultura familiar são, respectivamente, Goiás, Distrito Federal e Mato Grosso do Sul; na região Nordeste o Piauí (55%) e o Alagoas (60,7%), enquanto o Ceará apresenta um índice de 91,8% dos municípios compradores de alimentos dos produtores familiares.

Na região Norte os estados que apresentam a menor frequência na aquisição de produtos da agricultura familiar foram Amapá (38,5%) e Roraima (50%), apresentando os menores índices de compra em todo o país. Sobre o Sudeste destaca-se o estado do Espírito Santo possui o maior percentual de compra de alimentos oriundos da agricultura familiar com 93,6%. São Paulo, por outro lado, apresentou o menor índice de compra da região com 66,2% dos municípios a realizando. A região Sul, no todo, foi a que apresentou os maiores índices de compra dos alimentos da agricultura familiar com percentuais acima de 90%, tendo destaque o Rio Grande do Sul com 96,6% das localidades realizando a aquisição. Um dos pontos relevantes encontrados na pesquisa foram os índices de compra de acordo com o porte do município. 73,9% daqueles considerados de grande porte compram alimentos da agricultura familiar, enquanto aqueles de médio e grande porte apresentam percentuais próximos.

Um ponto destacado pelo trabalho é que as maiores frequências de compras de produtos oriundos da agricultura familiar estão entre os municípios que gerem o PNAE de maneira centralizada (80,3%) e que possuem a presença de nutricionistas como responsáveis técnicos (80,7%). A região Sudeste se encontra entre os estados com as menores frequências de compra dos produtos da agricultura familiar era descentralizada, terceirizada ou mista,

representando 64,1% dos casos. Em relação a compra terceirizada, todos os estados do Sudeste possuem municípios que realizam compras em escalas menores quando comparadas as outras localidades que possuem gestão descentralizada ou mista. O grupo de municípios que realizam a gestão do PNAE terceirizada representa cerca de 51,6% dos casos da região.

A presença de nutricionistas como responsáveis técnicos da alimentação escolar foi extremamente baixa no estado do Rio de Janeiro, apresentando apenas 20% dos municípios com a presença desse profissional. Partindo desse elemento, os gastos referentes a adequação dos municípios a partir das diretrizes do PNAE representam 41,2% das localidades da região sudeste. Todavia, a região apresenta a maior discrepância entre o uso dos recursos para compra dos alimentos da agricultura familiar. Para efeito de comparação, o Espírito Santo tem 63,8% dos municípios aplicando 20% ou mais dos recursos do PNAE para a compra junto aos produtores familiares, enquanto o estado de São Paulo possui apenas 29,6% dos municípios fazendo o mesmo. Dessa forma, o trabalho conclui que embora grande parte dos municípios brasileiros pesquisados realizarem a compra dos alimentos junto a agricultura familiar, a parcela de recursos aplicada por parte dessas localidades não atinge os 30% exigidos. Os apontamentos em relação aos motivos que levam essa situação pairam sobre as dificuldades encontradas na produção agrícola, as dificuldades logísticas, os problemas existentes em torno da disponibilidade de assistência técnica especializada para os pequenos produtores rurais, as dificuldades de acesso a crédito rural e a pouca articulação entre gestores e agricultores.

Schabarum e Triches (2019) realizaram um estudo com objetivo de verificar como ocorreram as aquisições públicas de produtos da agricultura familiar no estado do Paraná pensando na adequação dos municípios sobre o artigo 14 da lei nº 11.947/2009. Os pontos analisados versam sobre o tipo e quantidade de produtos comprados, valores alocados para o desenvolvimento do programa e o comparativo entre os produtos pagos para hortifrutis e agricultores familiares.

Os alimentos fornecidos pelos agricultores familiares são, em maior parte, os de origem vegetal, hortaliças, frutas, cereais, feijões e tubérculos, vindo a representar 83,27% das aquisições. Desse total, 41,97% se refere às frutas e derivados, visto que conforme estabelecido pela lei o fornecimento de frutas por semana (200 g por aluno semanalmente) deve ser maior que os dos demais alimentos. Um dos pontos que fazem as frutas terem prioridade na aquisição se deve ao fato de alimentos como verduras e legumes virem a ser produzidas o ano inteiro, diferente das frutíferas. Junto disso, foi verificada que a maior aquisição dos produtos de origem vegetal tem relação com o fato desses serem produzidos

mais comumente por eles, inclusive pensando no consumo realizados pelos próprios agricultores familiares.

Os resultados encontrados pela pesquisa, no geral, indicam que há necessidade de habilitar os agricultores familiares sob os pontos de vista estrutural e legal. Isso se faz necessário para que não forneçam apenas os alimentos *in natura*, mas que possam ter condições de ofertarem o alimento beneficiado. Ainda que, como observado pelos pesquisadores, os mercados institucionais e privados não deixem de comprar os alimentos há uma lacuna existente nessa cadeia. Outros fornecedores adquirem produtos da agricultura familiar e, agindo como atravessadores, acabam por ficar com os maiores percentuais de venda justamente por conseguirem vender os produtos beneficiados.

Nos trabalhos selecionados para esta parte da pesquisa verifica-se que a maior parte deles (assim como outros que foram encontrados, mas não vieram a ser usados aqui) trata do acesso dos agricultores familiares aos mercados institucionais. Esse recorte mostra uma tendência de os pesquisadores da área pensarem que programas como PNAE e PAA, até por conta das diretrizes presentes nos seus regimentos, como alternativas mais viáveis para esses atores escoarem sua produção. Entretanto a lacuna existente na análise para outros mercados impede que as relações com o setor privado sejam verificadas com maior precisão. Mesmo assim, tendo em vista as regras para acesso aos mercados institucionais e as exigências para desenvolver uma produção adequada, faz com que uma noção desse cenário possa ser estabelecida.

O artigo⁴⁹ elaborado por Neto, Silva e Araújo expõe algumas desmistificações sobre a profundidade com a qual os produtos da agricultura familiar atingem os mercados. Ao contrário do que tende a ser divulgado, os autores colocam que mesmo tendo uma grande importância na alimentação brasileira aqueles alimentos oriundos dos produtores familiares não representam 70% dos disponíveis no mercado. Usando dos dados presentes no Censo Agropecuário de 2017, 76,8% (5,073 milhões) dos estabelecimentos rurais do Brasil são tratados como familiares. No entanto, no mesmo período, gerou 106,5 bilhões de reais (23% do total entre produtos agropecuários). Em relação ao levantamento de 2006 houve um crescimento de 10,2% nos rendimentos, mas ainda consideravelmente abaixo da agricultura de larga escala. Tendo esse panorama e usando como referência o questionamento do professor Rodolfo Hoffman de que se deve tomar como referência o quantitativo de alimentos

⁴⁹ Fonte: <https://www.revistarural.com.br/2020/09/09/agricultura-familiar-e-importante-mas-nao-produz-70-dos-alimentos-do-pais/>

para verificar a presença dos produtos da agricultura familiar no mercado, foi verificado pelos autores o seguinte cenário:

Entretanto, a participação da agricultura familiar tem importância significativa na maioria dos produtos hortícolas e em algumas espécies frutíferas, como é o caso do morango, com participação na produção de 81,2% e uva para vinho e suco (79,3%). Com relação à produção da pecuária, os dados do Censo Agropecuário 2016-2017 mostram que 31% do número de cabeças de bovinos, 45,5% das aves, 51,4% dos suínos, e 70,2% de caprinos pertencem à agricultura familiar. Além disso, este segmento foi responsável por 64,2% da produção de leite no período de referência do Censo. Conforme dados do Censo Agropecuário 2017-2018, em Rondônia 81,3% dos 91.438 estabelecimentos recenseados foram classificados como pertencentes à agricultura familiar, portanto acima da média nacional de 76,8%. No tocante à participação desse segmento na produção agrícola, sua participação no conjunto dos 65 produtos selecionados foi de 11,1%, quase o dobro da média nacional. Quando se exclui, dessa lista, a soja, o milho e a cana de açúcar, esse valor aumenta substancialmente, para 57,8%. Este é um dado relevante, pois indica que mais da metade dos produtos agrícolas do estado, excluídas as três culturas industriais citadas, advém do trabalho dos agricultores familiares, demonstrando a importância socioeconômica do setor para a economia local. Dentre os produtos mais importantes cultivados no estado, o abacaxi se sobressai, com 93,1% da produção sendo advinda da agricultura familiar, seguida do café (90,4%), da mandioca (88,8%) e do cacau (87,9%). Na pecuária, destaque para a produção de leite, com participação de 88,1%. No caso da mandioca, apenas 35% da produção foi vendida, sendo que grande parte é consumida e processada no próprio estabelecimento, constituindo-se em importante fator para a alimentação das famílias dos agricultores familiares. Ainda que os dados da produção agropecuária não confirmem o que se diz sobre a participação da agricultura familiar nesse contexto, não se pode negar a sua importância na produção alimentar do país, pois é grande geradora de renda e de empregos. Vamos reproduzir textualmente as palavras do professor Hoffmann: “não é preciso criar ‘estatísticas’ sem sentido para mostrar a importância da agricultura familiar no Brasil” (NETO; SILVA; ARAÚJO, 2020).

Apesar dos próprios autores afirmarem que o método não traz a precisão necessária, o panorama indica que os alimentos da agricultura familiar estão fortemente presentes no mercado de forma difusa. Os fatores que podem levar a esse panorama podem ser identificados (ainda que parcialmente) com base em pesquisas realizadas que trataram de alguma forma desses elementos. Quando verificados os casos aqui selecionados para servirem de comparativo com os dados obtidos a partir do Cadastro do Produtor Rural, alguns padrões são identificados. O principal elemento verificado nos artigos que é tratado como uma grande lacuna pensando no desenvolvimento da agricultura familiar é a precariedade em relação a assistência técnica. Quando se trata desse elemento, como observado, os autores citam que não se trata a pensar na parte prática da questão, levando em consideração as deficiências

estruturais que os agricultores possam apresentar. As informações indicam que a falta de assessoramento sobre legislação e comércio é uma lacuna extremamente decisiva para que o escoamento não atinja sua potencialidade.

Quando comparado a Campos dos Goytacazes, verifica-se que a situação não é distante do que se identifica em outras regiões do Brasil. Como observado na Tabela 3, as principais políticas públicas acessadas pelos agricultores são voltadas para assistência técnica – no caso, Patrulha Rural. Se por um lado o tipo de serviço prestado pelo programa realiza um trabalho de extrema importância para o desenvolvimento rural que é o auxílio na planificação dos terrenos (além de ajudar na abertura de canais hídricos), mas não presta outros serviços que poderiam ser úteis aos desenvolvimento da atividade agrária como ajuda no preparo do solo, verificação de uma possível rotação de culturas, dentre outros aspectos.

Outro programa que promove algum tipo de assistência técnica é a Defesa Sanitária e existem alguns aspectos identificados durante a pesquisa que se mostram extremamente promissores pensando na expansão das vendas. A principal delas é a promessa de disponibilizar um certificado de qualidade para os produtos dos agricultores familiares. Como observado em alguns dos casos selecionados para este capítulo a falta dessa certificação é um grande problema para expandir as possibilidades de escoamento. No entanto, apesar do número expressivo identificado de agricultores que possuem acesso aos serviços da Defesa Sanitária, o acesso aos mercados é bastante restrito como pode ser verificado na Tabela 4 – algo que também é identificado em outros contextos brasileiros. Dessa forma, verifica-se uma tendência de agricultores familiares brasileiros possuírem dificuldades em obter esse tipo de certidão e observando o panorama do espaço aqui estudado pode-se induzir que os agricultores de Campos dos Goytacazes possuem essa mesma deficiência. Além disso, abre-se margem para verificar como essa política pública vem sendo executada no município.

Ainda sobre as relações com o poder público, os casos anteriormente analisados mostraram que há uma tendência de existir uma relação difícil entre o Estado e os agricultores familiares. Parte disso, como ficou evidente por exemplo no trabalho de Camargo, Baccarin e Silva (2013) citado anteriormente, se dá pela dificuldade dos agricultores em lidarem com as diretrizes dos programas que trabalham com a compra dos alimentos por eles produzidos. Nesse ponto, volta-se a citar a necessidade desses atores terem assessorias que os direcione adequadamente. No entanto, há o aspecto pessoal desse elemento: as relações conturbadas entre os agentes que vão à campo ante os agricultores familiares.

Como observado, esse tipo de situação contribui para que a confiabilidade dos produtores diminua frente ao setor público; além disso, há de se pensar na forma como os funcionários responsáveis pelo trabalho na ponta são preparados. Levando esses aspectos em consideração, a forma como os agentes públicos lidam com os agricultores do município é um elemento a ser observado. Ainda que a possibilidade de verificar isso no trabalho de campo tenha sido limitada devido aos efeitos da pandemia da Covid-19 o fato desse ser um elemento presente em diversos casos dentro do território nacional faz com que seja um elemento a ser considerado na dificuldade desses produtores acessarem os mercados institucionais.

Retomando o ponto dos mercados institucionais, percebe-se a partir dos dados coletados que o índice de agricultores campistas participando do PNAE e que, de forma indutiva, pode ser explicada a partir das semelhanças presentes entre os casos anteriores. Além da questão em torno da comunicação entre agentes públicos e agricultores, a pesquisa documental permitiu verificar a escassez de informações públicas que tratam das chamadas para compra de alimentos da agricultura familiar. Esse elemento somado as dificuldades que os próprios agricultores possam vir a ter no que diz respeito ao acesso a meios de comunicação como computadores, celulares, internet de boa qualidade e outros. Dessa forma, abre-se margem para verificar como essa comunicação é realizada de fato entre a prefeitura local e os agricultores. Junto disso, cabe verificar qual o perfil dos agricultores que estão participando do programa e como os mesmos conseguem as informações necessárias para acessá-lo.

Chegando ao elemento da logística, fica perceptível que os problemas vão além da tríade “processamento de pedidos/armazenamento/transporte”. A pouca presença de assistência técnica é considerada como um dos fatores primordiais para que o ciclo logístico dos agricultores familiares seja desenvolvido e, devido à ausência ou precariedade de sua aplicação, há dificuldades dos agricultores se adequarem antes mesmo de processarem os pedidos. Como foi observado especialmente nos trabalhos que tratam do acesso aos mercados institucionais, os agricultores em geral possuem dificuldades de acessar os recursos necessários para a execução de uma logística eficiente. Um dos pontos levantados é que o Poder Público deve apresentar uma participação maior nesse sentido, dada as deficiências encontradas pelos produtores familiares.

As principais dificuldades estão ligadas, como observado, aos custos de todo processo e ao transporte. Este último, como verificado na leitura dos dados, a Tabela 1 apresenta que

34,94% dos agricultores familiares de Campos dos Goytacazes analisados possuem transporte e que a maior parte desses se encontra nas ADRs mais próximas a região central do município. Isso demonstra que a pouca presença desse elemento e a dificuldade de possuir ou mesmo ter condições de gerenciar esse recurso estão de acordo com o que é verificado em outras regiões. Mais ainda, pensando em todo o processo de logística, os custos para beneficiamento, empacotamento, estocagem e de manutenção dos veículos utilizados para transporte podem ser fatores a se considerados na situação do agricultor campista, visto que em outros aspectos eles seguem a mesma tendência do que acontece em outras regiões.

Outros elementos podem ser colocados como a qualidade das estradas, algo que dificulta o transporte. Como visto no trabalho colocado aqui que trata a respeito do mercado de biodiesel, a malha rodoviária da região Sudeste tende a ser um fator em tese positivo pensando no escoamento da produção. No entanto, cabe verificar as condições específicas das vias terrestres que cercam o município de Campos dos Goytacazes e como a sua estrutura influencia no acesso aos mercados. Pensando no recorte dos agricultores locais, pode-se pensar na relação entre aqueles que moram mais próxima a principal zona comercial do município possuem transporte próprio e a qualidade das vias disponíveis para tal.

Outro fator que pode ser limitador ao acesso direto dos agricultores ao mercado está na presença de intermediários que, como já citado anteriormente, são chamados de atravessadores na literatura. Ao passo que esses atores possam ser vistos com um viés negativo como aqueles que ficam com a maior parte do lucro das vendas e que criam uma relação de dependência (algo que pode ser verificado no caso aqui pesquisado, uma vez que 49,64% dos agricultores comercializam com esse ator) junto aos produtores rurais, há de se pensar em como ele contribui como a logística. Como já mencionado no capítulo anterior, esse ator pode ser considerado quando se tem na Tabela 1 o elemento do transporte terceirizado. Então, um dos questionamentos pensados é: como o agricultor pensa no intermediário? Ele o enxerga com um aliado ou uma figura que explora sua condição?

Dessa forma, pode-se induzir que a logística é um fator preponderante para o agricultor familiar de Campos dos Goytacazes tenha dificuldade de acessar os mercados, sejam eles privados ou institucionais. Ao passo que as limitações possam ter relação com a falta de organização (ainda que haja presença expressiva de agricultores em associações e cooperativas), a falta de recursos para realização de um ciclo logístico adequado é um aspecto limitador para o acesso aos mercados. Nessa perspectiva, pensa-se na atuação do governo

local para contribuir com esse elemento. Mais do que disponibilizar cursos de capacitação, transporte, assistência técnica ou qualquer recurso que influencie positivamente a produção familiar se faz necessária melhor comunicação entre as partes envolvidas em todo esse processo. O processamento de pedidos, por exemplo, depende de uma comunicação eficiente entre o vendedor e o comprador. Logo, pode-se pensar em formas do setor público contribuir nesse sentido para que não apenas os mercados por eles disponibilizados tenham avanços nesse sentido como trabalhar de forma que o contato com outros vendedores seja adequado.

Considerações finais

Tendo em vista o objetivo geral do trabalho – verificar se a logística é um empecilho para que os agricultores acessem os mercados -, algumas considerações interessantes puderam ser feitas até aqui. Partindo da abordagem metodológica utilizada aqui (método indutivo), apoiado pelos métodos estatístico e comparativo, fizeram com que a hipótese fosse aceita. Para verificar essa situação da melhor forma, alguns comentários serão feitos para esclarecer o que foi de fato realizado nessa dissertação. No segundo capítulo foi possível verificar a grande concentração de agricultores próximos da região central do município de Campos dos Goytacazes.

Apoiado pela literatura sobre logística, observou-se que há lacunas no que tange o elemento fundamental que é o transporte. Essa tendência, partindo do que foi verificado no capítulo 4 com o estudo comparativo, se mostra uma tendência na agricultura familiar brasileira e, partindo desse panorama, se induz que o problema é decisivo para o contexto estudado. Além desse elemento, o armazenamento foi apresentado como algo problemático sobretudo por haver presença de produtores de leite na região.

Outro problema que foi observado a partir do estudo comparativo é a dificuldade no processamento de pedidos, atrelada diretamente aos problemas de comunicação. Nos casos utilizados para comparação, ficou evidente que grande parte do problema está ligado ao relacionamento dos agricultores junto aos Estado. Quando se compara esse panorama com os dados obtidos no contexto de Campos dos Goytacazes há uma relação extremamente contraditória.

Ao passo que os dados existentes na base de dados quando cruzados com as informações disponíveis no site oficial da prefeitura são conflitantes, verifica-se que mesmo o acesso aos mercados institucionais é ínfimo tendo em vista a potencialidade apresentada na localidade. Junto a isso, mesmo os programas voltados a assistência técnica que poderiam contribuir para que a via privada fosse acessada não possuem a devida precisão quando o mesmo processo de comparação dos dados é realizado. Dessa forma, pode-se induzir que o

ciclo logístico dos agricultores familiares de campos é problemático em seus três eixos (armazenamento, processamento de pedidos e transporte).

Mesmo assim, o estudo aqui proposto não conseguiu precisar da maneira inicialmente planejada devido aos problemas causados pela pandemia da Covid-19, especialmente se tratando de ir a campo e captar informações de forma a criar uma amostra dos problemas identificados e, a partir disso, aprofundá-los. Logo, as questões observadas aqui podem ser utilizadas como problemas de pesquisa ou mesmo objetivos específicos para trabalhos futuros que consigam preencher as lacunas aqui deixadas.

Referências

ABAUNZA, Byron Miranda. AGRICULTURA FAMILIAR: RURALIDAD, TERRITORIOS Y POLÍTICAS PÚBLICAS EN AMÉRICA LATINA. *In*: INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA - IICA. **Agricultura Familiar: Ruralidade, Território e Política Pública**. Brasília: IICA, Dezembro 2015. v. 23, cap. Painel Inicial - 1, p. 55-62. ISBN 978-92-9248-578-8. Disponível em: <https://repositorio.iica.int/handle/11324/11327>. Acesso em: 27 out. 2020.

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma agrária**, v. 28, n. 1, p. 2, 1998.

ABREU, Ivan Souza. **Mecanismos de distribuição da produção agrícola: uma análise das condições logísticas dos pequenos agricultores de Campos dos Goytacazes (2011-2015)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública). Universidade Estadual do Norte Fluminense- UENF- Centro de Ciências dos Homens – Laboratório de Gestão Políticas Públicas, 2018, 61f.

ALMEIDA, Thiago Chagas de. **POLÍTICAS PÚBLICAS DE FOMENTO À AGRICULTURA FAMILIAR: UMA ANÁLISE DAS INICIATIVAS LOCAIS EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ (2015 – 2016)**. Orientador: Mauro Macedo Campos. 2018. 68 f. Monografia (Bacharelado em Administração Pública) - Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, RJ, 2018. Disponível em: <https://uenf.br/graduacao/administracao-publica/wp-content/uploads/sites/4/2019/05/MONOGRRAFIA-Vers%C3%A3o-Final-Thiago-Chagas-de-Almeida.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2021.

ALTAFIN, Iara. Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar. **Brasília: CDS/UnB**, p. 1-23, 2007.

ANDRADE, Marta Cleia; ALVES, Daniela Cristina. Cooperativismo e Agricultura Familiar: um estudo de caso. **Revista de Administração IMED**, v. 3, n. 3, p. 194-208, 2013.

ANJOS, Flávio Sacco dos et al. Agricultura familiar e políticas públicas: impacto do PRONAF no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 42, n. 3, p. 529-548, 2004.

ARAGÃO, José Wellington Marinho de; MENDES NETA, Maria Adelina Hayne. Metodologia científica. 2017.

BACCARIN, José Giacomo. Interações entre alimentação escolar e agricultura familiar para o desenvolvimento local. **Alimentação escolar–construindo interfaces entre saúde, educação e desenvolvimento. Chapecó: Argos**, p. 89, 2016.

BATALHA, Mário Otávio; BUAINAIN, Antônio Márcio; SOUZA FILHO, HM de. Tecnologia de gestão e agricultura familiar. **Gestão Integrada da Agricultura Familiar. São Carlos (Brasil): EDUFSCAR**, p. 43-66, 2005.

BECKER, Cláudio; ANJOS, Flávio Sacco dos. São os mercados institucionais da agricultura familiar um instrumento para o desenvolvimento rural?. **Revista de la Facultad de Agronomía**, v. 114, 2015.

BEZERRA, Gleicy Jardim; SCHLINDWEIN, Madalena Maria. Agricultura familiar como geração de renda e desenvolvimento local: uma análise para Dourados, MS, Brasil. **Interações (Campo Grande)**, v. 18, n. 1, p. 3-15, 2017.

BEZERRA, Gleicy Jardim; SCHLINDWEIN, Madalena Maria. Agricultura familiar como geração de renda e desenvolvimento local: uma análise para Dourados, MS, Brasil. **Interações (Campo Grande)**, v. 18, n. 1, p. 3-15, 2017.

BUAINAIN, Antônio Márcio et al. Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Sociologias**, v. 5, n. 10, 2003.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; BACCARIN, José Giacomo; SILVA, Denise Boito Pereira da. O papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar. **Temas de Administração Pública**, v. 8, n. 2, p. 1-21, 2013.

CARDOSO, Patrícia Alcântara. Gestão de operações e logística II. **Florianópolis-SC: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, CAPES: UAB**, 2012.

CASTILHO, Auriluce Pereira; BORGES, Nara Rubia Martins; PEREIRA, Vânia Tanús. Manual de metodologia científica. **Goiás: Ulbra**, p. 10-11, 2011.

CASTRO, César Nunes de; PEREIRA, Caroline Nascimento. Agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural e a política nacional de Ater. 2017.

CELESTRINO, Renan Borro et al. Novos olhares para a produção sustentável na Agricultura Familiar: avaliação da alface americana cultivada com diferentes tipos de adubações orgânicas. **Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar**, v. 3, n. 1, p. 66-87, 2017. Disponível em: <https://owl.tupa.unesp.br/recodaf/index.php/recodaf/article/view/43>

CORÁ, Maria Amélia Jundurian; IZUKA, Edson Sadao; JUNQUEIRA, Luciano Antonio Prates. Políticas Sociais e a Agricultura Familiar no Brasil: Desafios na Construção de Parcerias, Colaboração e Redes Sociais. **NAU Social**, v. 7, n. 12, 2016.

COSTA, Bianca Aparecida Lima; AMORIM JUNIOR, Paulo Cesar Gomes; SILVA, Marcio Gomes da. As cooperativas de agricultura familiar e o mercado de compras governamentais em Minas Gerais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 53, n. 1, p. 109-126, 2015.

CUNHA, Wellington Alvim da; FREITAS, Alan Ferreira de; SALGADO, Rafael Junior dos Santos Figueiredo. Efeitos dos programas governamentais de aquisição de alimentos para a agricultura familiar em Espera Feliz, MG. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 55, n. 3, p. 427-444, 2017.

DA SILVA, Hur Ben Corrêa; BIANCHINI, Valter. POLÍTICAS DE PRODUÇÃO, MERCADO E CONHECIMENTO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: A DÉCADA VIRTUOSA E ALGUNS DESAFIOS ATUAIS. In: INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA - IICA. **Agricultura Familiar: Ruralidade, Território e Política Pública**. Brasília: IICA, Dezembro 2015. v. 23, cap. Painel Final - 3, p. 223-226. ISBN 978-92-9248-578-8. Disponível em: <https://repositorio.iica.int/handle/11324/11327>. Acesso em: 27 out. 2020.

DA SILVA, Warley Henrique et al. Custos logísticos associados ao comércio institucional de alimentos na agricultura familiar: o caso do Programa Nacional de Alimentação Escolar (NSFP). In: **Anais do 54º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural: Maceió, Alagoas**. 2016.

DANTON, Gian. Metodologia científica. **Pará de Minas-Mg: Virtualbooks**, 2002.

DE MORAES, Murilo Didonet; DE OLIVEIRA, Nilton Aparecido Marques. Produção orgânica e agricultura familiar: obstáculos e oportunidades. **Desenvolvimento Socioeconômico em Debate**, v. 3, n. 1, p. 19-37, 2017.

DE MORAES, Murilo Didonet; DE OLIVEIRA, Nilton Aparecido Marques. Produção orgânica e agricultura familiar: obstáculos e oportunidades. **Desenvolvimento Socioeconômico em Debate**, v. 3, n. 1, p. 19-37, 2017.

DE OLIVEIRA CARVALHO, Clesiane; DOS SANTOS, Antonio Carlos; CARVALHO, Glauco Rodrigues. Rede Brasil Rural: inovação no contexto da agricultura familiar. **Re em Agronegócio e Meio Ambiente**, v. 8, n. 1, p. 79-94, 2015.

DE PAULA RIBEIRO, Ana Lúcia; CERATTI, Silene; BROCH, Djulia Taís. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a participação da agricultura familiar em municípios do Rio Grande do Sul. **Revista GEDECON-Gestão e Desenvolvimento em Contexto**, v. 1, n. 1, p. 36-49, 2013.

DE PAULA, Márcia Maria; KAMIMURA, Quésia Postigo; SILVA, José Luís Gomes da. Mercados institucionais na agricultura familiar: dificuldades e desafios. **Revista de Política Agrícola**, v. 23, n. 1, p. 33-43, 2014.

DEIMLING, Moacir Francisco et al. Agricultura familiar e as relações na comercialização da produção. **Interciência**, v. 40, n. 7, p. 440-447, 2015.

DELGADO, Guilherme Costa. Questão agrária hoje. Separata de: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. **Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro**. Brasília: Secretaria Especial de Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 12-21. ISBN 978-85- 8354-016- 8. Disponível em: https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Agricultura_Familiar.pdf. Acesso em: 26 ago. 2020.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. Perspectiva, 2009.

ELIAS, Lilian de Pellegrini et al. Impactos socioeconômicos do Programa Nacional de Alimentação Escolar na agricultura familiar de Santa Catarina. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 57, n. 2, p. 215-233, 2019.

FERIGOLLO, Daniele et al. Aquisição de produtos da agricultura familiar para alimentação escolar em municípios do Rio Grande do Sul. **Revista de Saúde Pública**, v. 51, p. 6, 2017.

FRANTZ, Walter. **Associativismo, cooperativismo e economia solidária**. 2012. Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/963/Associativismo,%20cooperativismo%20e%20economia%20solid%C3%A1ria.pdf?sequence=1>

FREITAG, Carli; KLESENER, Hedson Mauro; PLEIN, Clério. Contribuições do cooperativismo solidário para agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável. **Orbis Latina**, v. 9, n. 1, p. 95-109, 2019.

FREITAS, Carlos Roberto Bastos. O Mercado Municipal de Campos dos Goytacazes: 86 anos de laços identitários e sociabilidade.

FREITAS, Carlos Roberto Bastos; RB, O. **O Mercado Municipal de Campos dos Goytacazes: A sedução persistente de uma instituição pública**. 2006. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais)–Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes.

GIL, Antonio Carlos et al. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

HEBERLÊ, Antônio Luiz Oliveira *et al.* Agricultura familiar e pesquisa agropecuária: contribuições para uma agenda de futuro. *In:* DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. **Agricultura Familiar Brasileira::** Desafios e Perspectivas de Futuro. Brasília: Secretaria Especial de Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 133-149. ISBN 978-85- 8354-016- 8. Disponível em: https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Agricultura_Familiar.pdf. Acesso em: 26 ago. 2020.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**. Editora Vozes, 2016.

KROTH, Darlan Christiano et al. Análise da operacionalização da política de aquisição de alimentos da agricultura familiar por parte dos municípios: o caso do PNAE em três microrregiões do Oeste Catarinense. **Redes (St. Cruz Sul, Online)**, v. 24, n. 1, p. 138-162, 2019.

LAGO, Adriano. **Fatores condicionantes do desenvolvimento de relacionamentos intercooperativos no cooperativismo agropecuário**. Orientador: Tania Nunes da Silva. 2009. 179 f. Tese (Doutorado em Agronegócios) - Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/18439>. Acesso em: 6 out. 2020.

LEITE, Francisco Tarciso. Metodologia científica: métodos e técnicas de pesquisa: monografias, dissertações. **Aparecida, SP: Ideias & Letras**, 2008.

LINHARES, Maria Yedda Leite; SILVA, Francisco Carlos Teixeira. **Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999.

MACHADO, Patrícia Maria de Oliveira et al. Compra de alimentos da agricultura familiar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): estudo transversal com o universo de municípios brasileiros. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, p. 4153-4164, 2018.

MALUF, Renato Sergio. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaio FEE**, v. 25, n. 1, 2004.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed.-São Paulo: Atlas, 2003.

MAZUCATO, Thiago. Metodologia da pesquisa e do trabalho científico. **1a. ed. Penápolis: UNEPE**, 2018.

MENEGHATTI, Marcelo Roger; DE FARIÑA, Luciana Oliveira; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor. Relação entre a cooperativa e cooperado na agricultura familiar: a busca pela

sustentabilidade econômica dos produtores de leite. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade** (ISSN 2318-3233), v. 7, n. 1, p. 108-126, 2017.

MENEZES, Afonso Henrique Novaes et al. Metodologia científica: teoria e aplicação na educação a distância. **Universidade Federal do Vale do São Francisco, Petrolina-PE**, 2019.

MORAES, Juliana Gomes et al. Agricultura familiar e mercados atacadistas: dinâmicas sociais da Central de Comercialização da Agricultura Familiar (Cecaf/Ceasa) em Recife-Pernambuco. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, n. 2, p. 309-325, 2019.

NASCIMENTO, Claudio. Prefácio: a auto gestão e o "novo cooperativismo". *In*: DICKMANN, Ivo; DICKMANN, Ivanio. **A questão da habitação popular**. Curitiba: Base Editora, 2015. cap. Prefácio, p. 17-21. ISBN 978-85-427-0320-7. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Ivo_Dickmann/publication/282817334_A_questao_da_habitacao_popular/links/561d40cc08ae50795afd7afc/A-questao-da-habitacao-popular.pdf#page=18. Acesso em: 6 out. 2020.

NICOLAU, Jairo. Breve roteiro para redação de um projeto de pesquisa. **Revista Estudos Políticos**, v. 4, n. 7, p. 345-353, 2013.

NUNES, Emanuel Márcio et al. Dinamização Econômica e Agricultura Familiar: limites e desafios do apoio a Projetos de Infraestrutura (Proinf) em territórios rurais do Nordeste. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 53, n. 3, p. 529-554, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032015000300529&script=sci_arttext

OLIVEIRA, Humberto. AGRICULTURA FAMILIAR: REPENSANDO AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL. *In*: INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA - IICA. **Agricultura Familiar: Ruralidade, Território e Política Pública**. Brasília: IICA, Dezembro, 2015. v. 23, cap. Painel Final - 2, p. 219-222. ISBN 978-92-9248-578-8. Disponível em: <https://repositorio.iica.int/handle/11324/11327>. Acesso em: 27 out. 2020.

PEREIRA, Adriana Soares et al. Metodologia da pesquisa científica. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES. Cadastro do Produtor Rural. *In*: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES. **Cadastro do Produtor Rural**. Campos dos Goytacazes, RJ., 2017. Disponível em: Cedido pelo autor. Acesso em: 1 jan. 2021.

REZENDE, Diego César Veloso; MORAES, Ana Shirley França; DA CUNHA REZENDE, Sthefânia Dalva. Planejamento e Comercialização de produtos da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar Municipal em Monte Carmelo/MG no ano de 2014. **Revista GeTeC**, v. 7, n. 16, 2018.

RODRIGUES, William Costa et al. Metodologia científica. **Faetec/IST. Paracambi**, p. 2, 2007.

ROSA, Rodrigo de Alvarenga. Gestão de operações e logística I. 2011.

RUIZ, João Álvaro. Metodologia científica. **Guia para eficiência nos estudos**, v. 4, 1996.

SABOURIN, Eric. Acesso aos mercados para a agricultura familiar: uma leitura pela reciprocidade e a economia solidária. **Revista Econômica do Nordeste REN**, 2014. Disponível em: <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-02798379/>

SANCHES, Cinara Del. A contribuição da sistematização de experiências para o fortalecimento do campo agroecológico e da agricultura familiar no Brasil. **Embrapa Meio Ambiente-Tese/dissertação (ALICE)**, 2011.

SANTOS, Fernanda dos et al. Avaliação da inserção de alimentos orgânicos provenientes da agricultura familiar na alimentação escolar, em municípios dos territórios rurais do Rio Grande do Sul, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, p. 1429-1436, 2014

SAUER, Sérgio. Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro. 2008.

SCHABARUM, Joseane Carla; TRICHES, Rozane Márcia. Aquisição de produtos da agricultura familiar em municípios paranaenses: análise dos produtos comercializados e dos preços praticados. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, n. 1, p. 49-62, 2019.

SCHMITT, Claudia Job. Aquisição de alimentos da agricultura familiar Integração entre política agrícola e segurança alimentar e nutricional. **Revista de política agrícola**, v. 14, n. 2, p. 78-88, 2005.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Editora da UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, Sergio; CASSOL, Abel. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e implicações para políticas públicas. *In*: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. **Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro**. Brasília: Secretaria Especial de Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 84-108. ISBN 978-85-8354-016-8. Disponível em: https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Agricultura_Familiar.pdf. Acesso em: 26 ago. 2020.

SCHWARTZMAN, Flavia et al. Antecedentes e elementos da vinculação do programa de alimentação escolar do Brasil com a agricultura familiar. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 33, p. e00099816, 2017.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. Cortez editora, 2017.

SILVA, Ana Paula Ferreira da; SOUSA, Anete Araújo de. Alimentos orgânicos da agricultura familiar no Programa Nacional de alimentação Escolar do Estado de Santa Catarina, Brasil. **Revista de Nutrição**, v. 26, n. 6, p. 701-714, 2013.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. 2001.

SILVA, Marcio Gomes; DIAS, Marcelo Miná; AMORIM JUNIOR, Paulo Cesar Gomes. Mudanças organizacionais em empreendimentos de agricultura familiar a partir do acesso ao Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 53, n. 2, p. 289-304, 2015.

SOUZA, Liliane BB. Organizações da agricultura familiar no Estado de São Paulo e sua experiência de fornecimento para o PNAE. **Corá MAJ, Belik W, organizadores. Projeto Nutre SP: análise da inclusão da agricultura familiar na alimentação escolar no estado de São Paulo. Brasília (DF): Ministério do Desenvolvimento Agrário**, 2012.

SOUZA-ESQUERDO, Vanilde Ferreira de; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. Análise sobre o acesso aos programas de políticas públicas da agricultura familiar nos municípios do circuito das frutas (SP). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 205-222, 2014.

SOUZA-ESQUERDO, Vanilde Ferreira de; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. Análise sobre o acesso aos programas de políticas públicas da agricultura familiar nos municípios do circuito das frutas (SP). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 205-222, 2014.

TEIXEIRA, Rudolph Fabiano Alves Pedroza et al. Produtividade e logística na produção de biodiesel. **Ensaio FEE**, v. 31, n. 1, 2010.

TEO, Carla Rosane Paz Arruda et al. Agricultura familiar, alimentação escolar e a geração de oportunidades sociais para o desenvolvimento: experiências catarinenses. **Revista Grifos**, v. 29, n. 49, p. 67-88, 2020.

TRICHES, Rozane Márcia. Reconnectando a produção ao consumo: a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o Programa de Alimentação Escolar. 2012.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHNEIDER, Sergio. Desestruturar para construir: interfaces para a agricultura familiar acessar o programa de alimentação escolar. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 2012.

TROMBINI, Carlos Lourenço Atanázio; TAKENAKA, Edilene Mayumi Murashita. A logística como instrumento de apoio ao desenvolvimento regional—O caso do Assentamento São Bento III em Mirante do Paranapanema (SP). **Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista**, v. 11, n. 2, 2015.

VALADARES, Alexandre Arbex et al. Agricultura familiar e abastecimento alimentar no contexto do Covid-19: uma abordagem das ações públicas emergenciais. 2020.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. “Franja Periférica”, “Pobres do Campo”, “Camponeses”: dilemas da inclusão social dos pequenos agricultores familiares. Separata de: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. **Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro**. Brasília: Secretaria Especial de Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 66-83. ISBN 978-85- 8354-016- 8. Disponível em: https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Agricultura_Familiar.pdf. Acesso em: 26 ago. 2020.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos sociedade e agricultura**, 2003.

WILKINSON, John. Cadeias produtivas para agricultura familiar. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 1, n. 1, 1999.